



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS/FCH/UFGD

JAQUISON LIMA BENITES

**Análise Sociológico da Organização Social e Política na aldeia Guapó'y/Amambai:
O Paradigma do sistema de Capitania/Liderança Guarani e Kaiowá**

Dourados MS- 2023

JAQUISON LIMA BENITES

**Análise Sociológico da Organização Social e Política na aldeia Guapo'y/Amambai:
O Paradigma do sistema de Capitania/Liderança Guarani e Kaiowá**

Texto a ser apresentado em banca de Defesa, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Área de concentração: Processos de Dominação e Disputas Políticas e Sociais.

Orientador: Prof: Dr. Claudio Reis

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Biblioteca Central da
UFGD, Dourados, MS, Brasil.

hB467a Benites, Jaquison Lima

Análise Sociológico da Organização Social e Política na aldeia Guapo'y/Amambai: O Paradigma do sistema de Capitania/Liderança Guarani e Kaiowá : Análise Sociológico da Organização Social e Política na aldeia Guapo'y/Amambai: O Paradigma do sistema de Capitania/Liderança Guarani e Kaiowá [recurso eletrônico] / Jaquison Lima Benites. -- 2024. Arquivo em formato pdf.

Orientador: Claudio Reis.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Organização social. 2. Indígena. 3. Guarani e Kaiowá. 4. Política. 5. Liderança. I. Reis, Claudio. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

JAQUISON LIMA BENITES

**Análise Sociológico da Organização Social e Política na aldeia Guapo'y/Amambai:
O Paradigma do sistema de Capitania/Liderança Guarani e Kaiowá**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS/UFGD

Aprovado em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Claudio Reis (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Prof. Dr. Levi Marques Pereira (UFGD) _____

3º Examinador:

Prof. Dr. Tônico Benites (CEFPI-MS/SED/MS) _____

4º Suplente:

Prof. Dr. Diógenes Egídio Cariaga (UEMS) _____

5º Suplente:

Profa Dra Aline Crespe Castilho Lutti (UFGD) _____

À memória dos Guarani e Kaiowá

Agradecimentos

Mais uma caminhada que chega no final, durante o desenvolvimento deste trabalho ocorreram muitos eventos principalmente com a população Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo'y. Tanto na minha trajetória pessoal e acadêmica fez com que continuasse e concluir o trabalho iniciado.

Agradeço aos professores de duas instituições a UEMS pela Graduação e a UFGD pela oportunidade da Pós-Graduação, que fizeram parte da minha formação acadêmica, e que despertaram interesse em mim para trilhar esse caminho.

A todos membros da minha família e pessoas que fizeram parte direta ou indiretamente.

Aos professores Doutor Levi Marques Pereira e Doutor Tônico Benites que compuseram a banca avaliadora. Uma honra poder ter um trabalho avaliado por estes dois grandes intelectuais e referência para mim.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a UGD, pela bolsa de 12 meses e prorrogando mais 12 meses. Foi essencial para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFGD), que fizeram parte do meu amadurecimento intelectual nesta caminhada e cada um deles (as) teve papel fundamental. Não somente aos professores do programa tanto a parte administrativa sempre dispostos a esclarecer as dúvidas burocráticas.

Em especial ao orientador e professor Doutor Claudio Reis, desde o primeiro momento com as suas orientações foram fundamentais para a realização desta dissertação.

As professoras Katiuscia Moreno Galhera e Alzira Menegat teve um papel importante com as suas disciplinas ministradas.

Enfim, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS UFGD, pela oportunidade do curso de mestrado.

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a idéia da inesgotável *diversidade epistemológica do mundo*, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Existem em todo o mundo não só diversas formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, mas também muitos e diversos conceitos e critérios sobre o que conta como conhecimento. (BOVENTURA DE SOUZA SANTOS, 2007)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MS- Mato Grosso do Sul

TCC- Trabalho Conclusão de Curso

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

CAND- Colônia Agrícola de Dourados

SPILTN- Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CNI- Conselho Nacional do Indigenista

SESAI- Secretaria de Saúde Indígena

TI- Terra Indígena

STF- Supremo Tribunal Federal

MPF- Ministério Público Federal

DPU- Departamento Publica da União

PF- Polícia Federal

RG- Registro Geral

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Mapa aldeia Guapo'y.....	40
FIGURA 2- Regiões que compõem o Guapo'y.....	42
FIGURA 3- Região Posto- Central.....	43
FIGURA 4- Região Hugua ou Sertão.....	46
FIGURA 5- Região Ivernasa.....	48
FIGURA 6- Região Panduí.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

36

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a partir dos conceitos sociológicos, nos quais se propõem compreender como os indígenas de Mato Grosso do Sul da etnia Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo'y/Amambai se organizam social e politicamente de modo tradicional e posteriormente como passou a se organizar e como se encontra atualmente. No primeiro capítulo, abordo o contexto histórico sobre esses coletivos desde as primeiras aparições desse grupo que já habitavam e ainda habitam a atual região de Mato Grosso do Sul e como viviam nos seus *tekohas*, conforme as suas tradições. Conforme a nova frente de expansão e colonização na região sofreram grandes perdas em todos os sentidos e umas principais delas a redução de seus territórios, e posteriormente após as criações de órgão indigenistas foram obrigados a confinar-se em terras demarcadas pelo Estado. No segundo capítulo, início em um contexto mais recente, desenvolvendo uma discussão sobre como passaram a se organizar após o contato com os não indígenas; criações de órgãos indigenistas interferindo nos modos tradicionais de organização, já com sistema de capitania implantado e as criações das respectivas reservas. Por fim, terceiro e último capítulo, com recorte temporal feito a ser analisado entre os anos 2000 a 2019, como se encontra a atual organização social e política Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo'y.

Palavras-chave: Organização Social, Política, Capitão e Guarani e Kaiowá

Abstract

The present work aims to analyze, from the sociological concepts in which they propose to carry out them, how the indigenous people of Mato Grosso do Sul of the Guarani and Kaiowá ethnicity of the Guapo'y/Amambai village organized themselves socially and politically in a traditional way and later as started to organize itself and how it is currently. In the first chapter, I approach a more historical context about these collectives since the first appearances of this group that already inhabited and still inhabit the current region of MS and how they lived in their tekohas according to their traditions, which according to the new front of expansion and colonization in the region they suffered great losses in every way, one of the main ones being the reduction of their territories, and later, after the creation of an indigenist body, they were forced to confine themselves to lands demarcated by the State. And in the second chapter, beginning in a more recent context, developing a discussion on how they started to organize themselves after contact with non-indigenous, creations of indigenous bodies interfering with traditional modes of organization, already with a captaincy system in place and the creation of the respective reserves. Finally, the third and final chapter, with a temporal cut made to be analyzed from the years 2000 to 2019, with the current social and political organization Guarani and Kaiowá of the Guapo'y village.

Key-Words: Social, Political Organization, Captain and Guarani and Kaiowá

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar, a partir de los conceptos sociológicos en que se proponen realizarlos, cómo los indígenas de Mato Grosso do Sul de la etnia guaraní y kaiowá de la aldea Guapo'y/Amambai se organizaron social y políticamente en una forma tradicional y posteriormente como se empezó a organizar y como es actualmente. En el primer capítulo abordo un contexto más histórico sobre estos colectivos desde las primeras apariciones de este grupo que ya habitaba y aún habita la actual región de MS y cómo vivían en sus tekohas según sus tradiciones, que según el nuevo frente de la expansión y colonización en la región sufrieron grandes pérdidas en todos los sentidos, siendo una de las principales la reducción de sus territorios, y posteriormente, tras la creación de un cuerpo indigenista, se vieron obligados a confinarse en tierras demarcadas por el Estado . Y en el segundo capítulo, a partir de un contexto más reciente, se desarrolla una discusión sobre cómo comenzaron a organizarse a partir del contacto con no indígenas, creaciones de cuerpos indígenas interfiriendo con los modos tradicionales de organización, ya con un sistema de capitánías en marcha y la creación de las respectivas reservas. Finalmente, el tercer y último capítulo, con un corte temporal realizado para ser analizado desde los años 2000 al 2019, con la actual organización social y política guaraní y kaiowá del pueblo Guapo'y.

Key-Words: Organización Social, Política, Capitán y Guarani y Kaiowá

SUMARIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo I.....	18
1. Contexto histórico e político-social de organização Guarani e Kaiowá da reserva de Amambai/aldeia Guapo’y, antes da implantação do capitão e formação da reserva.....	18
1.1- História Kaiowá – Dos Itatim, Ka’agua aos atuais Guarani e Kaiowá	18
1.2- Primeiros registros do coletivo Guarani Kaiowá na região do sul de Mato Grosso	22
1.3- Breve contexto histórico da Companhia Matte Laranjeira como parte da história Guarani Kaiowá na região sul de Mato Grosso do Sul	25
1.4- Considerações sobre a Colonial Agrícola de Dourados (CAND).....	29
1.5- A atuação dos Órgãos Indigenistas na aldeia Guapo’y	31
1.6 Organização Social e Política tradicional Guarani e Kaiowá na aldeia/reserva de Amamai/Guapo’y	33
2. Criação das reservas: a nova configuração sociopolítico espacial da aldeia Guapo’y (2000 a 2019)	37
2.1- Reserva indígena de Amambai ou Aldeia Guapo’y? Breves considerações.....	39
2.2- Composição de regiões que integram a Aldeia Guapo’y	41
2.3- A introdução da Figura do Capitão dentro do contexto Guarani e Kaiowá através de Órgãos Indigenista como Formas Controle.....	52
2.4- Os “Policiais Ava’í”, o “Espelhamento da força de coerção do Estado” a partir da logica Indígena	56
2.5- Alianças Políticas Interna e Externa.....	59
2.6- Processos de Tramites para o cargo de Chefia/Liderança.....	69
3. Atual Organização Política e Social Indígena Guarani e Kaiowá da Aldeia Guapo’y/Amambai (2000 a 2019)	74
3.1- Considerações sobre representantes e posições Políticas ocupados pelos indígenas: Escolas, Igrejas, Rezadores, Saúde	75

3.3- Análise Sociológico da Aplicação do Conceito de <i>In Direct Rule</i> ou Governo Indireto – de Thiago Cavalcante e Marco Antônio Delfino de Almeida	93
Considerações Finais	99
FONTES ORAIS	102
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

O problema inicial da presente da pesquisa visa compreender, dentro do contexto da sociedade indígena da etnia Guarani e Kaiowá, de Mato Grosso do Sul, Brasil, como esse grupo se organizava social e politicamente conforme suas tradições antes dos órgãos indigenistas imporem novas formas de se organizarem a partir da perspectiva do *karai*¹ (pessoa não-indígena). A hipótese sustentada nessa pesquisa é que os órgãos indigenistas estatais rompem com os modos tradicionais de organização dos(as) Guarani e Kaiowá, obrigando-os a se adequar ao novo sistema que lhes foi imposto. Em específico, a pesquisa se versará sobre os sistemas de capitania nas reservas/aldeias indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

O interesse sobre a questão vem desde a graduação, após ocorrerem uma série de conflitos na reserva de Amambai envolvendo a figura do Capitão e do seu próprio cargo. Nessa ocasião havia, por parte da comunidade Guapo'y, um descontentamento em relação às pessoas que ocupavam o cargo por período de 4 anos. Conforme as pesquisas realizadas anteriormente - meu Trabalho de Conclusão do Curso sobre a mesma questão -, alguns dos entrevistados alegavam que as pessoas que ocupavam o cargo durante esse determinado tempo não atendiam demandas e interesses da comunidade indígena, mas apenas para certo(s) grupo(s) que estavam próximos ou aliados da pessoa que ocupava o cargo. Assim, a maior parte da comunidade percebia que o capitão só dividia bens oriundos do governo ou de toda a comunidade com seus aliados, deixando de fora a maior parte dos indígenas que residem na reserva. Ademais, essa situação gera conflitos que, dependendo do grau em que se instala cria lados extremos dentro da reserva, consequentemente provocando violência.

Ao ter esse conflito em torno da figura do capitão, colocou-se em pauta a renúncia de quem está ocupando no momento, muito raro de ocorrer. No fim do “mandato” do capitão, várias pessoas colocam seus nomes para concorrer com os demais com o mesmo objetivo de ocupar o cargo.

Tradicionalmente quem ocupava o cargo de lideranças entre os Guarani e Kaiowá em seus respectivos *tekohas* eram pessoas que tinham um grande prestígio e

¹ O Termo Karai possui dois sentidos, primeiro sentido, Karai é utilizado para se referir ao não indígena de modo geral. E o Segundo sentido, geralmente utilizado também para os indígenas mais velho seja Homem/mulher ao se direcionar a essas pessoas com respeito, essa utilização do termo não é muito comum no dia a dia na realidade Guarani e Kaiowá da reserva de Amambai.

reconhecimento por parte dos integrantes do *tekoha*, como constam nas pesquisas de Brand (1993 e 1997), Pereira (1999), Cavalcante (2015) e outros autores que concordam com essa afirmação, reforçada pelos próprios indígenas Guarani e Kaiowá ao relembrares suas memórias. Era diferente essa questão das lideranças indígenas, comparando com os dias atuais. Nesse contexto tradicional de chefia, como relata Pereira (1999), os conflitos dentro do *tekoha* eram menores, pois todos ouviam e respeitavam a decisão da liderança.

Conforme Brand (1993; 1997) e Pereira (1999), nos modos tradicionais de organização espacial Guarani e Kaiowá existiam três tipos de líderes indígenas – informação confirmada com algumas entrevistas já realizadas. São esses: o *Hi'ú* e *Mburuvicha*, o *Hi'ú* e o *esteio da casa*, homem que com idade considerável, generoso e sábio reúne a sua parentela em torno de si, mais ligada ao bem-estar moral. Já o *Mburuvicha* é o “maior” responsável por solucionar os problemas do cotidiano do grupo familiar e para resolver “trato com ‘brancos’”, esse último pode também exercer o papel de *Teko Ruvicha* - algo equivalente ao cargo de capitão dos dias atuais.

Ao inserir a figura do capitão nesse contexto de chefias indígenas, este é colocado acima de todos os cargos citados. Este termo vem do exército brasileiro, pois o capitão está colocado numa hierarquia de alta patente. Dentro de territórios indígenas isso inevitavelmente gera conflitos, pois quem escolhia o capitão para assumir o cargo era o próprio pessoal dos órgãos indigenistas: Serviço de Proteção ao Índio (SPI), posteriormente transformado em Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Desta forma, há relativa deslegitimação das lideranças tradicionais que, posteriormente, acabaram “sumindo”, restando apenas o próprio capitão. Após um certo período, os próprios indígenas tiraram dos órgãos indigenistas o poder de decidir quem iria nomear o capitão para ocupar o cargo e passaram a realizar de forma mais democrática, a partir da decisão por votos, a eleição da capitania. Nesse novo contexto, poucas pessoas colocavam o seu nome à disposição da comunidade para votar, pois havia no máximo de 4 a 5 pessoas elegíveis, sempre com intuito de resolver problemas cotidianos da reserva e levar demandas da comunidade a órgãos externos, visando sempre trazer melhoria para a reserva.

Posteriormente, essa visão de quem deveria ocupar o cargo vai mudando: se tornando hereditário e deixando de atender os interesses da reserva. Recentemente, o número de pessoas interessadas pelo cargo subiu drasticamente, como no ano de 2015 em

que houve 18 candidatos interessados ao cargo, na aldeia de Amambai. Nessa nova fase, a realidade da reserva de Amambai está entrando num novo momento político, com a participação direta da figura do capitão.

O objetivo geral da presente pesquisa, em um primeiro momento, é abordar um panorama geral do contexto histórico dos indígenas Guarani e Kaiowá até os dias atuais. Desta forma, pretende-se apresentar como os Guarani e Kaiowá se organizavam sócio-politicamente nos seus *tekohas* nos modos tradicionais. E, no segundo momento, apresentar conforme o desenvolver da pesquisa, as mudanças que ocorreram nos modos de organização socio-político Kaiowá da aldeia Guapo'y. Do tradicional ao atual como se encontra até o presente momento da realização da pesquisa.

Num segundo momento, a pesquisa pretende abordar como, após o contato com a sociedade não indígena, essa nova configuração social impactou esses modos e como passou a se organizar após a implantação da figura do capitão dentro da realidade Guarani e Kaiowá, confrontando diretamente o processo de chefia tradicional indígena. Nesse novo contexto, a pesquisa focará como as pessoas Guarani e Kaiowá se organizam atualmente na reserva de Amambai, tendo como foco principal a figura do capitão como organizador dessa sociedade.

O objetivo específico é, em um primeiro momento, contextualizar sobre o indígena Guarani e Kaiowá, levantando elementos do processo histórico desse grupo. Em seguida, se buscará apresentar a organização social e política tradicional Guarani e Kaiowá antes da implantação do modelo de chefia imposto pelo SPI. Adiante, se buscará apresentar, após a inserção da figura do capitão dentro da sociabilidade indígena Kaiowá, quais mudanças ocorreram. Por fim, se buscará apresentar como se encontra essa organização social e política dentro da reserva indígena Guarani e Kaiowá de Amambai atualmente. Em outras palavras, como ainda é vista a figura do capitão dentro da reserva a partir da perspectiva de organizador da sociedade indígena. Tendo um recorte temporal a ser apresentado e analisado no trabalho, entre os anos de 2000 e 2019. Nesse recorte feito, será possível perceber as mudanças que são essenciais sobre como se encontra e está organizada a aldeia Guapo'y atualmente.

Serão empregados métodos etnográficos para o desenvolvimento da pesquisa, com especial atenção para a autoetnografia.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, será abordado o contexto histórico no qual os Guarani e Kaiowá se organizavam politicamente antes da

implantação da figura do capitão na reserva de Amambai. No segundo, o foco será sobre como se deu a organização após a inserção do capitão dentro do contexto Guarani e Kaiowá e quais mudanças ocorreram nos modos tradicionais de organização. No terceiro e último capítulo, a centralidade do trabalho se dará, na atualidade, em como está organizada especificamente a reserva/ aldeia Amambai.

Capítulo I

1. Contexto histórico e político-social de organização Guarani e Kaiowá da reserva de Amambai/aldeia Guapo'y, antes da implantação do capitão e formação da reserva

Para desenvolver o presente tópico será descrita a história dos Guarani e Kaiowá, sua organização sócio-política anterior às demarcações das reservas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Mato Grosso do Sul, Brasil. Para iniciar a discussão, serão desenvolvidas leituras realizadas pelos seguintes autores: Brand (1993; 1994; 1997 e 2001), Chamorro (2015) e Cavalcante (2014; 2015). Tais autores desenvolveram pesquisas importantes sobre os aldeamentos dos indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

Além desses autores mencionados, para desenvolver o contexto histórico-social e político da aldeia, também será feita uma descrição das memórias das pessoas mais experientes ou mais velhas que vivenciaram esses períodos. Isto contribuirá para o melhor entendimento do trabalho.

1.1- História Kaiowá – Dos Itatim, Ka'agua aos atuais Guarani e Kaiowá

O termo Kaiowá vem da palavra *Ka'agua*² que, em sua utilização mais antiga, refere-se aos povos falantes de língua guarani “que viviam na (-gua) mata (ka'a)” Chamorro (2015, p. 34). Nas suas primeiras origens, o significado do termo *Ka'agua* tinha um sentido genérico, não se referia a um grupo específico de indígenas, mas era um sinônimo de “selvagem”, no sentido pejorativo.

Além desse sentido pejorativo do termo Caaigua, há um segundo sentido:

[...] o termo *caaigua* teve um segundo sentido. Segundo Hervás y Panduro (1800, 196), “pelo fato de os guarani convertidos e civilizados costumarem denominar Caaigua tribos de guarani nômades que viviam nas selvas [...] nessa mesma perspectiva o viajante suíço Rudolf Rengger, que esteve no Paraguai de 1818 a 1826, aplica o termo *Ka'agua* tanto para os povos indígenas falantes de guarani que ocupavam o atual território pai-tavyterã quanto as populações índias –

² Tem suas várias formas de escrever, como: Kayguá, Kayguá, Ka'yguá, Ka, ynguá, Kainguá, Cainguá, Caaguá, Caainguá, Canguá, Cayagua, Ca goa, Cayoa, Caygoa, Cayowa, Caingua, Caa-owa, Cayuás, Caya. Ver Chamorro (2015).

falantes de guarani ou não, agricultores ou não, - de outras regiões do Paraguai. (CHAMORRO, 2015. p. 36).

Assim, o termo *Ka'agua* tem seus dois sentidos, no primeiro momento, tem um sentido pejorativo que os próprios indígenas “mais civilizados” utilizavam para denominar outros povos que viviam em matas e considerando como “selvagens”. O segundo sentido é utilizado para referir-se de forma geral aos povos falantes de guarani que ocupavam todo o território pai-tavyterã.³

Contudo, o termo vem sofrendo ressignificações ao longo do tempo. O nome *Ka'agua* “se aplicava e se aplica” aos povos falantes guarani, que habitavam as margens da sociedade colonial e assim também se tornou um etnônimo particular (CHAMORRO, 2015). A autora ressalta que dessa forma os Kaiowá não poderá ser chamado de *Ka'agua*, pois o termo foi utilizado inicialmente para designar “povos nômades que viviam na mata e dos recursos exclusivos da mata”. A ressignificação do termo vem com o estabelecimento da colônia espanhola no Paraguai, na qual *Ka'agua* foi aplicado aos “ancestrais dos Kaiowá”.

A ressignificação do termo *Ka'agua* é apropriado pelos povos indígenas Guarani como forma de identificação e autodenominação, como demonstra Chamorro (2015) em livro de sua autoria intitulado *História Kaiowá: Das Origens aos Desafios Contemporâneos*.

A aplicação do termo *Ka'agua* aos ancestrais dos Kaiowás indica que seu significado mudou com o estabelecimento da colônia espanhola no Paraguai, passando a designar os povos índios fora da sociedade colonial, fosse eles agricultores ou caçadores-coletores. Nesse caso, as populações indígenas que hoje se autodenominam Kaiowá teriam se apropriado do termo, fazendo dele uma de suas principais formas de identificação. Esses grupos como os Pai-Tavyterã teriam amalgamado aspectos da cultura indígena pré-colonial com aspectos da cultura colonial missionária, teriam reinterpretado os novos elementos a partir de uma matriz indígena. (CHAMORRO, 2015. p 37)

O termo *Ka'agua* se tornou autodenominação no Brasil, Mato Grosso do Sul, para os Guarani e Kaiowá. Apareceu nos relatos dos sertanistas, desde 1830, na região, ao passar pelo local assim registrando os grupos das matas “mato-grossenses” que falavam a língua guarani e se auto identificavam por esses nomes. Toda essa região pertencia naquele momento ao Mato Grosso, mais tarde desmembrado, criando assim o atual Mato

³ O Termo Pai-Tavyterã são todo o território ocupados pelos Guarani e Kaiowá das fronteiras com Brasil, Paraguai.

Grosso do Sul⁴. Além desses relatos dos sertanistas sobre esse grupo só vieram a aparecer “a partir do final do primeiro quarto do século XIX a documentação oficial dos governos provinciais e do império [...] na região da Bacia do Paranapanema, Paraná e Ivinhema [...] como índios Caiuá, Cayuaz, uma das primeiras notícias sobre essas populações é de 1830” (CHAMORRO, 2015).

Nessa mesma perspectiva, Brand (1993) descreve e desenvolve pesquisa histórica colonial dos que seriam ancestrais dos Kaiowá ou Guarani Kaiowá, como são conhecidos atualmente, que seriam os Itatim: conforme o autor, já “conheciam ou mantinham algum contato com os colonizadores praticamente desde antes da fundação da cidade de Assunção, em 1537”, que se estendiam desde o rio “Apa até o rio Miranda (Mbotetey), [e] eram chamados indiferentemente de Itatim” (BRAND, 1993. p. 19). Em 1553, coube a Irala oficializar a descoberta dos Itatim, que estavam migrando de uma região para outra. Assim, eles ocupavam, a Leste, a serra de Amambai e a Oeste o rio Paraguai (BRAND, 1993 apud GADELHA, 1980, p 19).

Nessa migração, os Itatim estariam em busca da “Terra sem Mal”, pois - como afirmam Niemuendaju (1914/1987), Meliá (1988) e Brand (1993) - o território em que estavam não era mais suficiente para suprir a necessidade de subsistência do grupo. Os Itaim afirmavam que a terra estava *doente* e, dessa forma, teriam que migrar para outra região em busca da Terra sem Mal e as terras que estavam buscando se encontravam nessa região. Outras explicações para a migração desse grupo em direção a estas bacias, estaria, segundo Brand (1993, 17), “ligada ao aumento demográfico e conseqüente necessidade de novos espaços e ao manejo agro-florestal que adquiriram e que permitia dominar e incorporar novas áreas”.

Uma boa parte dos Itatim foi reduzida pelos jesuítas a partir de 1632, com as seguintes perspectivas:

Parte dos Itatim é reduzida pelos jesuítas a partir de 1632. Consta dos relatos dos missionários que o argumento que os convenceu a se reduzir

⁴ LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977
Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providencias. Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

DECRETO-LEI Nº 1.623, DE 25 DE ABRIL DE 1978.

Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2031%2C%20DE,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso. Último acesso 18/07/2022 as 14:55.

foi a perspectiva de fugir da dominação espanhola [...] mas este mesmo argumento fez com que outros Itatim evitassem as reduções, preferindo ficar longe de qualquer espanhol, inclusive dos missionários. (BRAND, 1993, p. 20)

Assim, os Itatim sempre buscaram manter distância dos colonizadores, seja de um lado ou de outro, buscando o afastamento desses sempre adentrando mais nas florestas, tentando o máximo de distância possível para o próprio bem do grupo.

A partir de 1648 – com as frentes de exploração e expansão de territórios, como as tropas da bandeira de Raposo Tavares, sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo – se “atacou as missões do Itatim, na serra do Maracaju. Buscando distância dos espanhóis, ficaram muito próximos dos portugueses” (BRAND, 1993). Assim, o território dos índios Caagua ficava cada vez mais reduzido.

Mesmo com os Itatim não deixando se reduzirem, foram obrigados a se refugiarem cada vez mais pelas montanhas, fugindo dos portugueses de um lado e, do outro, dos espanhóis. Também existiu a fuga em relação aos seus inimigos tradicionais: os Mbyá, durante o sec. VXII. As excursões dos Mbya nesse período, chegam até as serras de Amambai e Maracaju (BRAND, 1993 apud SUSNIK, 1965, p. 200).

Assim, os Itatim não tinham mais condições de se oporem a seus inimigos com números reduzidos e enfraquecidos:

Reduzidos em números e enfraquecidos, os Itatim não tem mais condições de se oporem a seus tradicionais inimigos. Sua história, nesses primeiros séculos de contato com a nova situação criada pelos europeus, é caracterizada pela presença dos jesuítas, pelos conflitos com espanhóis e paulista e pelos encontros com os Mbyá. Este contexto vai reforçar a continuidade de migrações rumo aos rios de Amambai e Iguatemi, ao sul do território (BRAND, 1993, p. 21).

Ao buscarem se refugiar e se distanciar das frentes de expansão territorial, os Itatim escolhem essa região para permanecerem, o atual território dos Guarani e Kaiowá do Sul de Mato Grosso do Sul, a etnia predominante.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1768, da região platina, ainda “restou” os que ficaram das reduções para administração dos governos provinciais. Nesse momento começaram as fugas para o mato, reforçando o “contingente guarani encontrado posteriormente na região da atual Grande Dourados e Oriente paraguaio” (BRAND, 1993).

E no século XVIII “encontraram” os Caagua na região que se encontram atualmente. Os relatos que se tem sobre esse grupo são descritos da seguinte forma: “son

todavía ‘infieles’ y culturalmente son ‘barbaros’. Los Caagua son los ‘selváticos’ e ‘silvestres’ (BRAND, 1993 apud, p. 169). Assim, tem-se um dos primeiros registros do grupo Caagua nessa região, após a virada do século e a imigração dos Itatim na região. O grupo Caaguas, posteriormente, viria a ser os atuais Kaiowá.

Em 1767, foi criado o Forte Iguatemi, através da carta regia de 22 de março do mesmo ano. Com essa criação, os portugueses buscaram expandir o território e assegurar o seu domínio, então, coube ao governador da Capitania de São Paulo fundar o Forte, em 1767, elevando-o à categoria de vila, tornando-se assim no mais antigo povoado urbano do Mato Grosso Meridional (BRAND, 1993). Essa ação do governo português foi o primeiro passo para a efetivação da região da fronteira que hoje constitui o MS. Desde a fundação desse Forte já havia registros e vários documentos históricos sobre a presença Kaiowás⁵ na região.

Na próxima seção será buscado os primeiros relatos, registros, documentos ou pesquisas sobre os Kaiowás na região em que estavam se organizando naquele momento histórico e na qual esses grupos ainda permanecem até os dias atuais.

1.2- Primeiros registros do coletivo Guarani Kaiowá na região do sul de Mato Grosso

Com os trabalhos de demarcação dos limites da fronteira, entre Brasil e Paraguai, de 1754 a 1777, tiveram novas notícias sobre os grupos Caagua. Informações já permitindo a diferenciação entre os grupos Caagua, que anteriormente não tinham tais informações para estabelecer uma diferenciação entre os diversos subgrupos guarani que permaneceu, Brand (1997) como aspectos mais relevantes do seu modo de ser coletivo, especialmente religioso. Esses grupos se organizavam desta forma, na qual Brand (1997) discuti autores como Aguirre, Meliá, F. Grunberg e G. Grunberg (1976) que citam em suas pesquisas, em relação aos Guarani, características e descrição que batem com esses coletivos “cada uno tiene um solo cacique que manda y es pontualmente obedecidos; vela em que todos trabajen para si y para el comum de los no pueden trabalhar” (BRAND, 1997. p. 54). Esse modo de ser Kaiowá manteve alguns traços semelhantes com os modos

⁵ Ver Brand (1993. p. 24) correspondências entre Governador da Capitania de SP, e o Forte Iguatemi, são descritos como os Kaiowás são diferentes como citado na região do Paraguai sobre suas índoles.

de ser dos atuais Guarani e Kaiowá. O viajante Rudolph Rengger, que visitou o Paraguai durante o governo do Dr. Francia, entre 1818-1826, trouxe informações mais detalhadas sobre “*los Caagua-Pãĩ*”⁶: relata o fato das “*diversas tribos*” que tinham cada grupo suas próprias denominações, diferentes umas das outras. Cada grupo recebia os nomes conforme os lugares onde residiam, o que levaram estes autores a pensar em três subgrupos guarani atualmente existentes.

Com a Independência do Brasil, em 1822, constitui-se a província de Mato Grosso, já incluindo a atual região de Mato Grosso do Sul. A partir da década de 1830, inicia-se o povoamento por não-indígenas no sul de Mato Grosso, como é destacado:

Foi na década de 1830 que se iniciou de fato o povoamento por não-índio das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul. Esta ocupação se deu pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e, entrando pelo rio Paranaíba, rio Sucuriçu e Taquarussu (1835), chegando aos campos do rio Brilhante (1839) e rio Vacaria. Porém, segundo GRESSLER e SWENSSON (1988: 20), apesar do surto colonizador do ciclo do gado, o Estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase despovoado até a Guerra do Paraguai. (BRAND, 1997. p. 69)

Em 1845, iniciou-se uma expedição, organizada pelo Barão de Antonina, cujo objetivo principal era “ligar uma via do porto Antonina a Cuiabá”: um acesso direto entre Paraná e Mato Grosso. Em 1847, esta expedição encontrou uma aldeia, como descreve João Henrique Elliot:

A oito léguas abaixo da barra do Vacaria com o Ivinhema, encontramos muitos vestígios de índios na margem direita, neste mesmo dia, dobrando uma volta, os avistamos de repente lavando-se no Rio: Seriam cinquenta, e correram para o mato da barraca, ficando alguns mais corajosos por verem somente uma canoa com quatro pessoas dentro [...] Eram Caiuás da mesma família d’aqueles que encontramos nas margens do Rio Ivahy em 1845, tinham lábios inferior furado [...] falei algumas palavras de língua guarani, e entenderam-me perfeitamente [...] estes índios pareciam de boa índole, fáceis de reduzir, e podem ser muito uteis aos navegantes; resta que o governo de boas providencias a respeito, para que os não hostilizem, matando uns, capturando outros, e affugentando o resto. (BRAND apud Elliot, MONTEIRO. 1997. p. 70)

Relatos semelhantes ocorrem de outros viajantes e observadores com os mesmos indígenas pelo lado da fronteira do Paraguai em relação à “*boa índole*”⁷ desses grupos.

⁶ Ver Brand (1997).

⁷ Mais adiante, nos capítulos seguintes, será abordado ~~abordarei~~ essa questão de “*boa índole*”, que os novos colonizadores ao perceberem que esses grupos seriam fáceis de dominar/manipular, que mais adiante por serem reconhecido como índio que não são violentos para realizar a maior parte do trabalho que esses grupos eram vistam mão-de-obra fáceis e que são explorados desde então até os dias atuais.

Em 1848, com o mesmo objeto de 1845, dessa vez ligar a região de São Paulo e Mato Grosso “tendo em já a Lei de Terras de 1850, garantir-lhe as melhores regiões” (BRAND, 1997, p. 71), integrantes da expedição descrevem mais informações destelhadas sobre os Kaiowá, aldeias, abundância e sua agricultura.

Já a partir de 1850, os não indígenas já tiveram a ideia de aldear os Kaiowá/Guarani dessa região. Tendo a ideia de pacificidade desse grupo e com o modo como vivia seria prejudicial a sociedade não indígena, pois não teria nenhuma utilidade para o Estado, pois, não permanecia por muito tempo em determinado local. Só seria possível integrar à “civilização” modificando seus hábitos:

O Presidente da Província afirma que “o único meio de chama-los a civilização será o da persuasão, procurando se modificar os seus hábitos por intermédio de Missionários que possuídos da verdadeira fé christão, se internem nos sertões com fim de aldear e catechisar esses infelizes. (BRAND 1997, apud Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, 1880:33 apud, apud, MONTEIRO. p. 72)

Algumas tentativas de aldeamentos dos Kaiowá/Guarani promovidas pelo Barão de Antonina no início tiveram êxito de migrá-lo de uma região para outra. Contudo, no decorrer do confinamento esses grupos indígenas abandonaram o local, como destaca Brand (1997):

O mesmo Barão de Antonina promoveu de 400 a 600 índios Kaiowá e Guarani para o aldeamento de S. Pedro de Alcantara, em 1854, na margem esquerda do rio Tibagi. [...] informam que, em 1855, o governo do Paraná teria organizado um aldeamento para os Kaiowá em cima das ruínas da redução de Loreto de Pirápó, na afluência do rio Pirapó, no Paranapanema, mas que já em 1862 teria sido abandonado pelos índios, que teriam se transferido para Santo Inácio. (BRAND, p. 58, 1997)

Desde essa década, os não indígenas que detinham algum poder na região já tinham a ideia de colocar os indígenas em um pequeno espaço criado por eles para que esses grupos não se dispersassem por toda a região. Com seus modos de ser, posteriormente tais indígenas trariam “incômodo” para a “sociedade civilizada”. No entanto, com o relativo fracasso da tentativa de aldear-los, pois migravam de um território para outro, o espaço designado para esses grupos indígenas vai contra seus modos de ser, não considerando toda complexidade desses grupos à busca da “Terra sem Mal”, por isso acabam abandonando esses espaços depois de certo período.

Em 1861, às margens do rio Dourados instalou-se a Colônia Militar de Dourados, pelo Decreto-lei nº 1754, de 1856. O principal objetivo da criação dessa colônia estava

voltado para a defesa “dos moradores contra os índios”. Tendo em vista uma difícil situação de confinar os índios em um pequeno espaço destinado a esse grupo, o meio mais apropriado de terem êxito para confinar é atraindo “estes (índios) por meio da catequese à civilização” (BRAND, 1997 apud GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 39-p. 73).

Com a Guerra do Paraguai, em 1864, se desconfigurou a região isolando parte da Grande Dourados. Uma grande parcela dos paraguaios, em 1866, teria circulado pela região e com o término da Guerra ex-combatentes paraguaios ficaram nesses territórios, que posteriormente se tornarão mão-de-obra nos trabalhos da Cia. Matte Laranjeiras, juntamente com os Guarani Kaiowá. Entretanto, após a guerra o território “permanecia como territórios dos índios” (BRAND, 1997, p. 59)

Na seguinte seção será desenvolvido o contexto histórico da Cia. Matte Laranjeira e sua relação com os Guarani Kaiowá nessa região, com todo o seu poder econômico e influência social que tinha naquele específico momento que marcou a história Guarani e Kaiowá na região.

1.3- Breve contexto histórico da Companhia Matte Laranjeira como parte da história Guarani Kaiowá na região sul de Mato Grosso do Sul

Para desenvolver esse tópico, no qual será discutido a Cia. Matte Laranjeira que teve um marco na história Kaiowá, é preciso uma breve contextualização. Sabe-se que este é o contexto histórico em que os Guarani e Kaiowá mais foram explorados e “escravizados” para a ascensão do monopólio da Companhia. Para situar a discussão, utilizarei dos seguintes autores(as)/pesquisadores(as) que estudam esses grupos, como Brand (1993 e 1997), Cavalcante (2013, 2015), Crespe (2015), Landa (2005), Ferreira (2007), Vietta (2007). Tais autores/as abordam esse contexto histórico em seus trabalhos em relação ao contexto Guarani Kaiowá naquele período com a nova frente de colonização que mais impactou os Kaiowá dessa região, que levou esse grupo de uma organização tradicional a uma nova configuração social das quais os indígenas não estavam acostumados. A nova situação modificou todo *o modo de ser Guarani e Kaiowá tradicional* que permaneceu e continua até os dias atuais nas diversas reservas/aldeias indígenas Guarani e Kaiowá de MS.

Com o fim da guerra que ocorreu naquele período na região - a Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870)⁸ -, foi formada uma comissão de limites da fronteira entre Brasil e Paraguai. Os limites que mencionavam percorrem também as áreas das quais os Guarani Kaiowá estavam, como “rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaira, Paraná” (FERREIRA, 2007, p. 28). O trabalho de demarcação da fronteira foi encerrado em 1874.

Em 1872, durante ainda delimitação da fronteira e quando o Thomaz Laranjeira (dono da Cia. Matte Laranjeiras) veio do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, se encarregou de trazer provimentos para o grupo responsável pela demarcação das fronteiras. Com a vinda de Thomaz Laranjeira na região, este visualizou a possibilidade de explorar “ervas nativas” na localidade para a exportação. Como forma de pagamento ao serviço prestado pelo Tomaz Laranjeira, este “recebeu três carros de boi que ele começou a usar para transportar a erva mate” (CRESPE, 2015). Thomaz Laranjeira foi a primeira pessoa a pedir para o Governo Imperial da época para explorar a terra no Sul de Mato Grosso atual Mato Grosso do Sul e, em 1882, consegue a primeira concessão para “explorar oficialmente as terras do sul de MS”. Thomaz Laranjeira a primeira pessoa a ter a permissão do governo para explorar a região em busca das ervas nativas:

Em 1882, o governo Federal arrendou, através do Decreto nº. 8799, de 9 de setembro, as terras públicas ao longo da fronteira com o Paraguai a Tomás Laranjeira, para a exploração da erva-mate [...] um ano depois após Thomas Laranjeira funda a Cia. Mate Laranjeira. (BRAND, 1993. p. 48)

No primeiro momento, o Governo Imperial de Mato Grosso deixa Tomaz Laranjeira explorar as ervas nativas da região, mas apenas concede a ele a liberação de explorar as ervas sem a posse da terra, como consta nas pesquisas dos(as) autores (as) Brand (1993 e 1997), Cavalcante (2013, 2015), Crespe (2015), Landa (2005), Ferreira (2007), Vietta (2007). Com a concessão a Companhia Mate Laranjeira após o fim da Guerra do Paraguai, muitos paraguaios e sulistas que começaram a chegar na região tinham posse e viviam da erva mate (CRESPE, 2015) e esses dois grupos começaram a

⁸ A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Ela se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870.

disputar terreno diante da presença da Companhia, que claramente não queria quaisquer outros como concorrência.

A disputa pela terra teve desdobramento de conflito armado, de um lado, com posseiros sulistas e, por outro lado, a empresa:

Desdobraram em enfiamentos armados envolvendo posseiros sulistas e a empresa. A empresa, em muitos casos, promovia a anulação do título de posse e a remoção das famílias em áreas que tivessem ervais. Por não ter tido a posse da terra, como também pela pressão que ela exercia sobre os posseiros. (CRESPE, 2015. p. 96)

A companhia tinha o apoio do Governo Imperial em relação aos outros que também detinham alguma posse pela terra, pois havia um interesse político tanto por parte da Companhia, quanto por parte do Governo Imperial. Dessa forma, Crespe (2015), Brand (1997) e outros autores já mencionados acima defendem a ideia de que a Companhia teria preservado os territórios indígenas involuntariamente, na medida em que desacelerava a titulação de novas posses.

Após a primeira liberação para explorar a erva local, a *concessão* da primeira foi cada vez mais ampliada a área com apoio de políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho, favorecendo muito a Companhia e ultrapassando os limites da posse que lhe foi concedido oficialmente. Desta forma, a Cia. tem o total monopólio da exploração e se torna o maior arrendatário de terras devolutas no regime Republicano. Como destaca Brand (1997),

A área de concessão foi sucessivamente ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho. Com a República, as terras devolutivas passaram para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favoreceu os interesses da Cia Matte Laranjeira. Desta forma, o Decreto nº 520, de 23/06/1890 ampliou os limites da posse da Cia Matte Laranjeira e deu-lhe o monopólio na exploração da erva-mate nativa na região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, a Companhia conseguiu a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutivas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular”. Segundo esta Resolução, os limites das posses da Companhia percorreram “desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão S. João e rio Dourados, Brilhante e Sta Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças. (BRAND, 1997, p. 61)

A influência que a Companhia obteve com os apoios políticos ultrapassou os limites dos decretos. Com o total domínio da Companhia e sempre ampliado as terras

arrendadas com os apoios dos políticos, a mão-de-obra “fácil” e em abundância era de indígenas Guarani e Kaiowá e uma pequena parcela dos paraguaios que, com o fim da guerra, tinham permanecido na região.

Dessa forma, os indígenas se tornam mão-de-obra disponível e qualificada, haja vista que detinham já conhecimentos sobre essas ervas nativas. Antes de iniciar o “trabalho” nos ervais, os indígenas tinham liberação para pegar no armazém⁹ coisas que eram necessárias para o sustento da família por alguns dias e, dessa forma, já tinham uma dívida com a Companhia: é transformada uma relação de escravidão por dívida, pois nesse armazém os “índios” assumiam um compromisso de transformar em mão-de-obra a dívida pelos produtos para o autossustento e tinham noção da situação sob a qual jamais se libertariam, como descreve Brand (1993):

Antes de iniciar o serviço, o índio pode adquirir mercadoria no armazém da firma: “o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertaria a não ser pela fuga”. E, neste caso, alerta o funcionário, será perseguido. Se apanhado, deverá pagar até as despesas feitas para a sua recaptura. Constata ele que por mais trabalhador que seja “não há índio (...) que possa receber qualquer importância em dinheiro como saldo de contas” (BRAND, 1993. p. 50)

Assim, os indígenas contraíam dívidas “eternas” com a Companhia e eram submetidos ao trabalho escravo pela empresa. Dessa forma, a Cia Matte Laranjeira detinha o total monopólio da extração das ervas nativas na região e impedia outras empresas e pessoas que tivessem o mesmo interesse em explorar tais ervas do local. Nesse período, já se argumentava sobre a importância da demarcação das terras indígenas nesta região, já que a Companhia tinha quase o total controle das terras, tendo essas argumentações sobre os Guarani e Kaiowá com a ideia já de aldeia-los, pois governos dessa época já consideravam liberar as terras em que os indígenas estavam para a povoação da região. Contudo, só seria possível colocar em prática a ideia reservando terras para os indígenas e colocando-os todos juntos num determinado espaço, deixando as terras para a *nova frente de colonização*. Posteriormente, os indígenas que estavam na

⁹ A partir de uma análise pessoal ou grifo meu, ao realizar uma síntese dos trabalhos como Brand (1993 e 1997), Vietta (2007), Ferreira (2007), Crespe (2015), Cavalcante (2015) e outros(as) autores(as), tal armazém tinha diversos objetos como, alimento, roupa e outros. Esse “comércio” posteriormente viria a se tornar algo semelhante comum para os indígenas Guarani e Kaiowá e comum ter em torno das reservas/aldeia: um comerciante local não indígena conhecido como “Volicho” - termo utilizado pelo antropólogo Kaiowá Valiente (2019). Nesse contexto da Cia Matte Laranjeira é diferente, pois ao indígena que pegava mercadoria já contraía uma dívida “eterna” mesmo “trabalhando” na Companhia não conseguiria quitar e nem se liberta do “trabalho”.

região em seus *tekoha*¹⁰ tradicionais ao SPI juntamente com o governo começaram a demarcar as atuais reservas indígenas que conhecemos atualmente.

Na próxima seção, será abordado o contexto sobre como a Colônia Agrícola de Dourados (CAND) foi implantada pelo governo de Getúlio Vargas e outros governantes para a colonização da região sul de Mato Grosso, pois, conforme viés dos governantes esse local necessitava ser povoado. Com esse intuito, a *nova frente de colonização* foi povoando a região inteira inclusive os territórios tradicionais indígenas dos Guarani e Kaiowá, *confinando* esses grupos em pequenos espaços reservados pelo Estado e órgãos indigenistas, com o mesmo objetivo da CAND.

1.4- Considerações sobre a Colonial Agrícola de Dourados (CAND)

Nessa seção, serão feitas algumas considerações sobre a implantação da Colônia Agrícola de Dourados, que tinha como seu principal objetivo iniciar uma nova frente de colonização nessa região do sul de Mato Grosso, sob o governo de Getúlio Vargas, liberando a região para o povoamento de não indígenas e incluindo proteger pessoas que vinham povoar o local dos “índios”.

A Colônia foi criada através do Decreto-lei nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943, sob o então Presidente da República, Getúlio Vargas. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que estava dentro de uma política da “*marcha para o Oeste*” retorna com o movimento bandeirante de “ocupar” terras “desocupadas”. Brand (1993; 1997); Crespe (2015). O Presidente Getúlio Vargas em 1940 “proferiu um discurso sobre a marcha e apresentou seus ideais nacionalistas de integração do território nacional” (CRESPE, 2015. p 100). Assim foi criada e implantada a Colonial Agrícola de Dourados sob essa ótica e argumento político do governo naquele período, com intuito de integrar todas as regiões do Brasil e *ocupar terras desocupadas*, tornando dessa forma um Brasil “forte” econômica e politicamente.

Como destaca Brand (1997), a

“*marcha para o Oeste*”, buscando incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários a industrialização, a preços baixos [...] estas colônias eram “*a menina dos olhos da política de colonização do Novo Estado*”. Entende que a

¹⁰ Termo utilizado por indígenas e pesquisadores que desenvolvem trabalhos sobre os Guarani e Kaiowá em relação as suas aldeias tradicionais dos quais foram tirados forçadamente pelos órgãos indigenistas, e levado para as reservas criado pelo mesmo para confiná-lo.

“conquista do oeste”, através da criação das colônias agrícolas e outras iniciativas, significava, para o regime Vargas, *“a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros”*. E, neste sentido, *“a ocupação dos espaços ditos vazios significavam não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas”*, mas, através de *“métodos cooperativos”*, o redimensionamento das *“relações sociais, de acordo com a orientação política vigente”*. (BRAND, 1997 apud LENHARO, 1986. p 73 e 74)

Com esses objetivos que o governo do Estado Novo sob controle Vargas criou a Colônia Agrícola de Dourados e outras colônias, assentadas nessas ideias. Uma outra ideia apresentada por Crespe (2015) é que o senso comum à época tinha uma difusão de pensamentos sobre o sul de Mato Grosso como “um sertão desocupado que possibilitava apresentar as terras indígenas como terras devolutivas. Para ‘ocupar’ estas terras”.

Como constam nos trabalhos de Brand (1993; 1997) e Crespe (2015), foram retiradas terras da União não inferior a 300.000 ha e, somente em 1948, se demarcou áreas, após treze anos de trabalho: um total de 4009 ha de terra. Portanto, com um excedente de 109.000, referente a área do Decreto, logo reduzido a áreas da Colônia para 267.00 ha. A CAND distribuiu 3000.000 hectares divididos em lotes de 30 hectares cada, e o primeiro administrador dessa colônia foi Sr. Jorge Coutinho, de 1943 a 1950. Com esse primeiro administrador da colônia quem foram beneficiados e priorizados na distribuição, foram os lavradores nordestinos, como afirma Brand (1997).

Posterior a essas distribuições de terras de 30 hectares para cada lote, pela CAND, o governo cria novos decretos para ter controle sobre essas terras consideradas devolutas. Em 1949, cria o Código de Terras (Lei nº 336) que, conforme Crespe (2015), mapeou tais terras para serem colonizadas. Em 1951 foi criada a Lei 461 e através dela o governo do estado permitiu que empresas fizessem a intermediação das áreas colonizadas.

Após esses momentos de criar leis e decretos e pôr em prática, permitindo a entrada de novos colonos, vieram muitos da região do sul do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul. Em 1965, a geada que impactou bastante no preço do café e fez com entrasse em queda, fez com que os produtores abandonassem o cultivo naquele estado. A partir de 1969, inicia-se a vinda dos “novos colonos” do Sul.

O tópico seguinte, adentra no principal objetivo desse capítulo que é a questão do modo de organização social tradicional Guarani e Kaiowá, de forma geral, no primeiro momento. Em seguida, será especificado um contexto próprio que diz respeito a

reserva/aldeia Guapo'y ou aldeia Amambai. Como era a organização dos Guarani e Kaiowá antes da introdução da figura do capitão.

1.5- A atuação dos Órgãos Indigenistas na aldeia Guapo'y

A partir do ano de 1910, o governo cria o primeiro órgão indigenista que ficaria responsável pelos indígenas do Brasil, pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com nome inicial de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Nessa criação unificaram os dois órgãos, na qual o SPI tinha como o papel principal de proteger grupos indígenas e pacificá-los, enquanto o outro ficou responsável pela mão de obra sertaneja. Posteriormente, separada em 6 de janeiro de 1918, pelo decreto Lei nº 3.454, desvinculada do segundo órgão ficando apenas a instituição denominada SPI.

A criação emergencial desse órgão foram os diversos acontecimentos em relação as várias etnias indígenas, que ao tentar impedir a invasão dos seus territórios pelos colonizadores, inúmeros grupos estavam em conflito e se continuassem assim a maioria deles seria extinta. Nem através da catequese e a ajuda missionaria converteria a atual situação naquele momento delicado a vários grupos indígenas, além dos conflitos territoriais muitos pegavam doença pelo contágio, invasores que cobiçava a terra indígena contratava matadores profissionais para a execução.

O conflito se agravou com as aberturas das estradas que perpassavam diversas terras indígenas, desencadeando disputas armadas, ocorrendo em todo o cenário nacional a situação de conflito territoriais entre indígenas e não indígena. No ano de 1908, no XVI Congresso de Americanistas, em Viena, Áustria, foram denunciados que no Brasil estavam ocorrendo massacres de várias etnias indígenas. Através dessa denuncia o governo federal buscou proteção a esses grupos étnicos por meio do Estado.

Como o coronel Candido Mariano da Silva Rondon estava à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Matogrosso até Amazonas (1907-1915), durante a sua atuação a essa frente ao ter contato com esses grupos de forma pacífica, propôs ao governo federal a assumir essa tarefa de proteger os povos indígenas do extermínio e instituir assistência e proteção a diversos grupos étnicos.

Diante da proposta apresentada por ele, para o governo federal, foi convidado a ser diretor do recém-criado órgão, pois, tinha experiencia no contato.

O então tenente-coronel Candido Rondon foi convidado a dirigir o novo órgão criado. Ele imprimiu ideias positivistas a orientação e as atividades da instituição. Estabeleceu a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política indicava o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia, essa diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio a sociedade brasileira (ABREU, FREIRE, C. LIMA, A. LIMA, A. s.d. p 2)

Mediante a situação, naquele contexto, incluíram os índios nos grupos “*relativamente incapazes*”, incluindo junto aos menos de “*16/ menores de 21 anos*” na qual o Estado tutelaria os índios.

Com a desvinculação de outro órgão e ser apenas SPI a sua atuação concentrou na pacificação entre grupos indígenas, tendo maior parte do trabalho de pacificar feito com governos estaduais para a criação das reservas de proteção e sobrevivência física dos indígenas, e posteriormente introduzindo a atividades educacionais, produção econômica entre outras ações destinadas aos indígenas. Dentro dessas reservas, introduziram os Postos Indígenas e o Chefe de Posto.

Durante a atuação do SPI, enfrentaram problemas de recursos e dificuldade de qualificação de seu pessoal, assim acabou caminhando na direção oposta da qual havia colocado como resultado. Eram denunciados, com frequência, casos de fome, doenças, assassinatos e outros. Com esse cenário e frequente denúncias, em 1960, o SPI foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na qual mais de cem funcionários foram demitidos. Em 1967, no governo de regime militar, o SPI e o CNI foram extintos e criado outro órgão, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para substituí-las.

Com a extinção do SPI, entra em ação o novo órgão indigenista recém-criada no regime militar, a FUNAI¹¹. Com a missão de proteger e promover direitos aos povos indígenas do Brasil, garantindo a pluralidade étnica e cultural conforme a constituição.

Com a redemocratização do país houve avanço no que tange a política indigenista no Brasil, possibilitando novas discussões na sociedade civil e nos povos indígenas, como é destacado.

¹¹ A Funai foi criada em 5 de dezembro de 1967 por meio da Lei nº 5.371, após a extinção do Serviço de Proteção ao Índio.

A constituição de 1988 representou as principais mudanças na política indigenista. Por meio do artigo 231, os direitos desses povos nativos são preservados, sendo dever do Estado garantir a pluralidade étnica e autonomia dos indígenas. (SOUSA, 2022. p. 2)

1.6 Organização Social e Política tradicional Guarani e Kaiowá na aldeia/reserva de Amamai/Guapo’y

Para desenvolver o presente tópico será abordado uma questão muito complexa acerca dos modos de organização social e política dos Guarani e Kaiowá tradicional, antes da inserção do modelo de organização introduzido pelos *karai* dentro do contexto de sociabilidade Kaiowá. No primeiro momento, será apresentado trabalhos/pesquisas realizados sobre esses modelos de organização tradicional descritos por autores como Brand (1993, 1997) Pereira (1999) Cariaga (2019) Clastres (1974).

Em um segundo momento, será especificado o contexto da reserva de Amambai ou Aldeia Guapo’y, como os próprios moradores da reserva denominaram chamá-la. Assim, já abordando como se organizavam os Guarani e Kaiowá dentro do *tekoha*¹² (ou reserva) de Amambai, ainda sem a implantação do modelo de chefia de órgãos indigenistas para ter controle sob esses *coletivos* que é a figura do Capitão a serviço desses órgãos, que “visa” introduzir e adequar à sociedade nacional.

Clastres (1974), na obra *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*, aborda questões sobre como se organizavam os indígenas da América do Sul. A partir da perspectiva do autor, ao fazer uma análise dessa sociedade comparando com a sociedade não indígena dita “civilizada”, via uma sociedade que se organizava de forma totalmente diferente, imposta pela sociedade moderna e pelo Estado.

Clastres parte da ótica moderna para pensar que uma sociedade que existe sem o Estado seria *incompleta*. O autor partilha uma visão acerca da sociedade primitiva que, considerada por outros, seria a “sociedade sem Estado” e, dessa forma, a partir dos relatos de cronistas, viajantes ou até mesmo pesquisas com o mesmo ponto de partida, “não se pode imaginar a sociedade sem o Estado”. Essa é uma visão de mundo e pensamento

¹² O *Tekoha* para os Guarani e Kaiowá e o local sagrado são as aldeias tradicionais da qual foram tirados e *confinados* em reservas. Grifo meu em participação do seminário do Antropólogo Diogenes Cariaga explica essa questão como algo que pode vir a ser ou se tornar, a partir das exposições da ideia podemos analisar e ao mencionar “algo que pode vim a ser ou se tornar” penso que trata das retomadas feitas pelos Guarani e Kaiowá dos seus territórios tradicionalmente estavam antes de confina-los.

etnocêntrica, tentado aplicar a referência de uma sociedade moderna com Estado em uma outra sociedade em funcionamento na qual se nota justamente sua ausência.

Partindo dessa visão etnocêntrica, como aponta Clatres (1974), tem-se a ideia de que a história só percorre um único sentido para todas as sociedades e todos tendem a percorrer os seus trajetos até alcançar a civilização:

reconhece-se aqui a outra face do etnocentrismo, a convicção complementar de que a história tem um sentido único, de que toda a sociedade está condenada a inscrever-se nessa história e a percorrer as suas etapas que, a partir da selvageria, conduzem a civilização. “todos os povos policiados foram selvagens”. (CLASTRES, 1974. p. 133)

Essa é a visão etnocêntrica acerca das sociedades consideradas primitivas. Partindo desse ponto, uma sociedade sem Estado está *incompleta* e para alcançar a civilização tende a percorrer um único sentido, e só seria possível considerá-la uma sociedade moderna civilizável com o Estado. A aplicação dessa referência, de uma sociedade moderna a partir dos moldes e de uma lógica de organização não indígena para uma sociedade indígena, pela visão externa, não é possível compreender profundamente toda a complexidade de organização social e política dos indígenas. Pois, parte já de uma visão definida de como é e seria uma sociedade nos moldes da modernidade. Essa lógica de organização não se aplica a sociedades indígenas tradicionais como Clastre (1974) aponta.

Desse ponto, autores como Brand (1993 e 1997), Pereira (1999) e outros descrevem como as famílias tradicionais Guarani e Kaiowá se organizavam em seus *tekohas*, através de famílias nucleares. Dentro de uma família nuclear, as funções eram exercidas geralmente por homens, levando em conta as suas melhores qualidades para a função, assim descentralizando o poder. Assim é como demonstra Pereira (1999).

A maioria dos pesquisadores indígenas e não indígenas que desenvolvem trabalhos sobre coletivos indígenas, entram em consenso teórico quanto aos modos tradicionais de organização sociopolítica Guarani e Kaiowá. Em cada família nuclear ou em parentela constam o papel fundamental do cabeça de parentela- *hi'ú*¹³ e a parentela- *te'yi*¹⁴ como Schaden (1974), Brand (1993 e 1997) e Pereira (1999) entre outros, nota-se

¹³ Cabeça de parentela descrito por Pereira (1999).

¹⁴ Descrito por Pereira (1999) em sua dissertação como cabeça de parentela em cada família nuclear tem, e ocupa um papel importante nos processos de chefia dentro de uma família ou parentela para se relacionar com outras famílias ou parentelas.

em seus trabalhos que a função da cabeça de parentela é essencial para organizar uma família extensa.

Assim, partindo do ponto que Pereira (1999) denomina de *fogo familiar*¹⁵ que explica como é a organização Kaiowá dentro do contexto de parentela, para um âmbito maior que perpassa por outras várias famílias.

Desta forma várias parentelas ou famílias tem sua própria organização e possui sua própria liderança, que só é responsável pelo seu grupo. E o mesmo vale para outras parentelas dentro do seus tekohas.

Como as coisas se resolviam? Se resolvia os conflitos cotidianos do tekoha quando cada representante de uma família, para resolve as questões, encontrava um consenso sobre a situação em questão.

Com esse modo de organização social dos tekohas não tinha um poder centralizado ou centrado em uma liderança de uma certa parentela, como ocorrem atualmente nas aldeias Guarani e Kaiowá, após a inserção do sistema de capitania que é o contrário dos modos tradicionais, passando a centralizar em uma pessoa ou um grupo. E, com isso, não reconhecendo e não respeitando mais as lideranças tradicionais. Na organização tradicional todas as lideranças de parentelas tinham um total respeito por todos, detinha um papel importante em seu tekoha.

Após a inserção de uma nova forma de organização social externa que foi inserido pelo órgão Serviço Proteção ao Índio (SPI), dentro do contexto Guarani e Kaiowá teve impacto profundo, pois desde o primeiro momento não se levou em questão as especificidades organizacionais indígenas. Preocupavam-se mais com o projeto de integração à sociedade nacional e com o controle sobre a liderança que pudesse realizar o trabalho do Estado, sob um governo indireto.

Com o sistema já inserido no contexto Guarani e Kaiowá, o segundo passo foi indicar membro de uma parentela que pudesse servir como intermediário entre a aldeia e os órgãos indigenista, para colocar em pratica as ideias em relação aos povos indígenas.

Para indicar certas pessoas como nova liderança geral de toda a comunidade, exigiam alguns requisitos, não levando em conta as principais lideranças de parentelas que já havia no local. Os requisitos necessários eram ter uma boa relação com órgãos

¹⁵ O termo utilizado pelos autores como Schaden (1974) Brand (1993 e 1997) e Pereira (1999) para denominar parentela, que cada família nuclear tem um fogo familiar ou fogo doméstico (o principal), e desse principal e compostos outros vários outros fogos que está interligado a essa família nuclear sejam por consanguinidade, afinidade ou aliança política.

como o SPI e falar o idioma português para poder se comunicar com os karai. Esses eram alguns dos critérios exigidos para ser indicado ao cargo de liderança, na época era chamado de capitão da aldeia. A partir disso, começa a centralizar o poder dentro da comunidade indígenas que anteriormente não havia, pois o poder era bem equilibrado entre parentelas.

O sistema fez com que as lideranças tradicionais cada vez mais perdessem certos reconhecimentos e privilégios, pois, o capitão ofuscava outras demais lideranças que ainda havia na aldeia. Gradualmente essas lideranças foram ficando cada vez mais “invisíveis” com o passar dos anos e perdendo seu papel de líder de parentela para o novo formato de liderança.

E o sistema que foi utilizado pelo SPI nessa nova forma de chefia indígena nas aldeias, vem do sistema do exército brasileiro, no qual são organizados em hierarquias ou patentes, onde o capitão ocupava um dos mais altos cargos na hierarquia e abaixo dele haviam outras patentes que se reportavam diretamente a ele.

Desse sistema só foi implantada a figura do capitão, as outras patentes desse sistema não foram.

Com isso o contexto da aldeia teve que reconfigurar socialmente e se readaptar a esse novo sistema de liderança externa que lhe foram implantadas sem nenhuma consulta prévia. Isto rompeu totalmente com as formas tradicionais de organização dos Guarani e Kaiowá.

Com esse sistema implantado e já em funcionamento se abriu oportunidades para o novo tipo de liderança Guarani e Kaiowá. Para ser reconhecido como liderança de uma parentela é necessário obter alguns requisitos. Dentre esses, citarei alguns como uma idade avançada, com uma vasta experiência dentro da parentela, possuir uma boa relação com outras parentelas, sempre tentar resolver conflitos cotidianos através de argumentos, evitar ao máximo o uso de violência para contornar a situação e possui um reconhecimento de outras parentelas que pudesse ocupar essa função dentro da sua parentela.

Algumas dessas características eram necessárias para ser liderança em um grupo famílias. Mas com o surgimento da figura do capitão esses critérios não foram levados em conta pelo órgão, ao nomear um membro da aldeia como capitão.

Capítulo II

2. Criação das reservas: a nova configuração sociopolítico espacial da aldeia Guapo'y (2000 a 2019)

Nesse capítulo, será abordada a questão do sistema de Capitania e os modos de organização dos Guarani e Kaiowá da reserva/aldeia Guapo'y ou aldeia Amambai, isto é, como se deu a organização após a inserção da figura do Capitão dentro do contexto e da realidade Guarani e Kaiowá. Ainda fazendo algumas comparações de como foi e como se encontra a organização e como se deu depois da implantação do Capitão na aldeia. E como mudou após essa inserção a configuração dos *processos de chefia*¹⁶ Guarani do tradicional para a atual realidade.

O recorte temporal optado feito sobre análise social dos indivíduos ocupantes da função do cargo de “capitão” ou liderança indígena, não significa que os anos anteriores não sejam relevantes para história Guarani e Kaiowá, pois contribuem para o atual contexto social no qual se encontra. Entretanto, neste período as transformações sociais e políticas dentro das aldeias Kaiowá e principalmente na aldeia Guapo'y, tornaram-se mais visíveis tanto para quem observa de um contexto interno quanto do externo.

No primeiro momento, tratarei brevemente da questão de como os residentes da aldeia Guapo'y e inclui já outros habitantes de outras aldeias, como cada um se auto-reconhecem e identificam-se pertencente de uma localidade indígena. Sempre utilizando-se do termo aldeia atualmente para que os outros possam ter a noção de qual região pertence, ao contrário de como os não indígenas identificam cada território pelo nome conhecido como “reserva de Amambai”, “reserva de Caarapo” e assim em diante mesmo sendo o termo correto de se referir a cada um dele, para os indígenas e comum a utilização do termo aldeia atualmente. Mas, vale ressaltar que os mais velhos (as) de cada familiares não utilizaram nenhum deste dois termos citados no seu vocabulário para se referirem a questão de território e sim a palavra tekoha.

¹⁶ Processos de chefia termo utilizado pelo autor Pereira (1999) para se referir a hierarquia de chefes Kaiowá tradicional dentro de aldeia, que em cada contexto tem seus próprios chefes até chegar ao *Teko Ruvicha* ou *Mbuuvicha* que no modo tradicional e a última instância ou autoridade máxima Kaiowá entre os líderes tradicionais.

No segundo momento, realizar um recorte de cada região que compõem a aldeia Guapo'y, com algumas demonstrações fotográficas de cada região e como são organizadas cada uma delas, e o que dentre essas regiões cada um possui suas peculiaridades.

E no terceiro momento, com a introdução do sistema de capitania dentro das aldeias indígenas Guarani e Kaiowá, como se reorganizaram após essa inserção e quais mudanças ocorreram na aldeia Guapo'y.

Quarto momento, realizar uma análise como os policiais indígenas atuam dentro da comunidade Guapo'y, sob a coordenação direta do ou da própria liderança em função, utilizando-se e possui como base semelhante a força policial do Estado, readaptando para o contexto indígena e realidade, com o objetivo inicial de garantir a segurança da população residente da aldeia. Contudo, é uma questão bastante complexa para ser explorado como todo, desta forma farei apenas algumas análises de como esses policiais são vistos pela comunidade Guapo'y e como atuam dentro da aldeia.

Quinto momento, como as alianças políticas tanto interno e externo perpassaram os limites das reservas e territórios ao longo tempo e avanços tecnológicos, dependendo das realizações de tais alianças podem ter um impacto positivo na comunidade, caso contrário podem abrir brechas com essas alianças que forem feitas pelos próprios indígenas juntamente com os não indígenas, podendo aproveitar de situações que impactam negativamente a população indígena da aldeia Guapo'y.

Sexto e último momento, os processos de tramites que foram organizados e realizados pelos próprios indígenas, de forma “democrática” adaptado para contexto e realidade local do Guarani e Kaiowá, para escolherem dentre diversos candidatos que disputam uma com outras para assumir a função de liderança da aldeia por 4 anos. O que determinou que realizassem este tipo de processo para as escolhas das lideranças na aldeia, foram as atuações da própria FUNAI que anteriormente escolhiam membro de uma parentela com qual detinham mais afinidade, e desta forma essas atitudes rompia com as formas de reconhecimento de liderança dos Guarani e Kaiowá de cada parentela, gerando conflitos e dependendo da situação podem ser levados ao extremo, e não respeitando a forma tradicional de liderança. Por este e outros motivos reorganizaram e readaptaram a realidade local de como devem ocorrer a escolha da nova liderança da aldeia, com o consenso de varias parentelas, familiares e grupos em realizara este

processo de forma “democrática” na qual todos que tem interesse possam ter a chance de disputar pelo cargo.

2.1- Reserva indígena de Amambai ou Aldeia Guapo’y? Breves considerações

No ano de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN, pelo Decreto 8.072, um dos principais objetivos desse órgão foi oferecer serviços aos indígenas, que posteriormente passou a ser denominado apenas como SPI- Serviço de Proteção aos Índios. Conforme Valiente (2019)

Foi instituído durante o governo de Nilo Peçanha e criou 8 reservas no Sul de Mato Grosso do Sul. Seu primeiro diretor foi Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, que organizou os primeiros trabalhos e projetos de “integrar e civilizar os índios”. (VALIENTE, 2019. p. 38)

Assim, o SPI criou 8 reservas em Mato Grosso do Sul destinadas aos indígenas da etnia Guarani e Kaiowá, sendo elas: a reserva de Amambai, Limão Verde, Dourados, Caarapo, Takuapery, Sassoro, Porto Lindo e Paranhos. Outro objetivo do SPI era integrar os índios a sociedade nacional, “exterminando a diferença e a heterogeneidade existentes entre todos os coletivos ameríndios, no conhecido projeto de integração dos indígenas à sociedade nacional” (VALIENTE, 2019. p. 38).

A primeira reserva criada pelo SPI dentre as 8, foi a atual Reserva Indígena de Amambai ou a Guapo’y. Tendo seu nome inicial de Benjamim Constant. (Aquino, 2012).

Aldeia *Guapo’y* localiza-se no município de Amambai MS, reservada em 1915 e demarcada 1991 pelo SPI, com 3.600 ha, tendo reduzida para 2.429 ha. Homologado através do Decreto Presidencial N.277, de 29 de outubro de 1991. O limite da aldeia é cortado pela Rodovia MS-386. É conhecida como a Aldeia Amambai, mas a comunidade deu um nome específico que é *Guapo’y* (Figueira), segundo moradores não há segredo de nome, mas pelo fato de existir uma grande árvore figueira localizada bem no centro da aldeia, por isso o nome de Guapo’y.

Tabela 1: Criação e Reservamento da Terra Indígena de Amambai- MS

Documento	Etapa	Número	Datas	Publicação
Decreto	RESERVADA/SPI.	404	10/05/1915	10/05/1915

Decreto	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	277	29/10/1991	30/10/1991
---------	-------------------------------	-----	------------	------------

Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3576>

Figura 1: Reserva Indígena Guarani e Kaiowá de Amambai

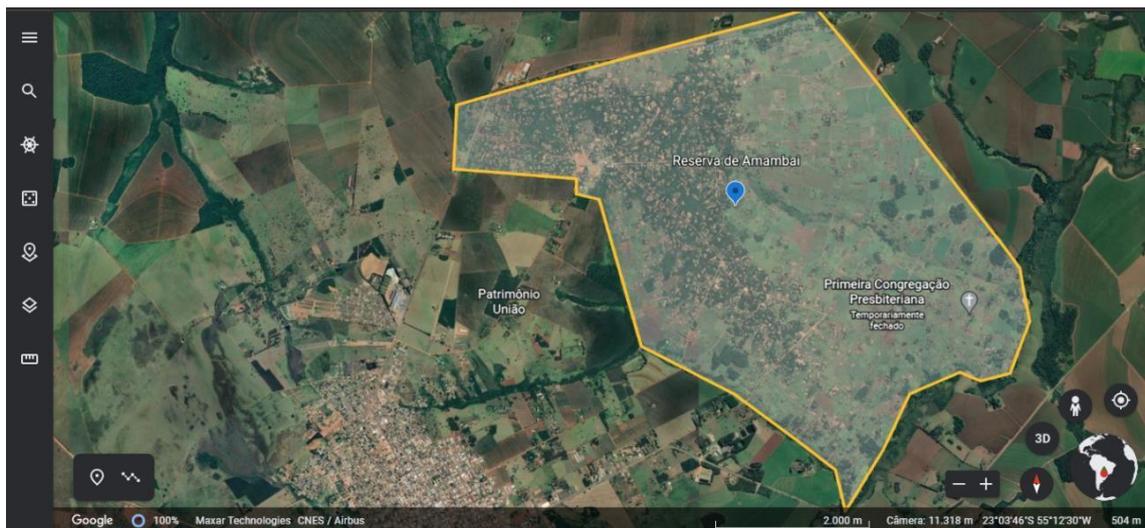


Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

Mas, atualmente está, como demonstrada na imagem acima, maior que a própria cidade que se localiza ao lado esquerdo, com 2.300 hectares. Residem várias famílias e parentelas espalhados em diversas regiões da aldeia.

A mesma questão levantada pelo pesquisador indígena Kaiowá Celuniel Aquino Valiente, em sua dissertação (2019), os próprios moradores da reserva de Amambai não reconhecem a área de reserva como reserva, mas sim como aldeia¹⁷.

É uma questão bastante complexa que necessita de um aprofundamento específico sobre a ideia, da qual não é o objetivo principal desse tópico. Mas, farei breves considerações e análises acerca.

Conforme várias pesquisas desenvolvidas como: trabalhos, artigos, dissertações e até teses relacionadas aos indígenas, principalmente sobre os Guarani e Kaiowá, utilizarem o termo reserva ou terras indígenas para se referir as essas áreas. O termo

¹⁷ Colocar conceito de aldeia pela visão de não indígena e depois a ressignificação de conceito pelos próprios indígenas como referência de cada aldeia da qual pertence.

correto a ser utilizado por indivíduos externos à sociedade indígena, mas entre os indígenas essas palavras são utilizadas no cotidiano quando necessário, o mais comum é ouvir o termo aldeia e não reserva ou terra indígena. Quando mencionadas essas duas formas incomum para se referir a aldeia soam estranhas e não parecem possuir algum significado para residentes da comunidade, a mesma reação ocorre em várias parentelas quando são mencionados esses termos, mesmo sendo correto.

Utilizar tais termos entre os indígenas que possui um certo nível de escolaridade, um pouco mais avançado que os demais, mesmo apesar de ter conhecimento sobre as formas corretas a serem utilizadas há uma certa estranheza ao ouvir ou mencioná-la, pelo simples fato de não fazer parte do vocabulário cotidiano.

Já o termo aldeia faz parte do cotidiano e do linguajar Guarani e Kaiowá desde criança, e acompanha sempre que precisa utilizar de qual aldeia vem ou faz parte de uma como “che aiko aldeia Guapo’y pe” tradução “eu resido na aldeia Guapo’y” é mais comum ouvir essa forma, do que como “che aiko reserva Guapo’y pe” tradução “eu moro na reserva Gaupo’y” a pronúncia em si parece não possui um significado para os indígenas.

Apesar dessas distintas formas de se pronunciar para se referir a mesma coisa estarem corretas, a questão a ser observada é quem está pronunciando e em qual contexto está sendo utilizada. Se for em um contexto fora da aldeia poder ser utilizado o termo reserva tanto por indígenas ou não, para se adequar contextualmente, mas utilizar o mesmo termo em um contexto da aldeia não possuiria o mesmo significado e vice-versa.

2.2- Composição de regiões que integram a Aldeia Guapo’y

A composição geográfica das regiões que compõem toda a aldeia Guapo’y, acredito que desde o seu primeiro reservamento com a chegada de várias famílias extensas no local, trazida a força dos seus *tekohas*, ainda não tinha essas regiões definidas com esses nomes. Foram denominando essas regiões já posteriormente com números consideráveis de famílias extensas, a denominação dessas regiões que compõem o Guapo’y atualmente como Valiente (2019) explana, em sua dissertação, para os indígenas existe uma certa compreensão de qual região da aldeia a pessoa ou família pertence, como forma de identificação dentro da lógica indígena.

Tradicionalmente não era muito comum membros de uma parentela ir residir longe da sua, mas no contexto da reserva essa ideia vem sofrendo mudanças que afetam diretamente esse pensamento, no qual, todos que pertencem a uma família extensa tendem sempre a ficarem perto ou arredor de sua família. Ideia mencionada por Pereira (1999), como che ypy kuera.

Como a reserva tem limites definidos de espaços, vem aumentando bastante a demografia desde a sua criação, assim nos dias atuais já não há espaços suficientes para os Guarani e Kaiowá, seja na Guapo'y ou em outras reservas. As duas reservas consideradas mais populosas são a de Amambai, que contém o maior número de pessoas da etnia Guarani e Kaiowá, e a reserva de Dourados, porém, nesta se encontram três etnias os Kaiowá, os Ñandeva e os Terena, assim superando em número de população indígena a reserva de Amambai.

A região da Guapo'y é composta pelas seguintes Postos, Hugua, Ivernaasa e Pandui, assim dívida em lotes privados de cada parentela ou pessoas que estão no espaço desde a sua entrada. Mas, atualmente, todos os lotes estão ocupados pela atual geração.

Figura 2: Regiões que compõem o Guapo'y

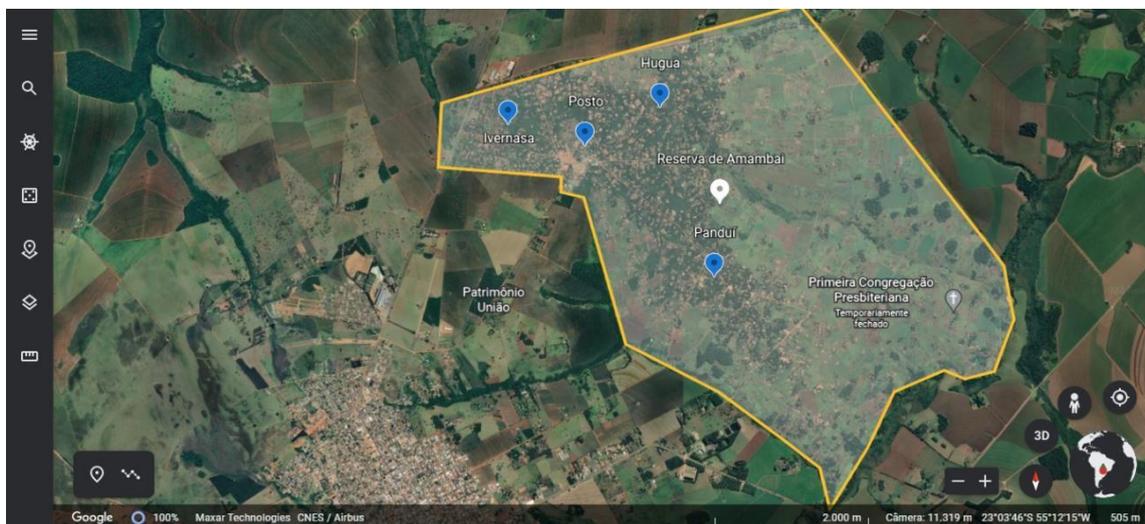


Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

Figura 3- Região Posto- Central -



Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

A região do Posto é o mais conhecido e possui o número mais elevado de pessoas residindo na área, tem uma certa disputa de lote para ocupar o espaço. Mas a maioria das parentelas que habitam o local cada membro já tem seus lote ou lotes.

Nessa região da aldeia Guapo'y é considerado como centro, o motivo é que a área possui 3 escolas, 1 posto de saúde, parque indígena, barracão de eventos/reuniões, 1 campo de futebol, 1 quadra pública dentro do parque indígena e uma recente obra de pavimentação asfáltica quem vem da rodovia km 05 Amambai/Ponta Porã. Esta tem 8 km adentra pela região da Ivernasa e vai até em frente às duas escolas do Posto: a Escola Municipal Polo Indígena Guarani Kaiowá e Escola Estadual Indígena Mboe roy Guarani Kaiowá.

A Escola Municipal Indígena Polo Guarani Kaiowá, atende nos três períodos: matutino, vespertino e noturno. No período matutino atende as series fundamentais de 6º a 9º ano, possui uma boa parcela de docentes indígenas e alguns não indígenas. No período Vespertino as series iniciais de 1º ano a 5º ano, a maioria são professores (as) indígenas e no noturno atende alguns series fundamentais e EJA, o corpo docente é somente de indígenas. E tem como diretora professora indígena Daiane Caceres, e seus coordenadores alguns indígenas e outros não indígenas.

A Escola Estadual Indígena Mboe roy Guarani Kaiowá, atende em dois períodos: vespertino e noturno, somente o nível médio de ensino. Do 1º aa 3ºanos, no período vespertino, com corpo docente bem diversificado, uma parcela indígena e outra metade de não indígenas. No período noturno, atende o ensino médio regular e o ensino médio EJA. Tem como diretor o professor Duadino Martines, o primeiro diretor indígena da escola Estadual da região de Amambai, e corpo administrativo e coordenadores composto por maioria não indígenas, somente uma indígena está inserida.

A Escola Municipal Mitão Rory, atende em dois períodos, matutino e vespertino, tendo como foco as series iniciais como, pré-1 ao 5º ano em dois períodos. Tem como diretora, a não indígena Sebastiana Souza, uma das remanescente quando a escola ainda estava sob a tutela da Missão Evangélica Caiuá. Seu corpo administrativo e coordenadores todos são não indígenas, apesar de uma boa parcela de professores(as) serem indígenas.

A única das escolas que está no contexto da aldeia que ainda utiliza e força os alunos a serem catequizados, ou seja, cada sexta-feira os alunos vão o culto infantil que ocorre durante o período das aulas. Caso algum aluno não queira participar é forçado a participar mesmo contra a vontade.

Nessa região a maiorias que habita no local são funcionários públicos municipais e estaduais, da saúde, professores(as) e ex-funcionários aposentados federais, como da

FUNAI. E sua composição social está classificada desta forma, no centro ou conhecido como Posto.

O nome que deu origem a aldeia Guapo'y pelas primeiras parentelas que foram realocadas forçadamente das áreas de suas tradicionais tekohas, conta que em frente o atual Parque Indígena tinha uma nascente de água que percorria toda aldeia até se encontrar com rio Panduí. E próximo e ao lado dessa nascente de água corrente tinha uma árvore Guapo'y¹⁸ de tamanho considerável para ser chamado de grande, além dessa tinha outras, porém menores espalhadas pela aldeia.

Algumas das principais lideranças que passaram pela função residiam nessa área, como a família Vasques, Aquino, Sanches. E desta forma o poder sempre se concentrou nessa região, especificamente desde o início, até o começo dos anos 2000. Posteriormente a isso vem sofrendo mudanças, pois parentelas de outras regiões vem disputando o cargo para liderança.

E a maioria das parentelas que veio para a área foi ocupando primeiro essa região e depois outras regiões.

¹⁸ Árvore conhecido como Figueira, além de ter o nome de uma aldeia indígena Guarani e Kaiowá também tem suas propriedades medicinais.

Figura 4- Região Hugua ou Sertão



Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

E a região conhecido como Hugua ou Sertão também é uma área que possui um número considerável de parentelas habitando.

Nessa região tem um Posto de Saúde da SESAI, que foi inaugurado recentemente, mas anteriormente funcionava como uma extensão da escola Municipal Polo Guarani Kaiowá que atendia das séries iniciais de 1º ao 5º anos, como já mencionado acima. Apenas recentemente foi inaugurado como novo Posto de Saúde para a região.

Além desse posto de saúde, na mesma região, funcionava uma escola extensão também da escola polo que atendia as series iniciais quando estava em funcionamento.

Mas, atualmente, essa escola foi desativada e abandonada desde então, e os alunos da região que frequentam a escola tanto Guarani Kaiowá Polo quanto a Escola Municipal Mitã Rory, passaram a percorrer mais de 5 km diariamente. Somente recentemente a escola Mitã Rory teve uma doação de ônibus escolar da prefeitura municipal, na qual levam os alunos que vem de regiões mais afastada do Posto passando por todas as regiões.

Nessa região a sua composição social está desta forma, alguns funcionários públicos municipais e estaduais residem no local preferencialmente professores(as), e a maioria dos residentes trabalham na cidade geralmente em obras de construção civil. E alguns trabalham na roça para sustento próprio ou revender o que é produzido em sua roça.

Porém, o número de familiares que residem na área só se concentra uma certa localidade como é possível ser visto na figura acima, pois, o restante da região só é de algumas pessoas que tem um lote grande sendo assim outras parentelas não podem adentrar nelas, pois, “pertence” a outro(a). E nessas áreas que não contêm nenhuma parentelas residindo, os donos do lote plantam soja e milho em todo o limite da aldeia, e assim não tendo mais espaço para outras parentelas.

E algumas pessoas que possui um lote de tamanho considerável plantam soja e milho dentro da aldeia como sócias de fazendeiros, em alguns casos famílias que residem perto dessas plantações reclamam quando passam agrotóxico nas plantações que afetam crianças e adultos.

Figura 5- Região Ivernasa-



Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

A região conhecida pelo nome de Ivernasa não possui nenhuma instituição na área como escola, posto de saúde e outras, apenas moradores da aldeia. A região fica poucos minutos da região central ou do Posto, e por este motivo não possui instituições como

mencionadas acima. Esta região é cortada pela rodovia km 05 entre Amambai/Ponta Porã, possui um número considerável de parentelas residentes na área.

Nesta região, residem professores, agentes de saúde, técnico em enfermagem, trabalhadores em construção civil, trabalhadores de roça e uma parcela que trabalha na empresa que fica em frente à aldeia conhecida pelo nome de C. Vale, na qual são armazenados, após as colheitas, milho e soja dos latifundiários que tem nos arredores da aldeia.

Começou, pela região, uma pavimentação asfáltica, obra iniciada no ano 2021 e concluída no mesmo ano, que vai até em frente das duas principais escolas: a Escola Municipal Indígena Polo Guarani Kaiowá e a Escola Estadual Indígena Mboe roy Guarani Kaiowá.

A área também é um ponto ou local estratégico, pois quando a comunidade organiza manifestações pelos direitos indígenas, sempre se utilizam ao seu favor a rodovia, bloqueando-a parcial ou totalmente. Isto como forma de chamar atenção do Estado e serem ouvidos pelos direitos que estão se manifestando.

Figura 6- Região Panduí-

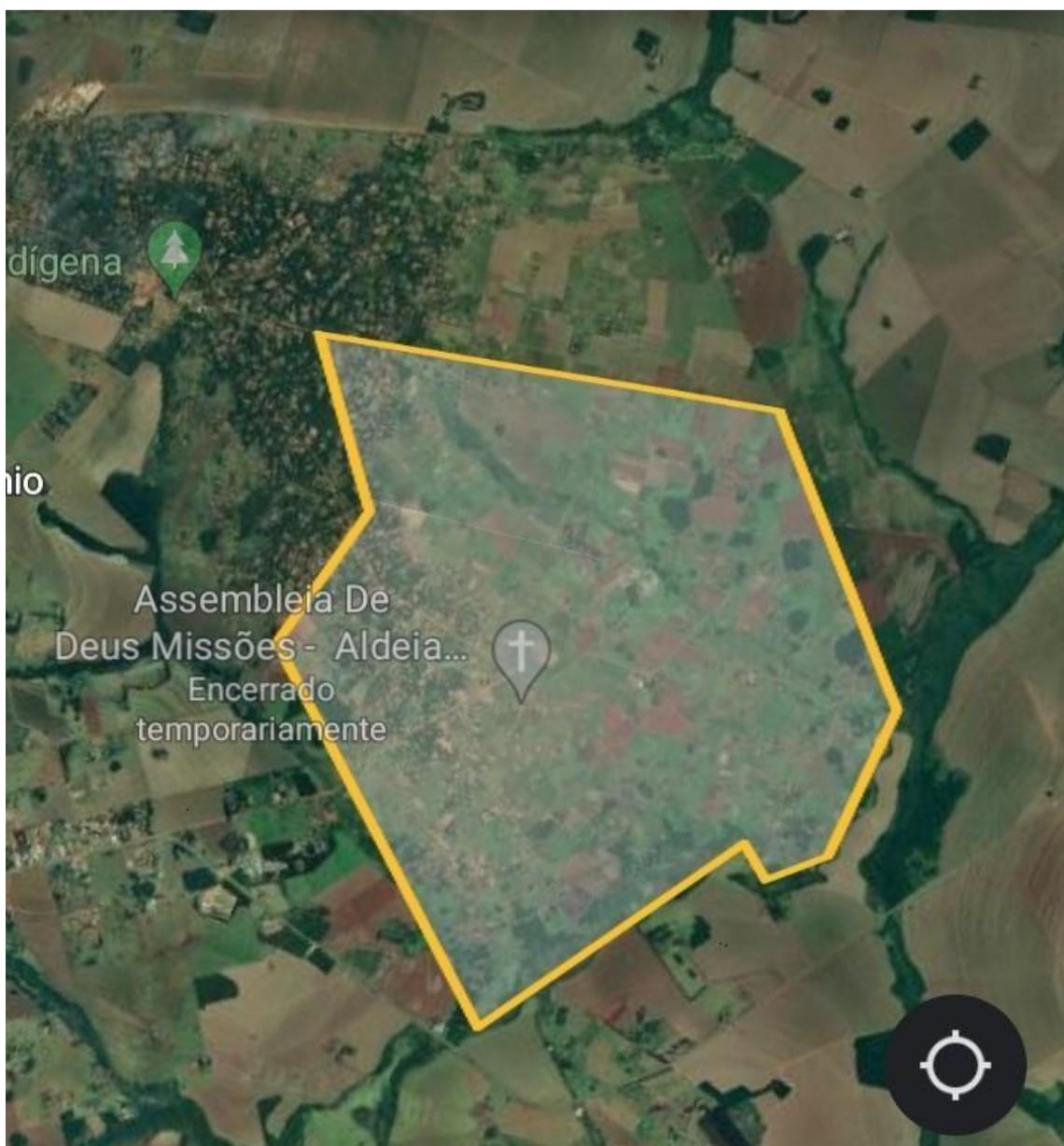


Imagem feita pelo Google Earth no dia 01/09/2022.

Esta região da aldeia é a mais extensa em relação às demais localidades, porém, se assemelha a situação do Hugua, as parentelas estão concentradas em algumas partes da região logo no início, e aos poucos familiares que residem mais distantes do outros.

Sendo assim, ainda há grandes espaços ou lotes disponíveis, porém, como já mencionado, esses lotes já têm “donos” para poderem plantar soja e milho, no meio da aldeia, ocupando assim uma grande quantidade de espaços que poderiam ser utilizados pelas outras parentelas.

A área em relação as duas regiões como Invernasa e Hugua, possui mais instituições por ser mais extensa e por ter número habitantes superior as duas áreas citadas.

A região possui três escolas, a Escola Municipal Mbo´erenda Ypyendy, Escola Municipal Patrimônio (extensão da escola municipal Polo) e a Escola Municipal Katupyry (Extensão da escola municipal Polo). E uma recém obra de uma quadra Society pública (um campo sintético) no início da entrada para a região.

A Escola Municipal Mbo´ ereda Ypyendy, atende nos períodos vespertino e matutino, no período matutino são ofertados as series fundamentais de 6º a 9º anos, e no período vespertino as series iniciais como do 1º ao 5º anos. A maioria dos(as) professores (as) são indígenas da aldeia, e alguns não indígenas integram o corpo administrativo como a coordenação, e tem como diretora a professora Elda Aquino Vasques, atualmente. E a escola localiza-se bem na extremidade da área Panduí,

A Escola Municipal Patrimônio (extensão), está localizado depois da quadra sintética da região, atendendo nos períodos matutino e vespertino. E nos dois períodos atende as series iniciais de 1º ao 5º anos, e a maioria do corpo docente são professores (as) indígenas.

A Escola Municipal Katupyry (extensão), está localizada na outra extremidade da região Panduí, o seu funcionamento também é de dois períodos entendendo as series iniciais do local, todos(as) professores(as) indígenas.

Em sua composição social organizacional reside professores(as), trabalhadores da empresa de frigoríficos, donos de comércios locais, trabalhadores de construção civil e possui muitos rezadores (as) conhecidos e reconhecidos, e nessas áreas duas casas de reza. Também foi construída a primeira casa de reza perto da escola Ypyendy, alguns anos depois foi incendiada por intolerância religiosa e logo foi reconstruído no mesmo local. Estava sob a responsabilidade de um rezador conhecido e já falecido da aldeia e da região, o rezador conhecido pelo apelido de Teju (tradução literal, Lagarto), antes de falecer tinha pedido aos seus familiares que fosse sepultado ao lado da sua casa de reza que permanece até os dias atuais, pedido esse que foi atendido pelos seus familiares.

A segunda casa de reza menor localiza-se na extremidade da região, que está sob a responsabilidade de uma rezadora mais conhecida como Dona Lulu, que também teve sua casa de reza incendiada e ameaçada por sempre estar praticando seus cantos tradicionais.

2.3- A introdução da Figura do Capitão dentro do contexto Guarani e Kaiowá através de Órgãos Indigenista como Formas Controle

A figura do capitão ou a figura da liderança que atualmente está inserido dentro da realidade e contexto Guarani e Kaiowá, desde a sua implantação pelos órgãos indigenistas com uma das formas de controle sobre os indígenas indiretamente. Que possui todo um arcabouço para inserir nos modos de organização social e política tradicional indígena que penetrou profundamente nos modos de se organizarem que perpetuam até nos dias de hoje. Porém, com algumas mudanças.

Logo, nos primeiros momentos quem tomavam decisões como de quais grupos ou parentelas ocupariam o cargo eram a própria FUNAI que indicavam para a função. Isso se ocorreu até um certo período, mas os conflitos rodeavam que cada vez mais aumentavam sobre tais decisões feitas pelo órgão. Então, com a derrubada de “portaria de Capitão” que a FUNAI emitia para a pessoa que ocupa o cargo legitimando como liderança representante da aldeia, daí em diante os próprios moradores das aldeias entram em consenso de se organizarem como ocorreria e como escolheriam novas lideranças sem a interferência externa.

Logo após as criações das 8 reservas pelo Estado na região de MS, como novo “lar” para os Guarani e Kaiowá rapidamente colocaram algumas parentelas para utilizarem como exemplo, para outras famílias que ainda resistem e permanecem em terras tradicionais. Utilizam essas famílias que já estão na reserva com a narrativa que ali dentro tem todas as condições possíveis para recomeçarem, pois, tinham acesso alguns “recursos” que era exclusivo das parentelas de quem estavam dentro da reserva, e incitavam também os próprios famílias que já estavam nessas terras demarcadas a chamarem esses que resistem e não querem deixar os seus locais, utilizando da mesma narrativa. E aos poucos a maioria acabou cedendo e deixando os seus locais sagrados e

mudam para essas reservas com objetivo de recomeçar uma nova jornada, pois, eram diferentes dos seus modos de viver anteriormente.

E cada parentela que se mudavam para a nova aldeia cada uma delas já possuíam uma liderança tradicional, e com isso no mesmo local havia várias lideranças de parentelas reconhecidos pelas capacidades representar uma família perante os demais que estavam no local.

O que essas lideranças tradicionais não esperavam que nesse contexto eles não teriam tanto importância como era de costume, porque os órgãos indigenistas SPI e a FUNAI tinham um plano de inserir uma nova figura de liderança que iria fazer parte dessa nova organização e implantar um novo sistema de liderança que não faziam parte do sistema de liderança tradicional dos Guarani e Kaiowá.

Com aumento da população dentro da reserva logo após ser criada e demarcada oficialmente reconhecido pelo Estado como terras indígenas, logo já implantaram esse novo sistema de liderança que não reconheciam os líderes de parentelas tradicionais, e todos eles teriam que se submeter ao “capitão” da aldeia, o termo e o nome foi emprestado do sistema hierárquico do exército brasileiro na qual patente do capitão dentro do sistema do exército, é considerado um dos altas patentes e todos que está a baixo dele teria se reporta a ele como liderança máxima.

Desse sistema do exército só foi utilizado a denominação do capitão, no primeiro momento, e logo em seguida com foi emprestado também outras denominações hierárquicos do mesmo sistema para compor os primeiro membros dos policiais indígenas da aldeia Guapo’y, hierarquias como sargento, cabo e soldados esses ultimo o que seria hoje os atuais policiais indígenas, tanto a utilização do termo sargento e cabo não se utilizam mais, acredito que o termo e a função do “conselheiro” substituiu os dois, sobraram somente os “soldados” que são mais conhecido atualmente como polícia ava’í, que o termo possui um tanto no sentido pejorativo, por motivos de não possui os mesmo treinamentos dos policiais do Estado para atuar dentro das aldeia com mais conhecimentos de segurança pública, o ganharam essa denominação por suas atitudes sem sentido e a utilização do violência sem justificativa. Então dentro da aldeia esses policiais indígenas não vistos com bons olhos, mas as vezes são necessários os serviços prestados por eles de forma “voluntario”.

Para concretizar essa implantação do novo sistema de liderança que daí em diante seguiria esse modelo, fizeram uma junção genial, se apropriaram do sistema hierárquico do exército e juntaram com outro modelo de dominação colonial clássico britânico, que foi utilizado pelos britânicos em suas colônias no continente africano com nativos da região e tiveram um resultado bastante satisfatório na aplicação dessa forma indireta de governo, na qual controla indiretamente colocando um nativo local como novo chefe ou liderança. Esta forma de dominação colonial possui um baixo custo e tem resultados positivos. E o mesmo fizeram com os indígenas Guarani e Kaiowá nessas reservas recém-criadas.

Esse sistema de dominação colonial só é eficiente em modos de organização social e política com poder descentralizada, como é o caso dos kaiowá. Como pode ser percebido cada parentela possui sua liderança ou representantes, ou seja, entre os Kaiowá cada família tem suas lideranças e possui poder, mas não centrada em apenas uma única pessoa ou entidade, por isso esse novo modelo foi tão eficaz centralizou todo o poder em uma única pessoa, e todos eram obrigados a reconhecer essa nova forma de lideranças que lhes foram impostas.

Diferentes dos líderes tradicionais poderiam utilizar das forças coercitivas e violência para poder “governar” a aldeia, de acordo com a sua necessidade e impor suas ideias para a sua comunidade.

Assim implantaram esse novo modelo e sistemas de dominação colonial que juntaram dois modelos diferentes, mas com algumas similaridades em comum. Esse novo sistema de liderança que já estava sendo posto em prática, apesar de vários líderes de parentelas não aceitarem a se submeter a um único líder maior, o que esse novo líder decidir sobre qualquer situação ou decisão teriam que ser respeitado mesmo sendo a maioria contra, em relação a tal decisão tomada por ele.

No primeiro momento que decidiam quem iria ocupar esse cargo, dentro da reserva eram o SPI como já mencionado no decorrer do texto, algumas características e requisitos esses órgãos levavam em consideração para indicar o indivíduo a exercer a função, a principal e o mais essencial e saber se comunicar em português com os não indígenas, e ter uma parentela forte dentro da reserva que o apoiasse minimamente, esses eram os requisitos mínimos para ser indicado como “capitão”.

Diferentes como eram escolhidos tradicionalmente para ser um líder de parentela entre os Guarani e Kaiowá, requisitos complementares como “sua capacidade de falar, convencer e construir consensos internos (sua fala só tinha força enquanto manifestação deste consenso construído), tamanho de sua família extensa e sua generosidade” (CAVALCANE e ALMEIDA, 2019. p. 49. Apud. BRAND, 2001, p. 71). Em nenhum momento eram citados o uso constante da coerção para governar um tekoha, se solucionavam sempre através de diálogos e consensos, uso da violência só eram permitidos em caso extremos.

E nesses períodos indivíduos ao serem indicado para assumir o posto de “capitão” da aldeia, a duração ou a permanência no cargo também era diferente, como um capitão pode ocupar a função por anos se for visto com uma boa aceitação e sua atuação enquanto permanecer no cargo, só pode ser substituído após a sua morte se tiver uma boa aceitação. Caso contrário, tentam exonerar ou a pessoas que esta no cargo tem de renunciar da sua função por pressões coletivas e outro assume o cargo indicado pelo órgão, e a terceira forma e mais tranquilo, a pessoa renunciar da sua função e indicar como membro de uma outra parentela como seus próximo sucessor, como correu na situação da família Vasques na aldeia Guapop y, o capitão que estavam em exercício Pedro Lima na época renunciou da função e indicou como seu sucessor um membro da parentela Vasques, que é Orcicirio Vasques, essa família permaneceu um período considerável na função de liderança, posteriormente quase que tornaram hereditário e questão da liderança em sua família.

Chegou momento em que esses órgãos que indicavam membro de parentela para o cargo de “capitão”, pararam de interferir diretamente na aldeia Guapo’y deixando a questão de resolver de como escolheriam a escolha dos próximos lideranças, entre os próprios indígenas da aldeia.

E assim chega aos anos 2000, na qual houve mudanças e transformações que mudaram totalmente a forma que irão escolher quem ocupará a função de liderança por 4 anos. Se apropriaram dos sistemas de votação dos não indígenas através de votos e readaptaram para contexto e realidade dos Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo’y, possibilitaram que outros membro de parentelas que tivessem interesses em disputar pelo cargo de liderança se candidatar e quem assumiria o cargo nos próximos 4 anos, quem levassem mais votos da população da aldeia, e somente podem votar residente da aldeia local, por isso utilizam os seguintes requisitos para controle como, nesse processo o

Registro Geral (RG), número da casa, e o agente de saúde para ter a certeza que tal morador que está votando e mesmo da aldeia.

E assim tem sido o modo de organização da social e política da aldeia Guapo'y, desde a implantação desses sistemas de liderança que iniciou lá traz como modelo de dominação colonial clássica sob forma de governo indireto, para obter controle dos indígenas confinados em situação de reserva. Esse foi o método encontrado para dominar os indígenas em um ambiente fechado e juntamente com isso implantaram ideologias inconscientemente nesse coletivo a permanece nesses espaços definidos com poucos recursos naturais a disposição de várias parentelas.

Os Guarani e Kaiowá utilizam o mesmo sistema de liderança que foram implantados pelos SPI, ate os dias atuais.

2.4- Os “Policiais Ava'í”, o “Espelhamento da força de coerção do Estado” a partir da logica Indígena

Dentro do sistema de capitania, o capitão possui o uso de força dos seus policiais ou de coerção a seu dispor, semelhante as forças policiais do Estado. Como o sistema de liderança que atualmente rege as aldeias Guarani e Kaiowá vem do sistema e *Karai*, ou seja, de não indígena, possui toda uma complexidade de hierarquias. A instalação dos policiais indígenas dentro da aldeia sob a ordem direto do próprio capitão, vem nessa mesma lógica do sistema *Karai*, mas adaptado a cada realidade e contexto das aldeias. Nessa seção aprofundarei mais a discussão sobre.

Uma das características centrais do Estado, ao longo da história, é o legítimo monopólio do uso da força sobre os indivíduos.

A força policial indígena tem seu surgimento com governo de Getúlio Vargas que formou a primeira força policial indígena de várias etnias.

Sendo assim, a introdução dos sistemas de capitania dentro do contexto Guarani e Kaiowá trouxe consigo o modelo criado pelo governo de Getúlio Vargas, porém readaptado a realidade de cada aldeia indígena. Na qual, a liderança tem à sua disposição esses policiais indígenas.

Especificamente a implantação de policiais indígenas sob o controle da liderança na aldeia Guapo'y, foi já com o segundo capitão da reserva conhecido, Avelino, como é destacado na passagem TERRA INDÍGENA (2001).

Dizem que o primeiro capitão era tal de Euzebio mas não cheguei a conhecer essa tal. Eu sei dos dois somente não cheguei a conhecer, mas o primeiro foi o Euzebio. Depois o Euzebio morreu e entrou o tal de Avelino [...]. Esse Avelino já inventou de colocar Policiais Indígenas. (TERRA INDÍGENA, p. 68. 2001)

Desde a sua implantação na aldeia Guapo'y os policiais indígenas sempre estavam juntamente com a liderança, mas, a cada troca no cargo são trocados todos os “policiais” preferencialmente escolhido pela liderança quais pessoas iria compô-las. Sob uma chefe de polícia.

A formação desse grupo de policiais indígenas e geralmente a liderança quem escolhe uma pessoa, preferencialmente homem, para estar à frente desse grupo e comandar todos os outros que vão ser “recrutados” ou a própria pessoa procurar a liderança e se colocar à disposição, caso precise dele. E dentro desse grupo são divididos entre dois subgrupos, nos quais, os mais jovens ficam com idade e características físicas semelhantes, caso haja alguma ocorrência e precise o policial correr ou realizar alguma atividade física para prender o suspeito, enquanto isso, os mais velhos ficam mais na parte de conselheiros, ir avisar a pessoa quando as lideranças necessitam. É dessa forma que o grupo policial indígena está organizado.

Em relação ao trabalho exercido pelos policiais indígenas durante o dia quase não se vê, a não ser em casos de extrema necessidade. E já no período noturno eles os dividem em vários grupos para realizarem ronda na aldeia toda, essa patrulha é feita como mencionando em grupo em três formas distintas, um grupo ronda a pé, outros de motos e geralmente um grupo ronda em um carro e preferencialmente o chefe de polícia juntos com demais.

Essa patrulha é realizada durante a semana no período noturno a partir das 10:00 hs, pois, nos governos anteriores, entre 2000 a 2012, ocorria de começar a ronda entre as 19:00 hs e ao realizar essa atividade, havia frequentes reclamações à liderança que ocupava o cargo durante esse período sobre a atuação de seus policiais com as pessoas da comunidade, pois, esses policiais começavam a ronda cedo e posteriormente no meio dessa atividade consumiam bebidas alcoólicas e conseqüentemente praticavam violência

sem motivos contra a própria comunidade. Quem eram vítimas dessas violências são os alunos (as) que frequentam a Educação Jovens e Adultos (EJA) já que essa educação é oferecida na escola da aldeia no período noturno, também alguns crentes¹⁹. Violências essas que são agressões físicas como chutes, socos e uso de uma ferramenta artesanal tradicional como Yvyra²⁰ Algumas de fabricação caseira como cano de mangueira (que é vendido na cidade nas lojas de materiais para construção, para instalação de água) e colocam dentro uma barra de ferro ou qualquer outro material que caiba dentro da mangueira e que possa servir como arma.

Pelas frequentes práticas de violências contra a comunidade por parte dos policiais indígenas pelo consumo de bebidas alcoólicas, a maioria das família vão a liderança chamar atenção ou dar mesmo “queixa ou parte/partear²¹” sobre o abuso de seus policiais por praticar violências contra membros de sua família, e quando o mesmo pratica violência a uma família que não tem qualquer vínculo com a liderança vai realizar um boletim de ocorrência na polícia civil sobre a violência feita pelos policiais da liderança da aldeia, e dessa forma a polícia civil chama liderança e seu vice para avisar que uma pessoa da aldeia veio registrar o boletim de ocorrência sobre a atuação de seus policiais e o processo vai para liderança de seu vice.

Em muitas aldeias indígenas Guarani e Kaiowá é muito comum a atuação abusiva desses policiais indígenas, e por este motivo esse grupo de policiais tem a má fama na aldeia, pois, qualquer pessoa pode fazer parte sem nenhum preparo prévio ou alguma experiência relacionada a isso, por não possuir alguns requisitos necessários para adentrar em caso de situações extremas que requer uma preparo emocional, psicológico e experiência de agir sob pressão, assim membros acabam praticando violências muitas vezes desnecessárias para situação.

¹⁹ Termo utilizado na aldeia Guapo'y para se referir ao indígena que frequentam a igrejas cristão, que o culto e realizado somente no período noturno.

²⁰ É um bastão de madeira para fazer necessário que tenha um conhecimento sobre as madeiras, para escolher uma e realizar todo o processo para rachar ou quebrar no meio. Processo esse que é feito escolher de qual madeira vai fazer, acender uma fogueira bem quente antes de colocar sobre o fogo fazer a grafismo madeira verde descascando onde foi realizado o grafismo e deixa o resto da casca sem mexer. Ao colocar sobre fogo ocorre um processo de cozinhamento daquela madeira e assim não racha e dificilmente quebra.

²¹ Palavras utilizado em guarani, na qual quaisquer pessoas da comunidade vão denunciar a atuação abusivos de seus policiais diretamente a liderança.

2.5- Alianças Políticas Interna e Externa

Neste tópico desenvolverei uma discussão a acerca de alianças políticas internas e externa Guarani e Kaiowá, na qual mostrarei de como ocorrem as alianças políticas da aldeia seja aliança interna entre as parentelas, familiares ou grupos que possuem ideias de políticas semelhantes, e a aliança política externa, que ocorrem das seguintes formas de um lado, residente da aldeia, e por outro lado, os não indígenas e os dois juntos formam alianças políticas Externa, buscando o “mesmo interesse em comum” das ambas partes tendo como objetivo trazer “melhorias e desenvolvimento para a aldeia” já que perpassam limites das reservas e territoriais que antes não era muito comum de ocorrerem nas comunidades indígenas. Alianças essas que podem ter impacto positivos ou negativos dependendo das formações de alianças que realizarem.

Ao longo da trajetória e história dos Guarani e Kaiowá na região de Mato Grosso do Sul (MS), como se organizavam politicamente no seus tekohas tradicionais de acordo com seus modos, modos esses que tais alianças ocorriam conforme o reconhecimento de outras famílias de acordo com casamento de uma família com outro, podendo ambas as partes se fortalecerem através dessa união, Pereira (1999). Essa era uma das formas, a segunda, forma através de reconhecimento de outra liderança de outra parentela, ou seja, uma liderança reconhecendo outro liderança de parentela por partilharem ideias semelhantes, que se chamam de che compare, tradução, “meu compadre”.

Desta forma é perceptível que essas alianças tradicionais ocorriam dentro dos seus tekohas, ou seja, tinha suas limitações territoriais. E só se aliavam membros pertencente a mesma localidade ou região, mesmo após as criações das reservas, das quais foram removidos contra a sua vontade dos seus tekohas e foram confinados em reservas com áreas delimitadas e com alguns recursos limitados, se deparando com uma nova realidade que estavam a suas frentes tiveram que se reorganizarem e se readaptar a essa nova realidade da qual não fazia parte dos modos tradicionais de vivência Guarani e Kaiowá. Pois, cada parentela ou famílias se deparam com outras várias que nunca tinham se encontrados antes, mas que agora teriam de conviver na mesma comunidade.

Se adaptando a essa nova realidade posta continuaram com as suas alianças já consagradas, porém, ainda limitada em apenas as áreas de reservas até um certo período.

Como a sociedade nacional ao longo de sua história perpassa por mudanças sociais e políticas, isso acaba afetando também os modos de organização políticas dentro das aldeias Guarani e Kaiowá, e de que maneira essas mudanças políticas afetam-nas dentro das aldeias.

Como o recorte a ser analisado e a partir dos anos 2000, iniciaremos deste ponto. Até, então, anterior os anos 2000 e posteriormente mais ou menos até 2006 a aldeia toda Guapo'y encontrava-se numa realidade da qual ninguém tinha acesso ao benefício da energia elétrica em suas residências, quem detinham acesso à energia elétrica, somente a escola da aldeia tinha naquele momento. Essa realidade não era exclusivamente dos Guarani e Kaiowá nas aldeias, mas um cenário nacional em áreas rurais como demonstra Freitas e Silveira (2015).

A energia elétrica, portanto, faz parte da vida dos brasileiros há alguns séculos e é considerada indispensável para grande parte da população. Porém, mesmo sendo amplamente utilizada, seu acesso não está disponível para todos, principalmente aos habitantes de áreas rurais. Segundo o levantamento demográfico realizado em 2000 pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados dois milhões de famílias, em um universo de aproximadamente dez milhões de pessoas, vivendo no meio rural sem o benefício da energia elétrica. (FREITAS e SILVEIRA, p. 2. 2015).

Conforme Freitas e Silveira (2015), não era somente os indígenas da aldeia Guapo y que estavam nessa situação, mas uma boa parcela de pessoas que residem em áreas rurais.

Então, a partir de 2002 em diante, criaram uma Lei em que todos possam solicitar sem custo a esse benefício.

No caso do Brasil, a partir de 2002, com a Lei nº 10.438/2003, Lei da Universalização, instituiu o direito de todos os solicitantes de energia serem atendidos sem custos e começou-se a enfrentar mais dinamicamente essa situação. (FREITAS e SILVEIRA, p. 3. 2015)

Com a aprovação dessa lei que na qual todos pode solicitar esse acesso, no caso dos indígenas Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo'y ninguém soube dessa informação e muitos menos um meio que tais informações possam chegar na comunidade. Sendo assim, toda a comunidade ainda continuava sem acesso à energia elétrica em suas casas.

E posterior a criação dessa lei de 2002, no ano seguinte no governo de Luiz Inacio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, criaram um programa Luz para Todos uma política pública do governo federal, com a primeira lei que criaram não tiveram um efeito significativo como esperado pelo governo, logo, em seguida criaram esse programa para alcançar um número mais abrangente de familiares que ainda estavam sem acesso à energia elétrica em suas casas.

A criação do programa Luz para Todos conforme Freitas e Silveira (2015).

Ao se relacionara a energia elétrica ao desejo de avanço em termos de desenvolvimento esperado pelo Brasil, surgiu o programa Luz para Todos, que procura promover a inclusão social das famílias rurais de baixa renda por meio do fornecimento dos serviços de distribuição de energia, sempre seguindo alguns requisitos. O programa Luz para Todos é uma política pública federal coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizada com a participação das Centras Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras e de suas empresas. (FREITAS e SILVEIRA, p. 3. 2015)

Com o programa já oficializado e funcionando em prática desde a sua promulgação, o governo ainda percebia que não estavam chegando ainda nos lugares mais remotos dos grandes centros ou de grandes capitais, esses lugares remotos estavam as aldeias indígenas, mais especificamente dos Guarani e Kaiowá da aldeia Guapo'y. Mas em 2008 foi alterado por um decreto na qual a universalização é prologando para alcançarem o objetivo inicial.

Conforme as afirmações de Freitas e Silveira (2015).

Seguiu em novembro de 2003, com o Decreto nº 4.873, do governo federal, com o nome Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. Foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 6.442/2008 e nº 7.324/2010, com

prolongamento dos prazos de universalização. Em julho de 2011 foi criado o programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014, pelo Decreto nº7.520, com o mesmo objetivo de universalização do serviço de acesso e uso de energia elétrica a população do meio rural que não possui acesso. (FREITAS e SILEVIRA, p. 3. 2015).

E através da criação de leis que universaliza o acesso a energia elétrica, foi capaz de chegar dentro das aldeias indígenas Guarani e Kaiowá, que houve grandes mudanças completamente de como os habitantes da aldeia viviam antes da chegada da energia elétrica em suas residências.

Pois, era uma nova forma de “viver” se comparado com o anterior, que impactou completamente várias famílias e parentelas que residiam na aldeia nos seus modos de viver.

E desta forma, algumas famílias que detinham uma condição financeira razoavelmente melhor que outros (a maioria era professores (as)), começaram a adquirir bens materiais que necessitavam do uso de energia elétrica para funcionar, como as televisões, geladeiras os mais comuns no primeiro momento. Mas, outras famílias que não possui uma condição financeira igual essa primeira, apenas utilizavam a energia para iluminação.

E ainda neste contexto a empresas de corte de cana- de-açúcar, mais conhecido pelos indígenas como “uzina” estavam funcionando em seu auge, levando trabalhadores indígenas para corte de cana que permaneciam pouco mais de 70 dias, realizado tal “trabalho” até terminarem o corte. Após, retornarem em suas aldeias no prazo de uma semana cada um recebem o pagamento conforme a sua produção, que seria, quem corta mais cana recebe mais, e quem corta menos recebe menos assim os pagamentos variam muito. Outra parte das famílias que não são funcionários públicos, e desta forma que nesse período conseguem se manter e suas famílias financeiramente e conseqüentemente também através deste trabalho conseguem adquirir bens materiais como já citados acima, que necessita de energia elétrica para funcionar.

Irei classificar de primeira fase, esse primeiro momento com a chegada da universalização da energia nas aldeias que posteriormente diferente de outras áreas rurais que tiveram acesso, foi um grandes mudanças e mudou muito posteriormente as formas

de alianças políticas interna e possibilitou as alianças externas além dos limites postas pelo contexto da reserva.

E desta forma, inicia-se a segunda fase, tanto na primeira fase e segunda fase as alianças políticas interna continuavam no mesmo formato, através de casamento de uma família com outra e com as ideias que uma família partilha quase dos mesmos ideais que outra família. Mantiveram essas duas formas como requisitos para realizar alianças internas dentro da comunidade Guapo'y, até a segunda fase.

Então, a segunda fase, permanece sem muitas grandes mudanças significativas como a primeira, na comunidade. Como a lei de universalização do uso de energia foi iniciada em 2002, ainda nesse período pouco conseguiram solicitar e posteriormente com a criação do programa Luz para Todos, em 2003, na aldeia Guapo'y iniciou as instalações da rede principal de energia, ou seja, as altas tensões foram por volta do final de 2005 e começo de 2006, para colocar as redes principais em toda aldeia para depois realizar as instalações dentro de cada residências. Desta forma mesmo após a aprovação de lei em 2003, nas aldeias começaram a chegar depois de 3 anos.

A primeira fase, ocorre entre 2005 e 2006, e a segunda fase inicia entre os anos 2007 em diante até 2009.

A segunda fase, foi importante, pois, nesse que a maioria da comunidade conseguiram se “adaptar” um pouco mais com essa nova realidade que está fazendo parte dos modos de viver do Guarani e Kaiowá, nessa fase também que a maiorias das parentelas conseguiram seus bens materiais que puderam utilizar com a energia elétrica, como já citado que detinham condições um pouco melhores acompanham os acontecimentos do cenário político nacional e outras notícias pela televisão, e quem não possuía tanto condições acompanhava pela rádio, a maior parte acompanhava as notícia do cenário político brasileiro pela rádio. E assim, foram se adaptando a essa nova forma de viver que se divergiam dos modos anteriores, esses dois meios de comunicação que membros das comunidades possuía como forma de acesso a certos tipos de informações que eram veiculados nessas mídias. Algumas observações quem possuía acesso a televisão só tinha acesso a um canal que era a Globo, senso assim, todas as informações midiáticas que eram veiculados pela televisão passava pela Globo somente. E em relação quem possui apenas o rádio tinham algumas opções de canais a mais a acompanhar tais

informações que passavam para seus ouvintes, mas na hora da principal notícia no período do fim da tarde e início da noite, entre as 18:00 a 19:00, notícia sobre os acontecimentos do Brasil, informações vinham diretamente dos jornalistas que estavam em Brasília noticiando acontecimentos do Brasil e outras notícias impactaram o mundo.

Assim que nessa segunda fase, os indígenas acompanhavam notícias e informações sobre o cenário atual e acontecimentos do Brasil, naquele momento. Através desses meios de veiculação de informações que era transmitidos da sociedade nacional para dentro da realidade da aldeia Guapo'y, e pouco a pouco foi influenciando e moldando pensamentos dos indígenas, em relação aos acontecimentos políticos externo e viam como na comunidade estava se organizando politicamente e precisavam sempre a se adaptar ao contexto atual na qual estavam inseridos, querendo ou não tais acontecimentos no âmbito político acabavam afetando a aldeia. A partir desse momento que algumas parentelas viam a necessidade expandir as alianças políticas além das reservas e não se limitar apenas as fronteiras postas. Mas, isso permaneceu apenas nas ideias e alguns debates naquele momento, pois, os meios que tinham para comunicar-se com alguém externo ainda era muito escasso, único meio de comunicação disponível na aldeia Guapo'y com alguém que se encontra em lugar muito distante, era por meio de um único orelhão que ficava disposição da comunidade em frente a escola da região do Posto.

Desta maneira o contato com alguém de fora da aldeia ainda se limitava a essa questão, e conseqüentemente afetavam o pensamento da ampliação de alianças políticas da qual estavam dispostos a colocar em prática.

Assim só foi possível iniciar e colocar em pratica a ideia da expansão política nos anos posteriores, ou seja, na terceira fase. Onde a situação financeira de uma parcela de familiares já se encontra numa situação um pouco melhor, se comparado com o anteriormente.

Terceira fase, inicia entre os anos 2009, em diante, nesse momento a maioria da população da aldeia Guapo'y já se adaptaram totalmente com essa nova realidade que passou a fazer parte do cotidiano Guarani e Kaiowá.

E com consigo traz uma desigualdade crescente perceptível que antes não era tão visível se houvesse, pois, algumas famílias possuem mais vantagens econômicas por ocupar alguns determinado cargos como funcionários públicos e afins, e

consequentemente essas famílias ficam em destaques e possuem uma certa influência dentro da aldeia e geralmente tem a sua disposição os seus grupos que apoiam politicamente, quando necessitam representar uma posição. Esses familiares que possuem certas influências sobre a minoria se comparado com demais familiares.

Em contrapartida, outra parte, há uma grande parcela de familiares que não ocupam tais funções ou cargos públicos, e possuem poucas influências dentro da comunidade.

E desta forma habitantes da comunidade vai se adaptando e transformando os seus modos de viver, no contexto da reserva. Assim as novas tecnologias que vão sendo desenvolvido cada vez mais e mais nesse capitalismo, pouco a pouco esses avanços tecnológicos que estão em constante desenvolvimento também gradualmente adentra a aldeia e os indígenas estão utilizando.

Mais quais tipos de tecnologias que estão adentrando as aldeias e que os residentes das comunidades estão começando a utilizar nesse período. Nesse período entre, 2009 a 2011, a utilização do aparelho celular, quem as possui primeiramente como já mencionando ao longo deste item são membro de uma parentela ou famílias que ocupam cargos públicos e que estão “melhor” financeiramente, por tanto, o poder de aquisição compra se sobre sai aos demais membros da comunidade um grupo de minoria. Enquanto, que, a maior parte da população com situação financeira que está abaixo deste “grupo” demora mais para obter objeto tecnológico.

Parentelas ou famílias que possui tal tecnologia através por meio de poder econômico que lhe concede o consumo de tais materiais produzido pelo sistema capitalista, nesse primeiro momento, da entrada dessas tecnologias na aldeia como o telefone celular, quem utilizam são somente o pai ou mãe, mas a maior parte e utilizado pela figura paterna por razões de “trabalho” e precisa realizar ligações importantes relaciona ao trabalho. E os filhos (as) em hipótese algum tinha acesso a esse objeto nesse contexto, mas ao longo dos anos isso passou por uma mudança radical.

A entrada desse objeto mudou drasticamente conforme vai aumentando o número de parentelas que adquiriram com passar dos anos, na questão da comunicação, pois, antes a comunicação era pessoal na qual uma marca registrada da oralidade Guarani e Kaiowá, as conversas vão tomando uma nova forma e diferente.

A aldeia Guapo'y passando por essa nova realidade conforme os próprios indígenas vem "adotando" esse novo "modo viver" na aldeia, os não indígenas, iniciam as entradas cada vez mais frequentes. Anterior a isso as entradas eram bem poucas pelos não indígenas a comunidade, só eram comuns ver a entradas de prefeitos eleitos para realizar algumas inaugurações uma vez a cada 3 ou 4 anos, e no caso dos vereadores não indígenas só em épocas de eleições, se for eleito reaparecem a cada 4 anos.

Essas entradas desses não indígenas na aldeia no contexto político ocorriam ainda sem aliança políticas externas, esses políticos pedem licença a liderança que esta na função para adentrar na aldeia e entrar com contato com algumas parentelas que queiram realizar campanha eleitoral em seu nome, inicialmente oferecem dinheiro como forma de pagamento, mas no final acabam realizando o trabalho de campanha em troca de outras bens materiais que necessitam e alguns casos algumas parentelas não recebem nenhum tipo de pagamento em troca do serviço realizado, os candidatos não indígenas alegam que "pagariam somente se fosse eleito", assim os indígenas que prestaram seus serviços ficam sem receber.

A mesma situação não se repete quando o não indígena candidato a vereador se compromete com grupo ou parentela da liderança em atuação, primeiramente liderança recebe um pagamento adiantado "proprina" ou algum bem material que vai ser útil para ele ou ao seu grupo, preferencialmente somente a ele a maior parte. E depois apresenta ao seu grupo ou parentela quem a liderança vai apoiar. Neste período a diferença se ganha ou perde não tinha muita importância, devido a liderança e os próprio moradores da aldeia não cobrarem e apenas se conformarem com alguns objetos ou materiais que resolvias algumas situações temporariamente.

Nesse período que os não indígenas começaram a ter mais contato diretamente com a aldeias e as parentelas ou algumas famílias, porque notavam que a aldeia estavam e os próprias moradoras estavam dispostas a ter mais contato com pessoal da cidade. Como também já mencionado anteriormente a situação do contato entre os Guarani e Kaiowá da própria aldeia Guapo'y com os não indígenas não era muito frequente, mesmo a zona urbana estar localizado não muito longe da aldeia, apesar que mesmo os indígenas frequentar mensalmente a cidade nesse período, a comunicação ainda se encontrava muito distante por diversos fatores sociais e políticos. A principal delas e questão do preconceito dos moradores da cidade em relação a aldeia e os próprios indígenas, desde desse período

até os dias atuais em relação ao preconceito apesar de mudanças significativas ao longo dos anos, nesse sentido não houve mudanças do pensamento social dos não indígenas em relação a aldeia e seus moradores. Quem ainda possuem essa mentalidade preconceituosa dos indígenas atualmente, são pessoas que se considera da “classe média” e “empresários” da cidade.

Essa mentalidade por permaneceu por um bom período ainda, mas lentamente os indígenas da comunidade foi mudando esse pensamento que colocava numa certa situação que os não indígenas viam apenas como uma zona eleitoral.

Gradualmente foi mudando o jeito de pensar política dentro da comunidade e fora dela, e esse pensamento de reorganizar a política interna da aldeia teve a influência dos não indígenas ao adentrar na comunidade realizar as suas campanhas e obterem resultados significativos, alguns grupos mais “seletos” da aldeia viam essa possibilidade de obter contato e ampliar as suas alianças políticas além da aldeia e acompanhado com essa novas ferramentas tecnológicas cada vez mais a utilização delas é mais comum na comunidade. Que facilitavam a comunicação além dos limites da reserva principalmente com não indígenas, conseqüentemente a sua influência interna dentro da comunidade aumentava por argumentarem que possuem certos contatos políticos, das quais poderiam utilizar os meios para “desenvolver” mais a aldeia e assim alguns número de parentelas se aliavam politicamente aquele grupo. Mas na maioria das situações certos grupos utilizassem de certas retorica convincente para trazer dentro do seu grupo mais números de parentelas ou famílias para lhe apoiarem politicamente.

E a partir, de 2012, em diante que até o momento atual e a fase que ainda está em desenvolvimento na apesar nesses períodos ocorrer várias mudanças e transformações dentro da aldeia. Nessa fase a questão econômica e situações financeira de várias parentelas ou famílias, tem “melhorado” significativamente a maior parte, porém, ainda há algumas famílias que não se enquadra na mesma situação de “melhorado”.

Vários membros de parentela têm buscados suas formações acadêmicas fora da aldeia nas universidades, que lhe abriram portas e possibilitaram formações em várias áreas. Mas a maior parte se concentra na área da educação, na aldeia Guapo’y possui número significativamente grande de professores (as), alguns atuam a mais tempo, enquanto outros são recém-formados e ainda há outros em processo de formação.

Com essas buscas formações acadêmicas têm tentado equilibrar um pouco o poder a questão da desigualdade entre parentelas, não somente na questão econômicas, mas intelectuais também. Várias famílias tiveram uma estabilidade mais equiparada.

Até os próprios não indígenas veem a mudanças e transformações que está ocorrendo na comunidade indígena toda. Destas formas tais alianças políticas externa que realizam entre uma parentela, são realizados de forma mais cuidadosa. Não ocorrem mais com frequência de entrar na comunidade formar aliança e depois sair sem ser cobrado pelo seu comprometimento com alguma parentela.

E ainda mais nesse contexto o avançado tecnológico na medida em que avança com novas descobertas, os indígenas da comunidade tem acesso com mais facilidade e utilizam com mais frequência, por um lado, tem a suas vantagens positivas ao se apropriarem desses ferramentais que atualmente são indispensáveis para realizar diversos a fazeres, compromisso e desburocratiza certas situações, tornando-as muito útil principalmente na questão da comunicação entre parentes de uma aldeia para outra aldeia. Através dessas ferramentas de comunicação e possível dar mais visibilidade as lutas Guarani e Kaiowá, que poder obter uma escala global.

Por outro lado, há as suas desvantagens também como dentro da própria comunidade em relação a comunicação, se tornando algo mais superficiais não se tem mais contato real físico de conversas formal e informa, sendo uma das características principais dos Kaiowá a oralidade. Como tem suas vantagens na visibilidade e mesmo que pode prejudicar também, se não tomar os devidos cuidados que do que serão transmitidos.

Apesar da aldeia ser tão tecnológicos nesses aspectos possuindo vantagens e desvantagens na sua utilização, essas ferramentas umas suas principais desvantagens e isso não exclusivo do Guarani e Kaiowá, mas um problema nacional ou até mesmo internacional, e a circulação das *Fakes News* que são veiculados nesses meios tecnológicos com mais facilidade e tem impactos muito mais profundos e nas maiorias das vezes são replicados na aldeia, como algo verídico.

2.6- Processos de Tramites para o cargo de Chefia/Liderança

Desenvolverei nessa seção como ocorrem os tramites para o cargo de chefia liderança/Capitão indígena Kaiowá. No primeiro momento, farei um breve contexto histórico sobre esse cargo, no qual os órgãos indigenistas indicavam os indivíduos para ocupar o cargo devido a sua boa relação com esses órgãos. Num segundo momento, esses órgãos ao indicar tais pessoas para ocupar o cargo vão contra as formas de lideranças tradicionais Kaiowá e desde esse momento gerando conflitos. Isso não significa que anteriormente não havia conflitos, mas com o passar do tempo se intensificaram cada vez mais. Dessa forma, esses órgãos pararam de indicar diretamente e deixavam a decisão para os próprios indígenas da aldeia, e com isso o conflito entorno dessa figura do capitão diminuía um pouco, mas isso levou a um novo embate, pois, ao caber aos próprios indígenas decidirem quem ocuparia o cargo, passaram a se apropriar dessa ideia partindo do ponto da hereditariedade, que na aldeia Guapo'y uma família ocupou o cargo por um bom período. Posterior a isso e atualmente são decididos por votos cada pessoa, seja homem ou mulher, que queira disputar para assumir o cargo de liderança indígena da aldeia. Decidido por votos da população da comunidade, quem ganha para ocupar o cargo temporário, é quem tiver mais votos obtendo a maioria.

A liderança tradicional Guarani e Kaiowá era escolhida pela própria comunidade, nas quais tinham que atender alguns requisitos necessários para exercer a função por um determinado tempo.

Assim, com o descontentamento da maioria da população da aldeia sobre a permanência apenas de uma família a ocupar o cargo, entraram em consenso de que pessoas que querem concorrer para o cargo, podem a se lançar como “candidato” a “capitão” e realizar suas campanhas. E decidido através do voto em quem a população da aldeia Guapo'y votará em seus “candidatos a capitão”.

Com a criação das reservas para os Guarani e Kaiowá, rompendo totalmente com seus modos tradicionais de composição organizacional, em seus *tekohas* tradicionais, no contexto de reserva, várias famílias possuíam a sua liderança. Como nenhuma queria ceder para ser liderada apenas por um, a intervenção de órgãos como SPI foi necessária para que chegassem a um consenso e colocassem uma liderança indígena para representar toda comunidade que residia na reserva, onde, qualquer assunto relacionado a reserva deveria ser tratado com a liderança escolhido pelo SPI. Alguns critérios foram utilizados pelo órgão: ser bem comunicativo, ter minimamente uma boa relação com demais familiares

da reserva e o principal requisito de falar bem português para que pudessem se comunicar com ele e ter uma boa relação com o órgão. Desta forma que o SPI indicava pessoas para cargo de liderança no contexto da reserva. Com estes requisitos que eram necessários para ser indicado, muitas outras lideranças tradicionais não concordavam com tais indicação, pois não respeitavam os requisitos tradicionais para tornar liderança Guarani e Kaiowá. Com o decorrer do tempo se iniciou conflitos internos sob a questão.

Com constantes conflitos internos na reserva sob a questão da liderança, na qual o órgão indicava, parou-se com a indicação e deixou a decisão por conta das próprias lideranças que tinham em cada família entrar em consenso para escolher um como liderança e poder exercer a representação.

Mesmo deixando a decisão por conta da comunidade não acabaram os conflitos, pois algumas parentelas não concordavam com quem representava.

Desde que o SPI parou de intervir na questão de liderança na aldeia, essa questão de escolher representante permaneceu por conta da comunidade até os dias de hoje. Mas na aldeia Guapo'y a parentela que permaneceu um bom tempo no poder como liderança indígena foi a família Vasques que deu início com Damasio Vasques²², conforme a passagem registrada no livro "TERRA INDÍGENA, 2001".

[...] esse José Vera veio da aldeia Pirajuí. Ele já era capitão nessa aldeia e veio aqui ficou de capitão. – E depois? – E depois ficou de capitão o Damasio, esse Damasio e o pai do capitão Mauricio. (TERRA INDÍGENA, p. 70, 2001)

Depois dele somente uma liderança que ocupou o cargo não pertencia a essa parentela que foi Pedro Lima, Terra Indígena (2001. Depois outro da mesma família e continuou com Maucio Vasques. Naquele momento não tinha tempo específico para essas lideranças permanecerem na função, renunciava por não querer mais ocupar o cargo ou somente ocupava outro no lugar com o seu falecimento.

[...] somente o capitão que fazia todos os trabalhos na aldeia. Esses morreram e no lugar então assumia o tal de Avelino. (TERRA INDÍGENA, p. 68, 2001)

Como demonstrado na passagem acima, quem ocupava a função poderia permanecer o tempo que achar necessário ou até o seu falecimento.

²² Conforme o livro Terra Indígena (2001), Damasio Vasques foi a 9º liderança da aldeia Guapo'y desde a sua criação.

O último dessa geração que ocupou o cargo ainda no formato desse modelo de sistema de chefia sem data de término de um mandato, foi o Mauricio Vasques. Com anos funcionando com mesmo modelo de liderança, depois que o SPI parou com sua intervenção direta na comunidade, de uma certa forma esse modelo que adotaram acabou beneficiando um certo grupo ou grupos que possuem certas alianças políticas internas, da qual somente liderança surgia desses grupos mais influente.

E assim outras parentelas/familiares que não tinham a oportunidade de disputar para o cargo, juntaram-se com outras parentelas, para adotar um novo modelo e sistema no qual poderiam incluir qualquer membro da parentela que tivesse interesse em concorrer com os demais para o cargo de liderança. Quem decidiria sobre a melhor liderança para a comunidade e como representante seriam as próprias pessoas residentes na aldeia. Nesse caso é proibido chamar membro da parentela de outra aldeia para “votar”, somente “moradores da aldeia” podem.

A ideia foi adotada e adaptada somente para essa especificidade e com a finalidade de escolher entre várias pessoas quem seria a liderança da comunidade, conforme o voto da maioria como na democracia representativa da sociedade nacional. Somente para a votação, pois, não há outras lideranças representando outras parentelas/famílias ou grupos.

Assim, a escolha de lideranças na aldeia teve sua nova fase conforme era escolhido anteriormente em relação à indicação do SPI e até mesmo posterior a isso, podendo outros concorrer com mesmo “interesse”, o mesmo sistema é utilizado para escolha até os dias atuais. E do mesmo sistema adotado implantaram limites para permanência no cargo que antes não existiam, o máximo período de permanência para a função ficou em 4 anos. É realizado no último ano do mandato de quem ocupa o cargo uma nova eleição, é opcional a pessoa que ainda ocupa a função tentar a sua reeleição juntamente com os demais que estão concorrendo. Mas, raramente ocorre reeleição, pois, a maioria não tenta.

Após adotarem esse novo modelo de sistema para as eleições de liderança, os processos são realizados das seguintes formas. Primeiro é montado uma comissão para organizar essa eleição, inicialmente essa comissão ficava sob a responsabilidade do chefe da FUNAI local. Os interessados em concorrer se deslocava da aldeia para cidade onde se encontrava o prédio para realizar a sua inscrição juntamente com seu vice. O prazo varia de um a três meses para a homologação dos nomes que são disponibilizados para a comunidade ter ciência sobre quem são os candidatos. Mas, atualmente a comissão é

montado pelos próprios membros da comunidade responsável por receber os nomes de interessados, homologar e disponibilizar a comunidade e até na contagem dos votos.

Com os nomes disponíveis, o segundo processo, é cada candidato fica responsável de realizar sua campanha eleitoral e montar seus grupos para tentar alcançar o máximo de parentelas possíveis, de compartilhar quais suas ideias para comunidade tratando de assuntos como, saúde, segurança, agricultura, escola e outras propostas para promover melhorias dentro da aldeia.

Terceiro e último processo dessa fase, são encerradas as campanhas eleitorais, são divulgados o local da votação, geralmente ocorrem em escolas ou em algum barracão de eventos para que possam atender os membros da comunidade que estiver presente para escolher a sua liderança. Podem ir votar pessoas a partir de 16 anos, portando consigo o documento de identificação Registro Geral (RG) ou o registro expedido da FUNAI. A votação inicia as 07:00 hs, o voto é realizado através de papel impresso, contendo os nomes de cada candidato, e depositado em uma urna. A votação é encerrada às 17:00 hs.

Com o encerramento da votação, a contagem dos votos é realizada perante os candidatos presentes, acompanhando cada retirada dos votos impressos e anotada em uma ata que fica sob a guarda da comissão organizadora. No fim da contagem, a comissão dá ao público presente que acompanha qual foi o resultado da votação e quem ocupará o cargo de liderança da aldeia durante 4 anos.

Com uma análise mais minuciosa é possível notar que no início desta nova forma de sistema adotada, o interesse de algum membro da parentela em concorrer com os demais tinha um número pequeno, no máximo 5 concorrentes pelo cargo. É possível notar, se comparados os interesses desses períodos com os de atualmente, existem diferenças significativas. Nas últimas eleições, entre os anos de 2016 e 2020, foram 18 candidatos concorrendo pelo cargo.

Nos momentos iniciais do novo sistema que regeria as eleições posteriores, os interesses dos candidatos se voltavam realmente para a comunidade e sempre buscando defender interesses que beneficiariam a aldeia como um todo. Apesar de algumas divergências e conflitos cotidiano em relação a divisão de alguns bens oriundos de adoções para a liderança dividir com máximo possível com sua comunidade, porém geralmente beneficia somente a sua parentela.

O aumento significativo dos números de parentelas interessados em ocupar a função de liderança, possui seus novos objetivos geralmente pessoais ou representando

interesses de certos grupos alinhados politicamente em se beneficiar do poder que a liderança possui dentro da aldeia.

Capítulo III

3. Atual Organização Política e Social Indígena Guarani e Kaiowá da Aldeia Guapo'y/Amambai (2000 a 2019)

No presente capítulo, será analisado o contexto atual dos modos de organização Guarani e Kaiowá da reserva/aldeia Guapo'y. Nesse item serão vistas apenas questões referentes a aldeia Amambai.

Como estão a organizado socialmente e política dentro da comunidade indígena da aldeia Guapo'y abordando questões essencial para compreender essa forma de organização. Com recorte temporal a ser percorrido desde os anos 2.000 até os dias atuais, quais mudanças ocorreram durante esses anos na aldeia.

No primeiro momento, será abordado questões referentes aos cargos ocupados pelos indígenas que possui uma posição política dentro da aldeia, visando representar um grupo politicamente conforme a sua posição como educação, saúdes, igrejas e rezadores. E o segundo momento, relatando brevemente históricos de lideranças que ocuparam o cargo durante um período, demonstrando como cada liderança “governa” a aldeia durante os seus mandatos, e transcrevendo também como os moradores local via essas lideranças sejam elas a favor contra a atuação deles durante a permanência da função.

E no terceiro momento, analisar o conceito de *governo indireto* que o autor Tiago Cavalcante (data) traz para analisar esse sistema que o órgão indigenista implantou dentro da aldeia indígenas do Brasil, essa forma de *governo indireto*, órgão que nomeava uma pessoa de um grupo da qual possui mais afinidades como principal representante da aldeia, ou seja, capitão, onde essa liderança teria uma “autonomia” de como “governar” a aldeia, quando não passa a ser meramente mais uma marionete do sistema, mais especificamente aqui discutires apenas relacionados a etnia Guarani e Kaiowá.

Quarto e último momento, onde essa política interna até então estavam apenas limitados dentro das aldeias com algumas parentelas, com as mudanças políticas e avanços tecnológicos que ocorrem na sociedade nacional querendo ou não acabam afetam e adentrando dentro das comunidades indígenas, que anteriormente era limitado e com

isso foram construindo novas alianças políticas que perpassam limites das reservas sendo elas impactos positivos ou negativos.

3.1- Considerações sobre representantes e posições Políticas ocupados pelos indígenas: Escolas, Igrejas, Rezadores, Saúde.

Nessa seção será abordado as instituições (não indígenas) que se institucionalizaram dentro da aldeia Guapo'y que compõem a sociedade Kaiowá. São essas que possuem um peso nas influências e determinações políticas internas e tem papel importante nas decisões internas.

E que cada instituição citada que discorrerei nesse tópico a maior parte tem indígenas a frente ou que ocupam cargos como; diretor (a), chefe da saúde, pastores (as) e rezadores(as), etc. Cada indígena que ocupa um desses cargos possui uma influência considerável dentro da aldeia nas decisões políticas.

Nesse primeiro momento, o foco será a educação escolar indígena e a própria escola. Discorrerei brevemente sob uma análise sociológica acerca da questão, entretanto, apesar da educação escolar indígena ainda ser uma conquista recente sob um olhar histórico. Desde o seu início no contexto Guarani e Kaiowá na aldeia, aldeia Guapo'y, conforme algumas entrevistas realizadas e Daniel Vasques, Elda Aquino Vasques (2012), Maria de Lurdes a educação indígena deu-se por meados dos anos de 1990 a 1992. Nesse momento surgem as primeiras figuras e gerações de professores indígenas Guarani e Kaiowá.

Conforme Aquino (2012) umas das primeiras escolas que se instalaram dentro da reserva foram sob a responsabilidade da FUNAI e posteriormente pela Missões Caiuá Presbiteriana, com viés da educação atrelado a igreja e a catequização de seus alunos que foi um choque cultural/religioso muito grande, pois, ambas as partes vinham de um contexto extremamente diferentes. Desta forma, a escola Missão Caiuá impactou totalmente a sociedade Kaiowá com a sua instalação e permanência naquele contexto de reserva das quais não condizia com os modos de ser e viver Guarani e Kaiowá.

Como Aquino (2012) destaca, a chegada da instituição naquele espaço reduzido, no qual os Guarani e Kaiowá se encontravam naquele momento, após serem retirados de seus territórios tradicionais, mas, não descarta a importância que posteriormente viria a se tornar como ferramenta indispensável para mediação entre os indígenas e os não indígenas.

A escola se instalou sem pedir licença na comunidade indígena, na época era para destruição da cultura Guarani/Kaiowá, mas no mundo atual em que vivemos precisamos dele para ter mediação entre o mundo dos não indígenas e o mundo indígena, ferramenta indispensável para transitá-lo na ponte do conhecimento e sabedoria, entre as fronteiras sem escolher o lado direito ou lado esquerdo, mas sim ir além dessa tradição para saber lutar sempre pelo direito de viver e sobreviver no mundo moderno. (AQUINO, 2012, p. 42)

Atualmente é um dos meios mais utilizados não somente pelos Guarani Kaiowá, mas por várias etnias indígenas do Brasil que se apropriam desse meio para levar sempre adiante as lutas e os desafios do mundo contemporâneo.

Como conhecemos a educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul deu-se seus primeiros passos a partir de 1970, no modelo das elites governantes. Com isso ao adentrar no contexto da realidade indígena, mais especificamente na aldeia Amambai/Guapo'y o choque de conhecimento e os modos de ser distintos muitos nem frequentavam e os que frequentavam desistiam logo no primeiro momento. Conforme Aquino (2012).

A comunidade Guarani/Kaiowá da aldeia Amambai, Amambai-MS, anteriormente, era atendida pela escola da FUNAI e mais tarde pela Missão Caiuá Presbiteriana. A esse processo modelo de educação escolar estava atribuindo a uma pedagogia repressiva, totalmente autoritária preparando as crianças para uma realidade que não se vive na comunidade Guarani/Kaiowá, conteúdo desconecta da vivência das crianças e dos adultos, a partir de então começa o movimento de luta por reivindicações, da educação escolar indígena que tem por objetivo de ter um espaço de preparar a criança para transitar entre os dois mundos e entender o universo em constante movimento. (AQUINO, 2012. p. 43)

Benites (2009) afirma que logo após o *confinamento* na primeira oportunidade de introduzir a educação a levaram para todas as proximidades da região.

Logo num primeiro momento foi introduzida uma educação escolar oficial na proximidade de todas estas áreas, oferecendo um curso de alfabetização e a introdução básica de conhecimentos gerais, sob o ponto de vista ocidental. Este modelo integracionista, associado a evangelização. (Benites, 2009. p. 73)

A partir dos primeiros processos da educação escolar indígena até este momento, em que a “educação indígena” implantados pela elite com seus vieses de governo, totalmente fora da realidade do coletivo Kaiowá. Por isso, surgem os primeiros movimentos de reivindicações feita pelos próprios indígenas visando atender interesses e

objetivos da comunidade em relação aos seus filhos (as) que frequentam tal espaço de construção de conhecimento.

Com isso, chega-se nos anos de 1990, após muitas lutas é criada a escola Municipal Polo Indígena MBO'EROY Guarani Kaiowá, pela Lei Municipal nº 1.293, de 14 de novembro de 1990. Desde a sua criação até os dias atuais atende as series iniciais e o ensino fundamental, localizada no centro da aldeia e possui suas extensões, sendo até o momento da realização dessa pesquisa uma das extensões (Mbo'erenda Ipy endy²³ – Panduí, localiza-se na região Panduí) foi desvinculada do Polo tornando-se sede em 2019, e administrada e tem como seus servidores pessoas da própria comunidade e alguns não indígenas da cidade.

Tanto Benites (2009) e Benites (2014) e outros autores concordam que a educação escolar indígena tinha como principal objetivo “*o de evangelizar e civilizar os índios, de modo sistemático e homogêneo, sobretudo, integrá-los a sociedade nacional*” (Benites, 2009. p. 73).

Após, todo esse processo que ocorreu, sendo lutas ou conquistas Guarani e Kaiowá, em relação a educação escolar indígena, na aldeia Guapo'y os professores indígenas da 1º geração a 4 geração já com as conquistas de cursos intercultural, tinham uma certa preocupação acerca da questão, pois, naquele período e contexto, em que se encontrava a educação indígena sendo algo novo também na comunidade, de ter uma formação acadêmica intercultural e depois atuar como docente na própria aldeia tinha uma certa missão a cumprir na qual era a sua atuação de escolarizar a própria comunidade, com certos métodos e adequá-los para a realidade Kaiowá sem ser os métodos ocidentais.

Com a geração posterior essa mesma ideia de que ir em busca de uma formação acadêmica tem diminuído, pois, a educação escolar indígena na aldeia Guapo'y apesar de ter um avanço significativo e todos os sentidos, durante sua trajetória tem mudado muito em relação se comparado com seu começo, tanto na área docente quanto na administrativa. Atualmente, a própria educação tem se politização muito, seja interna ou externamente.

Uma intervenção mais recente que foi introduzida a partir de 2016 diante na qual a pessoa seja ele(a) quem ocupa a função ou o cargo de Liderança na aldeia tem se intensificado mais, onde o capitão tem interferido intensamente na escola e na educação

²³ Quem ocupa atualmente até o presente momento a função de diretora dessa escola em específica e a própria autora citada acima prof. Ms. Elda Vasques Aquino desde 2019.

escolar indígena. Anterior a isso, ocorriam essas intervenções, porém, com menos frequência. As lideranças dão a entender que deixavam essa questão com as pessoas que realmente entediavam e estavam à frente da educação indígena nas lutas em busca por novos horizontes a ser conquistados para a comunidade, ou seja, nesse período cada um apoiava um ao outro sempre sem interferir muito. Nesse contexto, no máximo a liderança indicava pessoas para cargos dentro da escola nos serviços como vigias, auxiliar de cozinha, os demais cargos ficavam sob a responsabilidade do diretor(a) para atuarem junto à educação.

Mas, como já mencionado no decorrer do texto acima isso tem mudado muito. A partir do ano menciona no parágrafo anterior, a educação tem se tornando um ambiente político apesar de continuar com o objetivo inicial, porém com menos intensidade. Com essa “participação” mais ativa da liderança na educação para continuar melhorando, começam a parte mais política, pois, a lideranças começa a indicar para vários cargos dentro da educação. E essas pessoas eram próximas a liderança, nisso se encaixa o apoio político ou que tenham algum grau de parentesco incluindo membros da própria família da liderança. Desta forma, a educação na aldeia Guapo’y vai se tornando algo mais política, pois, o corpo docente varia muito o que acaba afetando a educação, tornando-se a famosa “panelinha²⁴”.

Dessa situação de disputa política do espaço escolar da educação criam dois grupos, de um lado, a lideranças tem seu grupo com um número X para indicar dentro daquele espaço e manter sua autoridade em relação ao outro grupo, e por outro lado, o grupo que geralmente pertencente a quem ocupa um cargo que possui um certo poder na educação que é principalmente o diretor(a), os membros desses grupos também são aliados políticos internos, membro da família ou com algum grau de parentesco. Sendo assim, a maior parte que compõem a educação indígenas na aldeia Guapo’y são compostas pelos dois grupos somente, só alguns não pertence a nenhum desses dois grupos citados.

Apesar de terem grandes nomes e referencias na educação escolar indígenas como Tônico Benites, Teodora Souza, Eliel Benites e Elda Vasques e outros indígenas que defendem e lutam por melhorias da educação escolar indígenas dentro das aldeias,

²⁴ “Panelinha” é um termo usado para um grupo fechado de pessoas, ou seja, um grupo que não é receptivo quanto a novos membros, sendo mais comum ser usados para um grupo informal, como de colegas de curso, trabalho, etc.

formando vários docentes indígenas de como devem levar essa educação diferenciada cada um em suas aldeias, tais formações, construções coletivas de conhecimentos que ficaram nas universidades e nos debates calorosos, pois, o que realizam nas aldeias e totalmente ao contrário, visando sempre um certo ou outro grupo beneficiar-se ao alcançar um dos cargos mais desejado na educação escolar indígena a direção escolar, com um dos objetivos de beneficiar os seus grupos e parentelas e possuir uma posição política fortificada e influenciadora dentro da aldeia.

Isso acarreta e tem um forte impacto político quando é preciso ter um posicionamento político sobre algumas decisões internas, e acaba influenciando outros grupos e familiares.

Em relação às Igrejas que estão presentes na comunidade atualmente são muitas de vários ministérios, citarei algumas como a Igreja Deus e Amor, Missão Caiuá, Visão Missionário, Congregação Cristã do Brasil, entre outras de veies diferentes.

Não estão apenas no território Guarani e Kaiowá mais em várias etnias e em diferentes territórios nacionais dentro das comunidades indígenas. Na aldeia Guapo'y por ter muitas igrejas, onde uma igreja está em frente ou do lado de outra, com ministérios diferentes e porque possui tantas igrejas, tem uma SED/Polos, ou seja, a principal e possuem os que os próprios crentes ou membros da igreja denominam de pontos que varia de uma para outra, como ponto I, ponto II e assim por diante, por isso há um número muito grande.

As igrejas na aldeia são compostas por pastores, obreiros e obreiras e mocidade/jovens. A realização de cultos são todas as noites, com início às 18:00hs e vai até às 20:30hs. Quem frequenta são mais idosos (as) e alguns membros da família, a presença de mocidade/jovens é um número bem menor. Possuem seus próprios conselhos gerais como denominam que é formado exclusivamente por pastores para tomarem alguma decisão em relação a algum membro independente a qual igreja frequenta, e tem também o presidente do conselho que avalia e toma a decisão final. O mesmo ocorre também quando necessitam da posição religiosa da igreja em alguma decisão política interna na comunidade.

Por sua vez, a intolerância religiosa às vezes chega aos extremos, em relação às próprias modos tradicionais de ser e de viver Guarani Kaiowá. Que ridicularizam e renunciam os modos tradicionais e os próprios rezadores que mais adiante abordarei essa questão, colocando somente como o certo a visão da religião cristã, não indígena.

A maioria desses crentes que frequentam os cultos diariamente sempre quando vão se referir aos rezadores sejam eles(as) Ñande Ru ou Ñande Sy, utilizam denominações como feiticeiro(a), macumbeiro(a) e outros termos semelhantes, colocando tudo que é tradicional como algo ruim ou mal.

Cada grupo de uma igreja tem suas próprias regras e não podem descumpri-las caso descumpram são punidos ou como dizem na aldeia “disciplinados(as)”, caso ocorra o membro é afastado por determinado tempo e durante esse afastamento é observado pelos outros membros. O pastor, terminando o tempo, chama de volta caso queira continuar como membro. No caso do pastor, se ocorrer o afastamento por descumprir alguma regra, é utilizado em gurani “ohupi i kapa” tradução literal “pendurar sua capa” que consiste em tirar dele algo semelhante a um terno que obteve ao assumir o posto de pastor de uma igreja. Muitas das vezes quando é afastado de uma igreja dependendo da relação social do membro com os demais, acaba saindo mesmo e não frequentando mais, isso é válido tanto para homens quanto para mulheres.

Quem mais passa dificuldades são as crianças, ou seja, filhos(as) deles(as) em vários espaços. Um desses espaços é na educação escolar com regras que eles próprios criam e afetam a criança também, certas atividades educacionais não podem participar e com isso acabam se afastando um pouco dos demais colegas.

Dependendo do pastor e sua interação social com a comunidade como um todo se torna muito influente nas questões políticas, incluindo parte de todos os membros de cada igreja e principalmente da sua quando tem um total apoio dos demais colegas pastores e membros. Tonando assim somente um grupo, nesse sentido a maioria deles(as) apoiam a mesma causa ou uma posição acerca de questão, posição ou decisão relacionada a comunidade Guapo’y.

O grupo formado pelos rezadores dentro da aldeia Guapo’y se comparado com as pessoas que frequentam a igreja ou culto é muito menor, apesar de na comunidade possuir duas casas de rezas que ficam localizados na região do Panduí, uma que foi queimada recentemente por intolerância religiosas, mas já foi reconstruído novamente com ajuda da própria comunidade a algumas pessoas não indígenas.

Esse grupo se destaca mais nas lutas como em retomadas, movimentos Guarani e Kaiowá, movimentos dos professores, em grandes assembleias representam a etnia diante de autoridades nacionais levando demandas juntamente com liderança relacionada a comunidade. Mas dentro da própria comunidade são pouco valorizados pela maioria,

apesar de possuírem uma vasta sabedoria tradicionais acerca da população Guarani e Kaiowá.

Em relação aos conflitos que ocorrem entre rezadores e os crentes²⁵ na aldeia Guapo'y,

Na parte da Saúde, a maioria que está atuando nessa área profissional são técnicos de enfermagem preferencialmente indígenas e mulheres, mas há também alguns do gênero masculino atuante na área, além dos Agentes de saúde²⁶, e os demais que complementam essa equipe são contratados pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) profissionais não indígenas como, médicos, dentista, enfermeiros, psicólogos,

3.2- Históricos de Capitães de 2000 a 2019

Neste tópico desenvolverei uma análise sociológico de pessoas que já ocuparam este cargo, durante estes anos.

O recorte temporal optado é para fazer uma análise social dos indivíduos enquanto ocupantes da função do cargo de “capitão” ou liderança indígena, isso não significa que os anos anteriores não sejam relevantes para história Guarani e Kaiowá, pois contribuem para o contínuo e atual contexto social. Entretanto, conforme o início de uma nova década, as transformações sociais e políticas dentro das aldeias Kaiowá e principalmente na aldeia Guapo'y, transformações essas que se tornam mais visíveis tanto para quem observa de um contexto interno e externo.

Desses indivíduos que ocuparam a função de liderança indígenas na aldeia Guapo'y, destaco que a família Vasques já vem de uma linha hereditária que no seu histórico há vários anos anteriores da mesma família já ocupavam esse cargo de chefia, contudo, a partir dos anos 2000 vem mantendo-se no poder o nome da família. Com avanço dos anos posteriores vem perdendo a sua influência que possuía anteriormente. Ressalto que não foi esquecido, só enfraquecido de acordo com surgimento de novos familiares que detém o mesmo interesse de ocupar o espaço da liderança.

²⁵ Termo utilizados pelos indígenas para se referir aos outros indígenas que seguem o cristianismo ou qualquer outra religião externa.

²⁶ São indígenas que residem na própria aldeia e tem por sua responsabilidade de atender uma determinada área dentro da aldeia, exemplo como; um agente de saúde e responsável pela do Posto que inicia com número de casa 50 a 100. E essa função pode ser exercida tanto por homens e mulheres na qual é realizado uma seletiva organizada pela própria SESAI, só pode se inscrever para realizar a prova pessoas que estive residindo dentro daquela área específica.

Conforme algumas entrevistas feitas, na história de lideranças da aldeia Guapo'y o cargo de liderança da comunidade sempre foi ocupado preferencialmente por homens e que possuísse já uma certa experiência de vida. Enquanto que mulheres não era comum “demonstrarem interesse” sobre, mas no decorrer das transformações no cenário da sociedade global, nacional e em específica na Guapo'y se tem, pela primeira vez, atuação de uma mulher como vice-liderança, apesar de ainda existir pensamentos machistas e preconceitos de que uma mulher não pode ocupar tal cargo, só pelo fato ser mulher não saberia lidar com certas situações ou pressões políticas que são comuns a pessoas que desempenham o papel de liderança.

Ao logo desse recorte histórico das lideranças da aldeia alguns optam ao se lançar “candidato” para a função sem o vice, como será abordado e desenvolvido ao logo do tópico, como é o caso de algumas ex-lideranças a ser citados.

2000- 2004- Mauricio, italiano

Uma das mais respeitadas lideranças que já ocupou o cargo na aldeia foi Mauricio Vasques, da família Vasques, pois já vinha de uma parentela na qual a maioria dessa parentela já ocupou tal função ao longo do tempo, até neste momento e posteriormente deu um pouco de continuidade com Italiano Vasques e atualmente com Arcenio Vasques.

O último de uma geração de lideranças que ocupou o cargo até a sua morte foi Mauricio Vasques, anterior a ele dois outros membros da mesma parentela já havia ocupado de capitão até a sua morte, então, somente depois outros ocuparam o cargo.

De todos que foram mencionados até aqui e que serão citados posteriormente, este foi um dos que mais tem respeito, mais reconhecimento e admiração de toda a comunidade em relação a sua pessoa. Por ter liderado a aldeia de forma mais equilibrada para todas as parentelas. Quando é mencionado o seu nome em qualquer lugar da comunidade que tem uma idade mais elevado, todos conhecem o seu legado e a liderança que foi no passado.

Apesar de já adotar o sistema de policiais indígenas em seu governo, sempre exigiu dos seus policiais para evitar o máximo possível do uso de violências ou coerções extremas perante a população da comunidade. Somente utilizara dessa força quando necessário ou resistência por parte da pessoa em não colaborar com a liderança.

Todas as pessoas que tiveram contato com ele enquanto ocupava o cargo, afirmam que ele “tinha visão do futuro”, de como ele queria ver a aldeia mais para frente, bem mais desenvolvida, organizada sem deixar os modos tradicionais de viver Guarani e

Kaiowá. Conforme alguns relatos, o barracão da aldeia ou barracão de eventos como é conhecido na aldeia se localiza próximo as escolas e ao lado do parque indígena, foi um pedido dele enquanto ainda era liderança da aldeia para as autoridades externas, como prefeito, vereadores, deputados e outros, para ser construído um barracão a ser utilizado com diversos fins. Que seria de extrema importância para a comunidade essa construção, que nos dias atuais é indispensável a sua utilização, no local ocorre diversos tipos de reuniões, festas, comemorações, cultos evangélicos, etc.

Tanto que em homenagem a ele a grande liderança que foi enquanto permaneceu no cargo, a pavimentação asfáltica que foi uma obra recente na aldeia de 8 km, ganhou o nome em homenagem a ele, como asfalto Mauricio Vasques.

Isso demonstra um legado e sua importância que perpassou várias gerações através de histórias orais contadas para as várias parentelas da aldeia, o reconhecimento que possuía era incomparável em relação aos demais que ocupou o cargo.

Dentre todos que se candidataram para cargo de liderança e obteve o voto da maioria que permaneceu pouco tempo, e logo deixou a função foi o Zebino Sanches, com exceção do governo de João Gauto em 2021 que sofreu impeachment ou destituído do cargo. Este fato será abordado mais profundamente no tópico específico.

Retornando ao assunto, conforme algumas entrevistas e histórias que são contadas sobre esse acontecimento, no qual, até então, recém vitória da nova liderança que se desvinculava totalmente das antigas lideranças que ocuparam o cargo anterior, vinha de uma família diferente e com isso rompiam com a hereditariedade da família Vasques que ocupava o poder e o cargo a um bom tempo.

Um dos principais pontos das histórias e que todos da aldeia detinham conhecimentos sobre o acontecimento, o recém indivíduo que obteve a voto da maioria da aldeia que levou a vitória dentre os demais candidatos que disputavam. Então, o recém-eleito liderança Zebino Sanches, sofreu ataques políticos após a vitória, partiram do argumento que ele “não saberia governar” a aldeia Guapo’y, pois vinha de uma família que anteriormente não ocupou quaisquer cargos semelhantes para servi-lo de experiência nessa função de liderança. Esse argumento em si, se comparado com próximo que citarei soava mais como descontentamento de alguns grupos internos. O segundo ponto, que utilizavam de forma extrema e radical era a questão pertencimento étnico do Zebino Sanches, na qual grupos contra a vitória dele utilizava dos seguintes argumentos: como

ele pertencia ao grupo Guarani Ñandeva²⁷, já vem de uma data longa conflitos étnicos entre os Ñandeva e os Kaiowá. Como seu antecessor que ocupou a função de liderança se identificava como Kaiowá e toda a sua parentela, não queriam ser liderados pelo Ñandeva.

Assim o conflito gradativamente foi se intensificando cada vez mais, dos dois lados, de um lado, não aceitavam a vitória do outro que pertencia a outra etnia, do outro lado, alegavam que a vitória foi justa e só tinha que aceitar a nova liderança que rompia com a linhagem de liderança de uma família de uma longa trajetória.

Quando ocorrem esses tipos de conflitos políticos interno tendem ambos os lados serem extremos, como ameaças aos membros familiares de cada grupo como formas de afetar o indivíduo.

Histórias que foram disseminados em relação a liderança que ficou no cargo pouco tempo, foi “recém-eleito liderança da aldeia Guapo’y, Zebino Sanches, estava atendendo uma ocorrência na qual ele precisaria se deslocar da aldeia para a cidade, em seu carro, e quando foi parado pela blitz que estavam sendo realizado pela polícia civil nas entradas da cidade foram encontradas armas de fogo não registrado no interior de seu carro, e sendo assim foi levado preso. O seu grupo ao noticiar na aldeia que ele foi preso, imediatamente, o outro grupo se colocou contra ele voltar ao poder e ocupar a liderança novamente. A outra versão do acontecimento, foi que plantaram as armas de fogo dentro do carro dele e logo ao saberem que ele precisaria se deslocar para a cidade o grupo contrário à sua vitória, fizeram uma denúncia de que ele estaria com posse de armas dentro do carro e não são registrados”

E desta forma dentre todas as pessoas que passaram a ocupar a o cargo de liderança da aldeia Guapo’y, ele foi o que ficou menos tempo exercendo a função que citarei no decorrer do recorte.

Ainda nesse período, o conflito étnico entre os grupos de pertencimento era possível perceber, mas no decorrer das mudanças até atualmente esses tipos de conflitos não ocorrem mais, devido estarem “misturados” através de alianças políticas de

²⁷ Essa questão de pertencimento de grupos étnicos na aldeia Guapo’y tanta para Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, pois, como a história regional conta as diferenças dos Ñandeva e Kaiowá cada grupo possuem suas especificidades que os diferenciam, mas como isso ocorre de fato na aldeia o Guarani Ñandeva só se identifica como pertencente a etnia Guarani para melhor compreensão um exemplo “che hae Guarani” tradução “sou Guarani” não utiliza o termo “che hae Guarani Ñandeva/ eu sou Guarani Ñandeva” só utiliza o termo Guarani para se identificar. Diferente dos Guarani Kaiowá, que não gosta de ser chamado como Guarani, somente pelo Kaiowá a sua identificação.

casamento que parecem superar essa mentalidade de pertencimento a um grupo. Essa mesma percepção já não se tem mais entre os jovens atualmente, mas ainda é possível perceber que está enraizado nos mais velhos(as), porém, não passam com a mesma intensidade como antes, para seus familiares.

Quem ocupou o cargo de liderança da aldeia durante esse período foi o professor, ex-diretor da Escola Municipal Mboe roy Guarani Kaiowá e atualmente ocupa cargo de chefe do saneamento básico da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) Rubens Aquino.

A sua atuação enquanto liderança da comunidade Guapo'y, conforme algumas entrevistas realizadas consideram o mais "tranquilo" em linguajar popular, se comprado com os demais que já passaram pela função de liderança.

Conforme com a análise social, foi uma das poucas pessoas que no cargo soube agir com mais cautela em relação a várias situações do cotidiano da comunidade, sem abusar ou utilizar de meios extremos dos quais detinha poder enquanto ocupava aquele cargo momentâneo. As suas ações em relações às outras lideranças se devem aos seus conhecimentos e experiências que obteve, que lhe proporcionou uma visão mais complexa das duas realidades diferente. Primeiro, como a realidade na comunidade funciona cotidianamente, pois tem de lhe dar com várias situações que requer uma certa visão ampla da qual as suas experiências anteriores ajudam a tomar certas decisões de forma mais equilibrada.

Segundo ponto, o conhecimento que detém da sociedade externa e as leis, mesmo sendo liderança da comunidade tem a total noção das constantes mudanças e transformações da sociedade como um todo acaba atravessando a sociedade indígena, e isso faz com que a comunidade acompanhe e se adapta a essas transformações efêmeras, efeitos da sociedade moderna. Como consequências os membros da comunidade sempre estão em busca de mais informações.

Assim, a partir de uma análise sobre a sua atuação enquanto liderança, constata-se como não sendo autoritário.

Entre os anos de 2013 e 2016 a função de liderança da aldeia estava sob a família Vasques, Italiano Vasques²⁸ e Arcenio Vasques²⁹, que vem de uma linhagem familiar que possui um histórico de lideranças na família.

Em relação a esses dois irmãos que ocupou o cargo por um determinado tempo juntos na aldeia Guapo'y, a liderança principal Italiano Vasques era vista como uma que não possuía certa postura de liderança. Que não “ligava” muito para a sua comunidade, preocupava-se mais em resolver situações ou conflitos cotidianos não muitos graves.

Em relação ao seu vice, compartilhava da mesma situação que a liderança, fazia pouco caso em relação a sua comunidade, pois um “jogava a bola para o outro resolver” sem muito interesse.

Mas em relação aos bens oriundos que vinha de alguns órgãos governamentais e não governamental em nome da comunidade que sempre são entregues, sob a responsabilidade da liderança que está no exercício, distribuía somente para as suas parentelas, grupos de alianças políticas e seus policiais. Muitas vezes nem a comunidade teve ciência de certos tipos de doações para a comunidade, que estava sob a responsabilidade do “capitão” em redistribuir para certas pessoas mais carentes da aldeia, o que raramente acontece.

Isso acontece em todos os “governos” de lideranças que já passaram pelo cargo, os bens ou doações em nome da comunidade sempre colocam em primeiro lugar para sua família, segundo a parentela, terceiro as alianças políticas e por últimos os seus policiais. Assim, muitas vezes nem chegou as famílias mais necessitados da aldeia que era o objetivo inicial dessas doações.

De todas as lideranças que passaram esses que mais teve um impacto dentro da comunidade, pois, o motivo seria estar reunindo dois grupos étnicos e pela primeira vez na aldeia uma mulher estar concorrendo pelo cargo, Lurdelice Moreira Nelson,

²⁸ Italiano Vasques e Irmão do Arcenio Vasques, ao longo da sua trajetória não ocupou nenhum outro cargo ou alguma outra função além de liderança da comunidade.

²⁹ Arcenio Vasques, já foi chefe de polo da Fundação Nacional do índio (Funai) e em seguida foi eleito juntamente com o seu irmão Italiano Vasques como vice-liderança, e atualmente é liderança da aldeia Guapo'y com a Lurdelice Moreira Nelson.

professora, de um lado, como principal liderança Adair Sanches³⁰, que se identifica como Ñandeva. E de outro lado, tem como seu vice, Daniel Vasques³¹, Kaiowá.

Conforme foram realizando a campanha eleitoral na comunidade de Adair e Daniel, utilizaram-se dos mesmos argumentos que todas as lideranças que ocuparam o cargo já utilizou, de “ser diferentes de outras lideranças anteriores e fazer a diferença na comunidade” sempre com a mesma ideia e argumento político, e se apropriaram da ideia que pela primeira vez teria na liderança representando a duas etnias predominantes da comunidade no poder, na qual acreditava que teria um bom equilíbrio de poder político de famílias e tanto de grupos.

Apesar, que o histórico de Adair Sanches em relações a comunidade não é muito bom, devido as ações que fez enquanto vereador, conforme as histórias contadas relacionada a ele pelos mais velhos da aldeia, “aldeia tinha ganhado um trator para atender quem tinha roça e quem queria começar a plantar, e ele trouxe na aldeia mostrar e depois nunca mais vimos, quando soubemos da notícia que ele havia vendido o trator para fazendeiro”. E essas histórias percorriam também juntamente a sua campanha eleitoral para liderança, em relação ao seu vice Daniel Vasques, a percepção era um pouco melhor, pois, sua construção social dentro da comunidade era mais aceita por ser professor e vim de uma família que há várias gerações tinha ocupado cargo de liderança na comunidade, então, desta forma, esperava-se um pouco melhor atuação dele se comparado com o Adair Sanches.

Após, serem eleitos como lideranças da comunidade da aldeia Guapo’y no início foram bem aceitos pela comunidade, mas como já mencionado antes de entrar nesse meio político ele, Adair Sanches, já havia trabalhado como empreiteiro para empresas de corte de canas recrutando indígenas da comunidade para trabalhar fora por alguns períodos, com sua vitória para liderança ele não deixou esse trabalho de lado continuou a levar.

E isso foi início de alguns familiares cobrar ele a permanecer mais na comunidade e resolver conflitos cotidianos e outros assuntos que necessitam da presença dele, e cobranças essas que conforme se ausentava se intensificava cada vez mais. Assim, todos

³⁰ Adair Sanches, pertencente e se identifica como Guarani Ñandeva, já foi eleito como vereador indígena pela comunidade de 1993 a 1996. É conhecido fora da comunidade como “índio empreiteiro” pelas empresas como é retratado em uma passagem (CITAR LIVRO) se referindo a ele, pois, antes adentrar da política como vereador e liderança, já exercia a função de recrutar outros indígenas da comunidade para levar trabalhar fora, como; em usinas em cortes de canas e nas colheitas de maçãs.

³¹ Daniel Vasques, vice-liderança, professor indígena Kaiowá, atuou um período como docente na rede municipal da educação indígena e atualmente ativista nas lutas pelas causas indígenas e atua nas retomadas.

os assuntos e cobranças se concentrava no seu vice Daniel Vasques, tais assuntos que seu vice tomava decisão enquanto Adair Sanches permanecia fora ao voltar na comunidade invalidava essas decisões do seu vice, que acabou gerando conflitos entre eles próprios para evitar maiores conflitos posteriores, então Daniel Vasques, renunciou a vice-liderança deixando o cargo.

O que levou o vice a renunciar ao seu cargo foi o fato de que Adair Sanches atuavam sob um autoritarismo, da qual seu vice não concordava como ele agia e como atendia a sua comunidade. Relatos como, sempre se utilizava de violência física caso o outro seja ele (a) não aceitava seu ponto de vista relacionado a algum conflito cotidiano para resolver ou intermedia a situação para que cheguem a um consenso. Ao agir com violência em determinadas situações com alguns membros da comunidade, muitas das vezes vítimas dessa liderança autoritária recorrem à polícia civil para registrar boletim de ocorrência contra a liderança e principalmente seus policiais, sendo assim, a repercussão negativa dentro da comunidade que se volta contra quem está na liderança, mas raramente essas denúncias são levadas a sério ou que ocorram um processo, pois, a polícia local não pode adentrar dentro da aldeia sem a autorização prévia da liderança. É comum após essas denúncias serem realizadas sobre a liderança, a própria polícia chamar o capitão para esclarecimento sobre o assunto registrado, e a liderança utiliza-se do seu cargo e poder que possui para “desmentir” o ocorrido e como consequência essas denúncias não seguem adiante.

Com a renúncia do vice, quem ocupou o cargo foi Orivaldo Rossate³², sempre concorreu para liderança, mas não chegou a ser eleito.

Com a mudança de vice-liderança, Adair Sanches, não parou com recrutamento para levar membros da aldeia nas usinas de corte de cana-de-açúcar, deixando o seu vice assumir totalmente enquanto ele se ausentava.

Durante a permanência dele no cargo de chefe da comunidade iniciaram a ideia da liderança “indicar” quem iriam trabalhar na escola por indicação direta sem nenhum processo formal. Solicitava que contrataram tal pessoa para cargo específico sem nenhuma experiência prévia na educação escolar indígena, é para ser indicado tem de estar no grupo da liderança ou ser algum membro familiar, possuir alguns laços políticos, apoio a ele e outros requisitos semelhantes.

³² Mais conhecido como Guyra Toro, tradução literal (pássaro de Touro), que já havia feito uma atuação semelhante com as lideranças anteriores, como no governo de Italiano Vasques.

Pois, as lideranças anteriores não interferiam tanto na educação indígena somente indicavam para cargos como, vigia, serviços gerais e cozinheira.

E a direção e coordenação detinham total liberdade escolher a composição de sua equipe no quadro escolar da educação indígena.

Dessa forma a liderança sob o comando de Adair Sanches, foi marcado por vários conflitos, autoritário e não possui um histórico aceitável durante a sua trajetória.

Então, inicia o ano de 2021 com a nova liderança e contendo um apoio bem mais amplo, planejado se comparado aos demais, pois, possuía apoio externo e interno com a mesma ideia da liderança anterior, João Gauto³³, Kaiowá, vice Ronaldo Ortiz³⁴, Ñandeva.

Durante a sua campanha para liderança sobressaia-se dos demais como já mencionando tinha apoio externo político, grupos que realizava “campanha” para ele afirmava “João Gauto se ganha tem apoio do prefeito e apoio do vereador que vai se lançar como representante da comunidade na câmara”, com esses argumentos os seus concorrentes não possuíam muito apoio externo somente apoio interno de alguns familiares e grupos.

Alguns pontos principais que utilizava a seu favor se eleito para ocupar o cargo de liderança, não agiria como seu antecessor de forma autoritário com a comunidade, mas sempre resolver problemas cotidiano sempre dialogando. Segundo ponto, que apropriou foi relacionada a educação escolar indígena, apesar da liderança anterior não uma boa relação com quadro de educadores por indicações diretas para determinados cargos, mais uma vez utilizou desse aparato institucional. Como na aldeia Guapo’y possui um número excessivo de professores formados para educação com intuito atuar na comunidade, muitos deles (as) apesar de possuir já a formação completa de graduação nas áreas, ainda há um certo número considerável que não atuou como professor (a), por razão que nenhum deles (as) possuía algum vínculo de parentela ou político com o grupo que ocupa alguns cargo de poder da instituição escolar, e dessa forma ao concluírem alguma graduação relacionada a educação não atua como docente.

Se apropriou dessa brecha, João Gauto e seu vice Ronaldo Ortiz, “afirmando” que se eleito após assumir o cargo, estaria “realizando uma lista desses professores (as)

³³ João Gauto, mais conhecido como Juão Mbarakaja, tradução literal (João Gato). Possuía considerável terreno na qual planta soja e milho dentro da aldeia.

³⁴ Ronaldo Ortiz, não possuíam nenhum apelido de como é conhecido na aldeia, antes de ocupar cargo de vice já trabalhava no frigorífico local, onde muitos indígenas são contratados, após a vitória manteve-se no seu trabalho até as 11:00 h, e no período da tarde exercia a função de vice.

formados que não atuam na educação, para encaixar no quadro de professores (as) da escola” e com isso dispensá-los todos os outros (as) que atuam na educação que possui alguma ligação familiar, parentela ou político. A princípio as ideias que havia compartilhado com a comunidade teve um impacto positivo e uma boa repercussão interna garantido apoio da maioria das famílias.

Após, eleito e já ocupando cargo, inicialmente tentou cumprir alguns “promessas de campanha” como incluir mais professores (as) formados na educação e acabou se deparando com algumas barreiras, então só introduziu em alguns cargos e preferencialmente membros familiares deles. Deixando novamente de lado a maiorias dos grupos e familiares que apoiava no início e priorizando somente seu grupo.

Logo, nos primeiro seis meses após assumir o cargo de liderança da comunidade começaram a decair e perder apoio da maioria dos familiares que apoiava inicialmente, por descontentamento político com tantas promessas feitas e poucas realizações desses de fato. Uma dessas promessas feita focava na questão de incentivar as famílias a plantar em suas roças, na qual logo ao assumir o cargo o prefeito da cidade fez doação de combustível diesel 5.000 litros para aldeia sem nenhum custo adicional para as famílias. Porém, aos ser colocado em prática essa ideia a liderança passou a cobrar por cada roça conforme o tamanho, valor que varia entre 100 e 400 reais/diária, alegando que é para reposição da compra de diesel para continuar com trabalho na comunidade. Poucos serviços foram realizados para pessoas da comunidade nesse sentido, ao procurar para preparar o solo para plantar sempre afirma que o diesel já foi utilizado tudo e não pode realizar o serviço, mas acabam desviando para uso pessoal ou somente para sua parentela, muitas das vezes nem a sua própria parentela usufrui desses benefícios.

Durante o exercício do cargo de liderança a maioria das pessoas e familiares perceberam que, o João Gauto, não passava toda essa liderança e posicionamento que tinha passado durante a sua campanha, com tempo e perceptível sua posição sempre colocando toda a responsabilidade e decisões a serem tomadas pelo seu vice. E como consequência das suas atitudes acabam virando motivo de chacota exemplos como; “o capitão só sabe falar, sim e não”.

Mas, partindo de uma análise mais minuciosa sobre a situação desde a sua campanha política até o momento que foi destituído do cargo por seus atos perante a comunidade Guapo’y que resultou em uma tragédia. É possível notar que há uma diferença de ideias e argumentos que apresentavam inicialmente com a sua prática de

liderança que vinha realizando na aldeia. Nota-se tinha uma mente organizado trabalhando por trás da sua campanha política para poder tornar popular levando as pessoas da comunidade a votar nele, e como consequências dessa popularidade que havia atingido alcança-se outros objetivos de apoio políticos externo, ou seja, as ideias que apresentava não partia dele, mas de terceiro com outras intenções a alcançar, desta forma foi mais utilizado como uma “marionete política”. Conforme essas mentes havia se afastado gradualmente de seu grupo e principalmente dele, tomava um caminho diferente do que esperado, como uso de forças de violências de seus policiais contra a comunidade, e muitos relatos de pessoas que foram vítimas de seus policiais que estavam atuando alcoolizados, com armas de fogo sem autorização, e batendo em alunos que frequentam a escola no período noturno, em acadêmicos que retornavam as suas aulas meia noite, em crentes que frequentam os cultos a noite. E assim aumentando cada vez mais o descontentamento de várias parentelas a seu respeito, principalmente do uso excessivo de violência.

Uma das situações específicas que ocorreu e foi um divisor para início do seu fim como liderança na comunidade, foi de não organizar e participa de manifestação contra a votação do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a tese do Marco Temporal, em 23 de junho de 2022. Manifestação que sempre ocorre com bloqueio na rodovia Amambai/Ponta Porã MS-386. Uma parcela de manifestante da aldeia juntamente com rezadores (as) partiu rumo a Brasília para integrar outros grupos étnicos a se manifestarem em frente ao STF, e cabia liderança organizar com a comunidade para ajudar com bloqueio da rodovia, o mesmo ocorria em várias regiões do Brasil. Mas, em específico aqui na aldeia Guapo’y em nenhum momento houve por parte da liderança de organizar essa manifestação não demonstrava nenhum interesse a respeito, tanto que o movimento de bloqueio partiu do próprios professores e familiares da comunidade sem nenhum apoio das lideranças.

Tanto e que a própria liderança repudio as ações feitas pela comunidade em fechar a rodovia, quem organizavam o movimento da ida a Brasília para a manifestação então era, Daniel Vasques, que sempre toma a frente quando a questão é luta pelos direitos indígenas.

Após o grupo voltar do movimento em Brasília para a comunidade, criaram um movimento para deslegitimar e destituir a liderança do João Gauto e seu vice Ronaldo Ortiz, por agir contra a luta dos direitos indígenas e contra a sua comunidade por não

organizar e apoiar o movimento. Desse ponto criaram dois grupos, de um lado, grupo que quer destituir a atual liderança do cargo por não estar a favor de movimento indígenas, e por outro lado, atual liderança apoia-se no argumento de que independe da situação que ocorra só deixa o cargo após 4 anos, que foi eleito pela maioria e ninguém pode destruí-lo.

No começo o conflito apenas focava em ameaças verbais de um grupo para outro, assim houve inúmeras reuniões no barracão da aldeia, um espaço que é de utilidade pública cada 15 ou 30 dias ocorriam reuniões com apenas membros do grupo ou apoiadores, voltando com as intenções mencionadas acima, um grupo quer destituir a liderança do cargo e assumir a função, e outro em hipótese algum renunciaria o seu cargo.

Em poucos dias o conflito se intensificou passando de ameaças verbais para ameaças de mortes tanto de lado para outro, foi mais da liderança que estava em exercício que possuía um certo número de policiais indígenas ao seu favor para intimidar outro grupo. Chegou na situação crítica de o grupo da liderança armado ir à do Daniel Vasques, relatos da própria vítima.

estava sozinho em casa, quando vejo policiais da liderança um número considerável de pessoas armados invadirem minha casa me procurando, quando sai para falar com eles logo me bateram e renderam e me vendaram me colocando em um carro me levando para um meio da mata fechada longe da aldeia, naquele momento que apareceram em casa só a minha mãe tinha presenciado ocorrido e logo avisaram o demais familiares meus, me bateram muito durante a minha permanência com eles falando que me soltaria se eu desistisse da ideia e do grupo de destitui-lo do seu cargo, me levaram para aquele lugar com a intenção de me matar mesmo, mesmo com tanto apanhar não desisti da ideia. Por outro lado, o meu sumiço já havia se espalhado por toda a aldeia. (DANIEL VASQUES, RELATOS, 2022)

Com situação crítica que ocorreu com ele depois sofrer tanto violências físicas foi arrastado do meio do mato em que estava para entrada e abandonado lá, como familiares estavam a sua procura encontraram e levaram a realizar o boletim de ocorrência contra a liderança e seus policiais. A ocorrência feita pela vítima não seguiu com processo.

Após os conflitos chegarem nesse nível na comunidade Guapo'y, alguns membros da aldeia se reuniram para retomar parte da aldeia que foi tomado a força pelo fazendeiro, logo depois da criação das reservas em Mato Grosso do Sul, na qual era 3.600 hectares demarcado para aldeia Amambai/Guapo'y que foi reduzido a 2.300 hectares pelos

latifundiários que se instalaram ao seu redor alegando que partes das reservas lhe pertenciam. E no ano de 2022 foi retomada pela comunidade.

E nisso inicia mais um capítulo sob a liderança de João Gauto que foi responsável pela tragédia que ficou conhecido como massacre de Guapo'y que obteve uma repercussão nacional sobre o fato, onde ele autorizou a entrada de forças policiais do Estado para agir de forma ilegal sem nenhuma ordem judicial na retomada e realizando o massacre contra o povo Guarani Kaiowá. Resultando em vários feridos (as) e incluindo uma morte na hora do ataque, do então Vitor Fernandes.

Com a iniciativa da comunidade de retomar parte da reserva, mais uma vez a liderança se posicionou contra o movimento e deixou claro sua posição em relação a retomada que estava acontecendo, que durante a sua permanência no cargo em nenhum momento ajudou a retomada.

Conflito que havia diminuído a tensão conforme o último ocorrido, voltou com toda força mais uma vez criando dois grupos com atitudes extremos, sob constantes ameaças de morte. Na aldeia Guapo'y era possível ouvir tiros de armas de fogo do grupo de lideranças atual naquele momento, cada vez mais se intensificava.

Assim os órgãos externos foram adicionados para realizar uma nova eleição para liderança, que engloba a retomada Guapoy Mirim, será realizada em 31 de julho sob organização do Ministério Público Federal (MPF) em Ponta Porã (MS), da Polícia Federal, da Defensoria Pública da União (DPU), da Funai de Ponta Porã e de Amambai e do antropólogo indígena Tônico Benites, onde o atual capitão novamente concorreria com outros que queriam destituir da função, como principal liderança Arcenio Vasques e vice Lurdelice Moreira Nelson. A vitória foi de Arcenio de Lurdelice, com a maioria dos votos.

Arcenio Vasques e vice Lurdelice Moreira Nelson, completaria o restante do mandato que João Gauto cumpria até em 2024.

3.3- Análise Sociológico da Aplicação do Conceito de *In Direct Rule* ou Governo Indireto – de Thiago Cavalcante e Marco Antônio Delfino de Almeida.

Nessa seção farei uma análise do Conceito de *In Direct Rule* que o autor Cavalcante (2019) aplica essa forma de organização social e política indígena Guarani e Kaiowá a partir do conceito e da figura do Capitão indígena, imposto pelos órgãos

indigenistas como principal “representante” da comunidade. Se perpetuou desde a sua implantação até os dias atuais.

O conceito utilizado pelos autores Thiago Cavalcante e Marco Antônio Delfino de Almeida, em seu trabalho na qual analisa a questão do sistema de liderança indígenas Guarani e Kaiowá no contexto das reservas, o conceito que as utiliza para analisar o modelo sistema de lideranças que o SPI, implantou nas aldeias como forma governo indiretamente através da figura de “liderança indígena ou a figura do capitão” da aldeia, que é o conceito de *Indirect Rule*³⁵ ou *Governo Indireto*, modelo de “sistema político-administrativo descentralizado praticado nas colônias africanas controladas pelo Reino Unido” (CAVALCANTE e ALMEIDA, p. 41. 2019). O modelo implantado pelo SPI no contexto Guarani e Kaiowá já havia sido utilizado pelo imperialista Britânicos para governar indiretamente os recém colonos no continente africano, através do próprio membro de uma etnia ou de uma comunidade, ou seja, para ter sucesso nessa implantação o administrativo tem de se um “*administrador nativo*”, no caso dos Guarani e Kaiowá tem que ser um indígenas reside na reserva e que possui uma boa relação em órgão indigenista, preferencialmente falar minicante o português para facilitar a comunicação entre o membros do órgão e o indígena que ocupará a função de “capitão” na aldeia.

A utilização desse modelo de dominação indireta colonialista clássica, possui uma série de vantagens, pois, uma delas não é necessário atuação direto de algum membro da elite dominante estar presente naquele contexto para pode funcionar, só indicar um nativo local como novo representante daquela comunidade no caso dos Guarani e Kaiowá, como demonstra Cavalcante e Almeida (2019) com a citação de Malinowski (1945, p .138).

Aponta que o sistema teria como principais vantagens o fato de se barato, prático, de fácil implementação devido ao domínio de fricção e insatisfação, uma vez que contaria com o consentimento da maioria dos que seria governados. (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 41)

Por este motivo essa implementação obteve resultado positivo como esperado pelos colonizadores. Devido já possuírem uma certa ideia como tinham funcionária levando em consideração das colônias britânicas no continente africano.

Essa forma de governo indireto imperialista funciona melhor em grupos que não possuem um poder centralizado, ou seja, no caso dos Guarani e Kaiowá não há uma

³⁵ Conforme Cavalcante e Almeida (p. 41. 2019), “a menção ao termo *Indirect Rule* é associada ao seu suposto criador. O militar e administrador colonial britânico, Frederick Lugard”.

centralização poder, ocorre o inverso porque várias famílias extensas ou parentelas possuem sua própria liderança dentro de cada família tradicionais.

E neste caso com a implantação desse modelo e sistemas dominação colonial romperiam todo a estrutura político-social organizacional tradicional dos Guarani e Kaiowá dentro das aldeias. Já que as lideranças “possuem função religiosa e a quem são atribuídos poderes mágicos” (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 42). E nesse novo modelo não reconhecem tais características e funções que são atribuídos a uma liderança tradicional, e sim inverso disso como afirma Cavalcante e Almeida (2019).

Nestes casos ocorreria a clara possibilidade de abandono dos mecanismos consensuais de resolução de conflitos com a consequente utilização intensiva de mecanismo coercitivos e da violência. (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 42)

Como ocorre nas maiorias das aldeias Guarani e Kaiowá da Região de Mato Grosso do Sul, após as implantações desse sistema de dominação tirando as lideranças tradicionais deixando em segundo plano, e centralizando todo o poder na figura do “capitão”, que não possuem características das lideranças anteriores que eram reconhecidos pelos seus histórico e sua capacidade consensual de solucionar conflitos, sem uso de mecanismo coercitivos ou abuso de autoridade legitimado pelo cargo que ocupa.

Em várias aldeias guarani no estado de MS e possível notar esse abuso de poder de lideranças contra a sua própria comunidade, no caso da aldeia Guapo’y esses abusos de poder são perceptíveis tanto por parte da própria liderança e através de seus policiais indígenas mais comum de ocorrer. E comum de acontecer certos grupos atacar a liderança que está na função pelo abuso de poder e a atuação de seus policiais utilizando de violências e meios coercitivo contra a comunidade, nas maiorias das situações sem nenhuma justificativas, e esses atos violentos realizados não são discutidos e muito menos debatidos para poder melhorar essas atitudes. E os sujeitos que faz o uso da violência em nome da liderança ficam impunes como nada tivesse ocorrido. E quando esses mesmos grupos que atacam liderança em função, quando chegam a ocupar o cargo utilizam-se da mesma narrativa de como “não vou agir com violência contra a comunidade, vou ser diferente”, mas infelizmente acabam repetindo a mesma atuação de outros lideranças anteriores atuando com violência.

Ao centralizar poder na figura do “capitão”, como afirmada por Cavalcante e Almeida (2019), juntas todas as funções como administrativos, legislativo e judiciário em

uma única pessoa, sem nenhum preparo ou experiência previa para prosseguir “governando” o mais equilibrado possível. Essas três funções citados acima não é dividido com nenhum membro do seu grupo ou parentela, para realizar tal função para não sobre carregar a liderança.

Como o poder está centralizada em apenas em uma única entidade no caso na figura do “capitão”, e em nenhuma hipótese a liderança cogitam em dividir esses poderes que lhe é atribuído ao assumir o cargo, esses próprios atitudes criam conflitos dentro do seu próprio grupo. E aos poucos esses membros vão se desvinculando desses grupos seletos da liderança, por razões de conflitos de ideias ou opiniões que lhe agradam, e quando ocorrem esses conflitos dentro do próprio grupo do “capitão”, outros acontecimentos que ocorrem diariamente na comunidade como, resolver brigas, conflitos de parentelas e outros crimes que realizados que necessitam de uma atenção da liderança não são levando como caso prioritário, e nessa ausência de solucionar conflitos e resolver crimes cometido, moradores recorrem a instituições policiais para lhe dar uma assistência ou tentar resolver da forma como consta na lei brasileira. É comum ouvir de delegados ou alguns policiais que só podem entrar na comunidade com a autorização da liderança ou seu vice.

São situações que ocorrem diariamente na aldeia, enquanto há conflito interno dentro do grupo da liderança.

E isso gera outro conflito na qual outras parentelas pedem a exoneração da atual liderança em função, por não priorizar situações mais graves que ocorrem e necessitam de total atenção da liderança.

A ideia urgência de implementar logo essa forma de governo indireto, foi a pedido do Imperador Pedro II, que queria evitar de acontecer a mesma situação que haviam ocorrido com outros populações indígenas em outros países, como os casos de Mapuche extermínios através da intervenção militar ou um aproveitamento econômico. Conforme Cavalcante e Almeida (2019).

A fundamentação teórica e econômica para o processo de dominação colonial dos povos originários, na fase Republicana, pode ser vislumbrada no trabalho do General Couto Magalhães. O trabalho de Couto Magalhães foi elaborada, a pedido do imperador Pedro II, para figura na biblioteca americana da Exposição Universal de Filadelfia em 1876, comemorativa do Centenário da Independência Americana. A exposição, que ocorreu entre os dias dez de maio e dez de novembro de 1876, contou com a presença do Imperador Dom Pedro II em sua abertura. Os assuntos debatidos no livro apresentam um relevante tema a época. Em 25 de junho de 1876 aconteceu a batalha de Little Big Hom,

entre unidade do exército Americano e indígenas do povo Lakota. Paralelamente, havia intervenção militar chilena no território Mapuche, denominada “Pacificação da Araucani (1862-1883) e igualmente a intervenção militar argentina em face das comunidades indígenas Mapuche, Tehuelche e Ranquel, denominada de “Conquista do Deserto”. Neste contexto, o debate centrava-se no destino das comunidades indígenas: a) o extermínio ou b) o aproveitamento econômico. (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 43 e 44)

Então o governo via-se numa situação complexo sobre a situação dos indígenas na região, pois, se logo, logo se não tomasse tais providencias estaria trilhando o mesmo caminho que a Argentina, Chile e os Estados Unidos.

Ao tomar decisão o quanto antes em relação aos indígenas Guarani e Kaiowá evitaria situações semelhantes que ocorreram com países vizinhos. Pois, temia que chegasse num ponto em que os nativos seria um incômodo para planos reais do imperador. Então, utilizarão a mão-de-obra indígenas nas derrubadas de matas e o conhecimento da região para exploração no processo de colonização, já que possuía mais conhecimento de toda a região.

Posterior a isso já demarcaram as reservas, e deixavam os territórios livres para a nova frente de colonização importar colonos da Europa e aproveitar as terras que os Guarani e Kaiowá foram forçados a deixar considerados improdutivos a produzir. O único obstáculo que tinham em caminho já foram *confinados* em reservas recém-criadas.

O autor também ressalta que com a independência do Brasil, em 1822, apesar de ter caráter nacional nem todos estavam incluídos nessa independência principalmente os indígenas, ainda não eram vistos como membro da nação. Mesmo com fim do colonialismo clássico, permaneceram ideias colonialistas pelas elites dominantes. E essas ideias dominantes preservadas pela classe que controla o Brasil proporcionou o colonialismo interno, principalmente na política indigenista na aplicação do governo indireto nas reservas.

Fica claro de como o Estado queriam que os indígenas vivem dentro das reservas, demonstrada pelo Cavalcante e Almeida (2019).

O papel desse personagem está potencialmente carregado de conflitos e ambivalências, pois para se manter no poder ele tem de atender a pressões e a demandas vindas simultaneamente de duas direções: dos seus parentes e da comunidade indígena de abrangência da “sua administração” e da administração estatal, que exerce por meio dele o que vem a ser chamado na antropologia da política de “governo indireto”.

A substituição da liderança tradicional pela estrutura colonial era efetivada a partir da discricionariedade de escolha por parte do

representante do SPI, sem qualquer respeito aos processos próprios de organização. (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 50)

A população das reservas no começo não enfrentava situações como a superpopulação, havia poucas famílias e parentelas residindo. Mas atualmente o que acontece é o contrário a maioria das aldeias que foram demarcadas juntas, hoje sofrem de superpopulação, por motivos que já não há mais espaço suficiente dentro da reserva para viver.

Partilho da mesma percepção dos ambos os autores da ideia, “apesar da superação formal do poder tutela” (CAVALCANTE e ALMEIDA, 2019. p. 55), ainda não superaram o paradigma que lhes foram impostos, apesar ao longo da história dos Guarani e Kaiowá passar por várias transformações e necessário que haja uma reconstrução do próprio pensamento organizacional Kaiowá, para superar essas heranças que lhes foram impostas pela elite dominante. Esse processo pode ocorrer gradualmente conforme vão sendo desconstruídas as mentalidades dos Guarani e Kaiowá, para depois reconstruir mentalidades organizacionais sociais e políticas próprias.

Considerações Finais

Neste presente trabalho desenvolvido tentamos trazer alguns conceitos e componentes teóricos fundamentais para compreensão da organização social e político Guarani e Kaiowá, da aldeia Amambai ou como os próprios moradores chamam de Aldeia Guapo'y, tanto como nos seus modos tradicionais enquanto ainda estavam em seus tekohas e posterior em contexto da reserva.

A reflexão começa desde a primeira aparição e registro dos coletivos Kaiowá na região conforme registros de pesquisadores/exploradores a serviço de seu governo na região, até então eram uma “nova” descoberta em território pouco explorado pelos colonos. Na qual os Guarani e Kaiowá já estavam nesse vasto território organizado conforme os seus modos tradicionais, cultura, política e suas crenças.

Então, dessa forma os colonos ao ter ciência da existência dos indígenas em seus territórios, desde cedo inicia ideia de alguma forma se livrar dos coletivos que posteriormente seriam “prejudiciais” aos planos que estavam em execução, pois, o território dos Kaiowá era vasto e estes grupo estavam por toda região em seus tekohas tradicionais. Como é possível notar nas etnografias realizada na época, a partir desse momento as lutas do Guarani e Kaiowá se inicia e que permanece até os dias atuais na questão territorial.

A partir desse contato com os não indígenas gradativamente foram prendendo espaço e são forçados a abandonar seus territórios, mas antes utilizaram-se da mão-de-obra indígena tanto para a exploração da região, pois detinham conhecimento de cada canto da região, e logo a utilização de suas forças para derrubar as matas que havia no local para preparar esses locais a criação de gados, como são considerados mão-de-obra barato esses serviços feitos pelos indígenas.

Mesmo com essa exploração realizado pela elite dominante em relação aos coletivos kaiowá eles continuaram resistindo, alguns grupos sempre se afastando mais e mais de certa parte da região. Mesmo assim não foi o suficiente para continuarem longe dessa dominação que estavam numa escala que abrangia toda a região.

Já com intuito de reduzir mais a população indígena, criaram as reservas com determinadas áreas limitadas ao criarem essas áreas reservadas só levaram em

consideração somente dois aspectos que são, ter um pouco de mata no local e que tivesse corrente de água passando pela região demarcada.

E logo após demarcarem e oficializarem essas áreas somente algumas famílias foram levadas ao local, enquanto outros coletivos continuavam em seus locais tradicionais sem a menor pretensão de sair. E esses coletivos que não queriam deixar o seu lar foram o que mais sofreram, chegaram quando foram obrigados a se retirar a força do local contra as suas vontades e levado as recém reservas criadas pelo Estado. O governo da época necessitava que todas as áreas que era tradicionais dos Kaiowá fossem desocupadas, para liberar essas áreas aos latifundiários e a nova frente de colonização que viria a se estabelecer nessa região cedida pelo próprio Estado que são terras devolutivas.

E nesse novo contexto da reserva os coletivos Guarani e Kaiowá tiveram que se readaptar e se reorganizar a nova realidade que estavam postas a eles, que eram totalmente contrária dos seus modos tradicionais. Não o bastante o SPI, implantou uma nova forma sistema de liderança do modelo colonialista clássico britânico utilizado por eles em colônias africanas, do governo indireto através do próprio membro da comunidade nomeando como “capitão” da aldeia. Esses sistemas de liderança indireto implantado pelo órgão nas aldeias indígenas, não reconhece as lideranças tradicionais de cada parentela deixando em segundo plano, já que entre os Kaiowá o poder não centralizado, pois, várias parentelas têm suas lideranças próprias com características de não utilizar o uso da força ou de violência para governar, sempre apenas através de palavras, ou seja, o poder e descentralizado. O modelo de governo indireto que foi implantado foi tão eficiente entre os Guarani e Kaiowá, exatamente do poder não se centralizar em apenas uma única pessoa. E ao contrário das lideranças tradicionais são desprovidos de tais características essenciais para ocupar a função, esse já tem a sua disposição a utilização da força coercitiva e violência para “governa” na aldeia.

A implantação desse modelo de governo indireto entre os contextos Kaiowá, foi efetiva e não obteve um custo alto para os colonos manter só precisavam colocar em prática e ver o seu funcionamento, assim o próprio Estado não precisaria intervir diretamente toda hora nas aldeias, e assim necessitaria de mais trabalho por parte deles. Para concretizar de vez, usam a narrativa de “dar a liberdade e autonomia” de se organizarem social e politicamente conforme a essa nova realidade da reserva da qual estão inseridos.

A eficiência desse sistema foi tão profunda que utilizam do mesmo modelo até atualmente, em várias indígenas Guarani e Kaiwá da região do Cone Sul.

Não tenho a menor dúvida que do tema vasto que me propus a realizar a pesquisa tentando contribuir trazendo uma nova visão, apesar de já possui uma variedade de trabalhos desenvolvidos tanto pelos parentes indígenas e pelos não indígenas. Com temas semelhantes, mas cada um suas especificidades de ideias sempre com debates atuais e de muita relevância para o atual contexto em que se passa a história dos Guarani e Kaiowá no MS.

FONTES ORAIS

LOPES, Alzira. Entrevistas formais e informais com Alzira Lopes. Aldeia Guapo'y, dias 20/07/2021.

LOPES, Emiliano. Entrevistas formal com Emiliano Lopes. Aldeia Guapo'y, dias 03/05/2021.

LIMA, Valdemar. Entrevistas formais e informais com Valdemar Lima. Aldeia Guapo'y, dias 03/05/2021-2023.

ROMERO, Arlete. Entrevistas formais e informais com Arlete Romero. Aldeia Guaimbepery, dias 03/05/2021-2023.

VASQUES, Daniel. Entrevistas formais e informais com Daniel Vasques. Aldeia Guapo'y, dias 06/10/2022.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Elda Vasques. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA e os PROCESSOS PROPRIOS DE APRENDIZAGENS: espaços de inter-relação de conhecimentos na infância Guarani/Kaiowá, antes da escola, na Comunidade Indígena de Amambai, Amambai- MS. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande- MS. 2012. 118.
- AFONSO, J. J. R. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 9, n. 1, p. 213–260, 2018. DOI: 10.31412/rbcp.v9i1.539. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/539>. Acesso em: 10 mar. 2023
- BARBOSA, Pablo Antunha. A “Terra sem Mal” de Curt Nimuendajú e a “Emigração dos Cayuaz” de João Henrique Elliott. Notas sobre as “migrações” guarani no século XIX. *Tellus*, ano 13, n. 24, p. 121-158, jan/jun. 2013 Campo Grande, MS.
- BRAND, Antônio. O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.
- BRAND, Antônio. O IMPACTO DA PERDA DA TERRA SOBRE A TRADIÇÃO KAIOWÁ/GUARANI: Os difíceis Caminhos da Palavra. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS – Curso Alegre, novembro de 1997.
- BRAND, Antônio. “*O bom mesmo é ficar sem capitão*”: o problema da “*administração*” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Tellus*, ano1, n. 1, p.67-68, out.2001. Campo Grande – MS.
- BRAND, Antônio. “Quando chegou esses que são nossos contrários”- a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/ Guarani no Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, (12). <https://doi.org/10.20435/multi.v0i12.1235>. 2016.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. LIDERANÇAS INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA COMO EXPRESSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA GURANI E KAIOWÁ. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n, 1, p. 182-205. Jan/jun. 2015.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106620>>.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Demarcações de terras indígenas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul: história, desafios e perspectivas. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Esta pesquisa conta apoio financeiro do CNPQ.

CRESPE, Aline Castilho. Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados – (1990-2009). Dissertação em História. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). 2009.

CRESPE, Aline Castilho. MOBILIDADE E TEMPORALIDADE KAIOWÁ: DO TEKOHÁ Á RESERVA, DO TEKOHARÃ AO TEKOHÁ. Teses (doutorado) área de concentração História Indígena – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados, fevereiro de 2015.

CHAMORRO, Graciela. História Kaiowá: Das Origens aos Desafios Contemporâneos. Graciela Chamorro. – São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320p.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. 2ª edição: fevereiro de 1978-1982.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. BRAND, Antônio. Os Guarani e a Erva Mate. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 107-126, jan/jun. 2009.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. A Participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira: (1902-1952). 2007. 111 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007.

FREITAS, Gisele de. SILVEIRA, Suely de Fatima Ramos. PROGRAMA LUZ PARA TODOS: UMA REPRESENTAÇÃO DA TEORIA DO PROGRAMA POR MEIO DO MODELO LÓGICO. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, com ênfase em administração pública, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Diretora do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS). Doutora em economia aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). **Planejamento e políticas públicas** | ppp | n. 45 | jul/dez. 2015.

LANDA, Beatriz dos Santos. OS ÑANDEVA/GUARANI E USO DO ESPAÇO NA TERRA INDÍGENA PORTO LINDO/JAKAREY, MUNICÍPIO DE JAPORÃ/ MS. Tese (doutorado) em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MELIÁ, Bartolomeu. S, J. A TERRA SEM MAL DOS GUARANI – Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, (33), 1990.

PEREIRA, Levi Marques. Parentesco e Organização Social Kaiowá. Dissertação de mestrado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas. 1999. 251 p.

VALIENTE, Celuniel Aquino. Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da reserva de Amambai, MS [recurso eletrônico] Dissertação de mestrado em Antropologia Sociocultural. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – 2019. p 192.

VIETTA, Katya. Histórias sobre terras e xamãs kaiowá: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese (Doutorado) em Antropologia Social. Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo. 2007.

Bibliografia Ainda a ser utilizada

BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'yikue. Campo Grande, 2014, 130 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

CARIAGA, Diógenes Egidio. Relações e Diferenças: A ação política kaiowá e suas partes. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019. 400 p.

DOMIINGUES, Witor Rocha. KAIOWA REKORYPY ÁRY: Modo de Ser Kaiowa no tempo/espaço [recurso eletrônico] Dissertação em História. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – 2021.

PEREIRA, Levi Marques. Exploração dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos as ações para reaver territórios – *tekoharã*. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4. n. 2, jun-dez., p. 124-133, 2012.

SIQUEIRA, Eranir Martins. BRAND, Antônio Jacó. Os Kaiowás e Guarani no Mato Grosso do Sul: os conflitos de terras e as marcas do SPI. Texto Integrante dos Anais do *XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP- UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

TERRA INDÍGENA, Unesp. Faculdade de Ciências e Letras Campo de Assis – SP. CEIMAN – UNESP Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez”

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. E. ed. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

VALIENTE, Makiel; PALMA, Rogerio da. O Capitão na visão dos Kaiowá e Guarani do Tekoha Guapo’y/Reserva de Amambai. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 19. n. 40, p. 123-136, set/dez. 2019

OUTRAS REFERENCIAS:

FREIRE, C. Serviço: LIMA, A. Fundação: LIMA. A. Grande: Serviço de Proteção aos Índios.

SOUSA, Rafael. “Fundação Nacional do Índio (Funai)”: Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.oul.com.br/brasil/função-nacional-do-indio-funai.thm>. Acesso em 09 de novembro de 2022.

REUNIÕES, participei que ocorreram desde 2021 a 2023 todas no barracão da aldeia Guapo’y. Referente as questões políticas.